



ESTADO DO PARANÁ

MENSAGEM

APRESENTADA A
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO
POR OCASIÃO DA ABERTURA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA 6ª LEGISLATURA
PELO
SENHOR PAULO CRUZ PIMENTEL
GOVERNADOR DO ESTADO



CURITIBA — PARANÁ

1967

53.0313
P223
1967

INTRODUÇÃO



Senhores Deputados:

Pela segunda vez em meu Govêrno e quando a Assembléia Legislativa instala sua primeira sessão ordinária da 6ª Legislação, cumpre-me trazer à apreciação de Vossas Excelências Mensagem dando conta da situação geral do Estado e solicitando as providências julgadas necessárias.

A primeira vez, quando o ano passado, nesta data, encaminhei Mensagem análoga, tínhamos apenas quarenta e três dias de mandato. Agora, são quatrocentos dias, tempo suficiente, creio, para que se tenha definido o sentido da obra do atual Govêrno e a filosofia que a informa.

A continuidade administrativa que possa haver é a continuidade normal das metas setoriais a completar, para andamento e conclusão de obras. Algumas, em fase irreversível, outras iniciadas e a se arrastarem no curso de mais de uma administração anterior; na verdade, de duas, três, quatro e até cinco administrações passadas, como é o caso das obras da Estrada de Ferro Central do Paraná, do Grande Auditório do Teatro Guaíra, do Sanatório de Londrina, da Hidrelétrica Mourão, ou outras no setor de aparelhamento portuário, de saneamento, etc., que já não pertencem a qualquer Govêrno isolado, recente ou remoto.

Não é a continuidade administrativa o que importa, mas sim a identidade do Govêrno com a filosofia que o caracteriza e dá sentido às suas realizações, pois a maneira de fazer e por que fazer é inseparável de sua finalidade.

A definição do Govêrno talvez seja hoje mais necessária, tendo em vista a renovação parcial do Legislativo estadual e inclusive para responder, quem sabe, ao desafio dos que ainda possam resistir ao nosso reiterado apêlo de união, sob o fun-

damento, por certo ponderável, de que é preciso antes definir para poder unir.

A filosofia do atual Governo está definida nos seus atos, inspirados no programa do candidato, e depois de eleito, no seu discurso de posse, nos quais se diz que o objetivo primordial para o período 1966/71 é o desenvolvimento integrado do Paraná.

A preocupação maior não é fazer quantitativamente mais que os Governos anteriores, pois isto certamente se dará num Estado, como o Paraná, em crescimento incessante. A preocupação é no sentido do acêrto e do rendimento qualitativo do que se faça, para que o povo seja beneficiário e participante e não mero espectador do desenvolvimento.

Se o povo não se beneficia do esforço governamental, alguma coisa — para não dizer quase tudo — está errado nêsse esforço. Outrossim, construir para o futuro, sempre adiado, é às vezes a desculpa dos governos que só pedem sacrifícios à geração presente em nome de tôdas as felicidades e benefícios oferecidos às que estão por vir.

No Paraná o futuro deve ser agora ou não o alcançaremos nunca, deixando perder-se as oportunidades históricas do presente, quando quase tudo está ao nosso alcance, faltando apenas a coalização de forças do desenvolvimento integrado para transformar potencialidades e recursos disponíveis em riqueza efetiva para todos.

Por certo já existe entre nós a consciência da necessidade de um desenvolvimento econômico rápido. O que tem faltado é uma estratégia clara e definida para consegui-lo.

Ultimamente, em nosso Estado, não tem sido pequena a aplicação de recursos públicos em investimentos para o desenvolvimento. No resultado dêsse esforço há, entretanto, anomalias gritantes.

A energia elétrica produzida e distribuída é parcialmente perdida pela pequenez de alguns mercados ou pela ausência de efetivos estímulos complementares à iniciativa empresarial. As rodovias troncos, já pavimentadas, são subutilizadas por falta das ligações e das estradas vicinais para captar a produção de áreas tributárias isoladas e “fechadas”, onde o lavrador e sua família vivem em total desconforto. A rede oficial de ensino, apesar do “déficit” de salas de aula, em relação à demanda de

matrículas, acusa capacidade ociosa a partir da 2ª série do curso primário, especialmente no meio rural, pela deserção assustadora, a ponto de em cada 100 alunos matriculados na 1.ª série apenas 33 chegarem à 4ª série. Investimentos incessantes tem sido feitos no aparelhamento do Pôrto de Paranaguá e, no entanto, cresce a onda de desemprego na faixa portuária.

Para quem, afinal, os governos realizam se não é para o homem? Não se pode dizer que em nosso Estado não existe crescimento econômico. Ele é vizível à olho nú. Duvidamos, no entanto, de que esteja havendo desenvolvimento e progresso social na escala desejada.

Não é por que trabalhe pouco, ou porque deva trabalhar mais, que o povo padece. Não é por inércia da máquina de Governo que ela tem estado aquém dos reclamos fundamentais da população. É pela ineficiência estrutural do sistema — seja ele o setor público, seja o setor privado — na base do qual não está o homem, ou quando está, é no geral despreparado, mal utilizado nas suas potencialidades e energias, geralmente inconsciente do próprio processo do desenvolvimento.

Economistas categorizados asseveram que o fator mais escasso no Brasil de nossos dias já não é o capital, mas o homem preparado para as tarefas particulares ou públicas. Por deficiência de educação, inclusive do sistema educacional existente, se desperdiça trabalho e se desperdiça capital. Já em nossa Mensagem do ano passado dizíamos: “O Paraná está diante de um dos mais graves problemas criados em consequência de seu próprio desenvolvimento: o da formação de quadros humanos especializados, não só para o setor público como para o setor particular”.

Não compreendemos desenvolvimento integrado sem mobilização dos recursos humanos em proveito do próprio povo cujo esforço não pode continuar a ser desperdiçado ou anulado pelas deficiências estruturais do sistema existente. Até aqui foi relativamente elevada a renda gerada pelas atividades produtivas. Contudo, essa renda tem sido parcialmente perdida, por força de muitos fatores, entre os quais devem ser considerados a inflação persistente, a deterioração nos termos das relações de troca de nossos produtos primários com as áreas mais industrializadas do País, a diferença de tratamento entre agricultura e indústria, os excedentes de produção invendíveis a curto pra-



zo, a transferência de poupança em consumo ou inversões fora do Estado.

A análise da realidade paranaense tem indicado a existência de uma conjuntura regional compartimentada, onde o diálogo é difícil entre as partes que foram o todo social, especialmente entre Governo e povo, a afetar regiões, populações, atividades e a própria atuação do poder público. Este costuma atuar de cima para baixo, com multiplicidade de órgãos afins e paralelismo de programas, quando mesmo o bom senso está a pedir um sistema de vasos comunicantes, em que os órgãos se integrem e as obras sejam conjugadas entre si, programadas e construídas simultaneamente, uma em função da outra, para que possam realmente atender exigências globais do homem e das comunidades.

Partindo de tôdas essas constatações, o Programa do Governo, baseado no desenvolvimento integrado — oriundo da plataforma do candidato — presuppõe o prosseguimento da implantação da infraestrutura básica — transporte, energia elétrica, telecomunicações, saneamento urbano — mas prevê também maior concentração de esforços no estímulo direto à diversificação agrícola e à industrialização, considerando que êste estímulo já é hoje possível em termos muito maiores do que há cinco anos, em decorrência da infraestrutura semi-implantada.

O Programa prevê, outrossim, o atendimento aos setores de caráter social — educação, saúde, habitação, etc., — em função das reivindicações da população paranaense e de acôrdo com os critérios realmente prioritários, baseados no conhecimento da realidade social do Estado como um todo.

A fixação da política social está fundamentada na premissa de que o atendimento a essas reivindicações é simultaneamente consequência e causa do desenvolvimento. Dentro dessa linha de pensamento, a política social, implícita no programa, objetiva a ampliação e melhoria do equipamento social básico e o atendimento àquelas parcelas da população às quais o atual estágio do desenvolvimento não oferece as condições mínimas de vida.

No corpo desta Mensagem, pela primeira vez, se abre um capítulo próprio para focalizar a política habitacional. E por que? Porque ela conduz ao desenvolvimento integrado, atin-

gindo, ao mesmo tempo objetivos sociais e econômicos de alto interesse para uma grande faixa da população. Ela move o setor da construção civil, amplia o mercado de trabalho e aciona o desenvolvimento. A solução do problema habitacional resolve muitos problemas básicos do homem, contribue para mudar seu horizonte de vida, estimulando a poupança e a iniciativa, elevando o padrão socio-econômico da população.

Estamos sentindo por tôda parte, como êrro básico dos programas de desenvolvimento, a falta de utilização dos recursos humanos e de convocação do homem para sua auto-promoção econômica e social. Cumpre mobilizar o potencial de energias, expectativas e disposições das comunidades locais, que tem sido invariavelmente postas à margem, enquanto os govêrnos se substituem, cada vez mais, à iniciativa particular, assumindo encargos não raro ambiciosos, que só oneram e exaurem a já escassa capacidade contributiva dos poucos que, sempre a contra gôsto, custeiam a engrenagem governamental.

O desenvolvimento deve ser feito para o homem, e tanto quanto possível, pelo homem, na medida em que êle possa ser levado a investir-se diretamente nas tarefas que visam a sua promoção. Será por ventura uma coisa impossível persuadir o homem a ocupar-se de seus próprios interesses? As Nações Unidas, em importante estudo, já advertiram do perigo de uma concepção de desenvolvimento baseada apenas numa intervenção de cúpula sôbre planos e programas, acrescentando que o movimento destinado a promover o bem-estar do conjunto da população só é eficaz com a sua participação e por sua iniciativa, despertando as disposições de cooperação, o desejo concreto de aceitar os sacrifícios necessários para êsse desenvolvimento.

Ê claro que não será com palavras, discursos e apelos à distância que se motivará o homem e sua comunidade. Ê preciso ir ao povo, compreendê-lo e acreditar nêle. Não se trata, propriamente, de educá-lo para que êle nos entenda e apoie. Ao contrário, nós governantes e mandatários, é que devemos nos educar para entender e estimar o povo, entregando a êle o comando de seu próprio destino. Já é tempo de acabar com a idéia do Estado paternalista, até aqui responsável pelo arraigado hábito de tudo se esperar do Govêrno.

Inspira-se nessa filosofia a iniciativa do atual Govêrno lançando, pouco mais de um mês após a posse, o Programa de As-

sistência e Integração Social - PAIS. O primeiro pequeno fruto dessa semente lançada é o Núcleo Comunitário do bairro de Vila Feliz, em Curitiba, o pioneiro de uma série a ser instalado, em escala piloto, em vários pontos do Estado.

Ao contrário do que possa parecer, não se trata de uma obra de assistência social a mais, no estilo do puro assistencialismo, visando soluções paliativas ou filantrópicas. Ela atua sobre uma faixa sadia da população, numa tentativa de mobilização dos recursos humanos disponíveis para a auto-promoção do homem e sua integração, através de comunidades locais, no processo do desenvolvimento. Além disso, é o primeiro ensaio bem sucedido de obra pública integrada pelos diversos planos setoriais pré-existentes do Govêrno, com aplicação mais racional de recursos, unificando edificações e serviços públicos complementares numa mesma área, sem qualquer desvio das finalidades próprias de cada órgão. Enfim, um modelo em miniatura de desenvolvimento integrado em condições de ser extrapolado a outros cometimentos de interêsse coletivo.

Certamente, só o Estado pode construir usinas elétricas, barragens, rodovias, ferrovias, portos, pontes ou viadutos gigantescos. Mas deve, ao mesmo tempo, atrair o homem e sua comunidade para que participe das obras de seu govêrno, utilizando-as produtivamente, como sócios e responsáveis dêsse patrimônio comum. Com a partilha de responsabilidades não é difícil realizar planos integrados, quer de educação e saúde, quer de colonização e fomento agrícola, em que as comunidades locais, assistidas tecnicamente pelo poder público, possam levar para diante e por conta própria os empreendimentos.

Já no ano passado, o setor público esboçou, na sua esfera de atribuições, uma salutar disposição de mobilizar-se para tarefas integradas.

O Plano Integrado de Saúde do Litoral, no qual participam a Secretaria de Saúde, o Departamento Nacional de Endemias Rurais, a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina e as Prefeituras Municipais da área; o Plano de Combate à Erosão, com a ação conjugada da Divisão de Obras Especiais do D.E.O.E., D.N.O.S., C.I.B.P.U. e Prefeituras; a criação da CODEM, reunindo CODEPAR, DATM e Prefeituras para programas e projetos técnicos de desenvolvimento municipal e, ainda agora, o

Plano de Emergência, de 468 novas salas de aula construídas no tempo recorde de 50 dias, em ação integrada da Secretaria de Educação, FUNDEPAR, D.E.O.E. e Prefeituras, constituem encorajadores indícios e pré-condições básicas para implantação de uma consciência pública solidária, capaz de suscitar planos de obras integradas, em condições de despertar o entusiasmo coletivo e atrair os interesses dos cidadãos para uma participação mais ativa das comunidades locais.

Receio tornar monótona esta Mensagem ao repisar uma filosofia de Governo que não é senão uma estratégia humana. O desenvolvimento integrado é decorrência e imposição da própria realidade paranaense, cujo surto fulminante e gigantesco de pioneirismo, no curto período de três decênios, teria de coincidir, por definição, com uma etapa de escassa coesão social, fragmentária e vizivelmente atomizada, inerente ao processo de ocupação espontânea do âmbito geográfico do Estado.

Agora, que a ocupação territorial, em termos horizontais, está chegando ao fim, o que se quer é que o desenvolvimento íntegro em seu processo tôdas as camadas da população, todos setores de atividade, tôdas regiões do Estado e tôdas manifestações da existência humana. Em suma, que seja um processo contínuo de elevação dos padrões de vida de tôda a população, decorrente do aumento da produtividade do trabalho dessa população, objetivada pela sucessiva introdução de novas técnicas de produção.

Mas a integração do Paraná deve ser parte de um projeto maior, para cujo extraordinário alcance chegou a hora de chamar a atenção não só dos paranaenses como dos brasileiros.

O território paranaense é a área-chave da macro-região que compreende não só o chamado Extremo Sul como a faixa de fronteira Paraguai-Argentina, banhada pelo rio Paraná — que dá nome ao Estado — com os portos de Paranaguá e Antonina como seu natural terminal marítimo.

Há um determinismo histórico e geográfico — que vem do tempo da extinta Província Indo-Cristã de Guaiá e das arrancadas bandeirantes — determinismo que ilustres paranaenses do passado já haviam pressentido — a nos atrair para o Oeste, onde poderemos reproduzir, agora em escala interamericana, e em bases técnicas e racionais integracionistas, a façanha

fabulosa do Norte do Paraná, associando no empreendimento o Noroeste catarinense e o Sul de Mato Grosso.

Depois da SUDENE, da SUDAM e agora com a criação do SUDESUL, estão criadas as condições para o projeto de integração da região fronteira do Rio Paraná, com Brasil, Paraguai e Argentina, reunidas, e a ajuda das agências internacionais de desenvolvimento, ansiosas para financiar projetos dêsse porte.

Na área já existem micro-projetos bi-laterais de integração: a Rodovia Transversal Panamericana e a Hidrelétrica de Acaaray. O Paraná espera ver pavimentadas, neste quinquênio, três rodovias básicas — a do Café, a de Paranaguá-Foz Iguacu e a do Sudoeste — que deverão atingir a divisa de Mato Grosso e as fronteiras do Paraguai e Argentina. São os pontos de apoio para erguer um programa integrado de infraestrutura, visando o aproveitamento dos recursos naturais, navegação, colonização, agricultura, saneamento, educação, turismo e industrialização nessa imensa área mediterrânea.

É uma idéia que nos empolga e que estamos inclinados a levar à consideração do Govêrno da União e do Congresso Nacional como contribuição do Paraná à política de integração panamericana, na oportunidade em que se aproxima o encontro da Comissão Mista Brasil-Paraguai e, logo mais, a reunião dos Presidentes das Repúblicas do continente.

Voltando-nos para o objeto específico desta Mensagem, naturalmente não seria possível esperar muito, no primeiro ano de Govêrno, da nova programática de desenvolvimento, que tantas perspectivas e horizontes descortina para o ângulo de visão do homem público.

Essa programática terá primeiro que impregnar tôdas as esferas da administração para uma conscientização adequada de seus propósitos e implicações. Deverá, por outro lado, contar com a compreensão do sistema de fôrças políticas que apoia o Govêrno, sensibilizar a opinião pública e abrir os espíritos em favor da conjugação de esforços comuns.

O ano que passou, tendo em vista numerosos fatores negativos, foi plenamente satisfatório do ponto de vista da administração, ultrapassando em muitos setores as metas previstas.

Iniciamos o Govêrno, a 31 de janeiro do ano passado, em condições que podem hoje ser melhor avaliadas na perspectiva do tempo transcorrido.

No plano estadual, o Govêrno ao qual sucedemos havia, por várias razões, reduzido, nos últimos meses, o ritmo dos investimentos públicos: pela expectativa do resultado das urnas, pelo escrúpulo em não querer contratar obras novas em fim de mandato e pela natural e sadia preocupação de entregar a casa em ordem, com disponibilidades na caixa do Tesouro.

No plano nacional, deparavamos com uma conjuntura fortemente perturbada, de um lado, pela abertura de problema da sucessão presidencial, da renovação dos Governos em onze Estados e dos mandatos legislativos estaduais e federais e, de outro lado, por uma política econômica-financeira federal reconhecida como adversa inclusive pelos que a implantaram e hoje admitem seus aspectos negativos.

Os indicadores econômicos e financeiros, que no primeiro semestre de 1966, evidenciavam no Paraná uma economia em firme ritmo de expansão, passaram a apontar, a partir de agosto, sintomas de recessão, com indícios cada vez maiores nos diversos setores da produção e, inclusive, do próprio Estado.

Em setembro quando enviamos Mensagem a esta Assembléia Legislativa, encaminhando a proposta orçamentária para 1967, o Govêrno já manifestava suas apreensões, decorrentes dos baixos preços fixados para o café pelo Govêrno federal e das geadas que, logo depois, se abateram sôbre os cafezais paranaenses.

A política cafeeira então adotada penalizou a cafeicultura, sem compensar o Estado pela perda da renda provocada pelos preços baixos, ao que se somariam os efeitos da política econômico-financeira da União, buscando a contenção do ritmo inflacionário pela redução geral do nível das atividades econômicas.

Assim, se infligiu à economia paranaense um duplo efeito negativo, sem que o Estado recebesse, quer através do Govêrno estadual, quer através de seus setores privados, quaisquer estímulos compensatórios federais destinados a aliviar o pesado ônus que está suportando em nome da estabilidade econômica nacional.

A receita pública sofreu imediatamente os efeitos dessa po-

lítica cafeeira e da retração geral das vendas mercantis, em razão das dificuldades do crédito bancário. A arrecadação totalizou Cr\$ 277.455.925.055, muito aquém das previsões dos primeiros meses.

Num ano assim, de tantas dificuldades, coube ao Govêrno estadual procurar compensar, na medida de suas fôrças, uma conjuntura nacional desfavorável. Já no último quadrimestre adotamos, na esfera da administração, medidas de redução nos gastos de custeio, ao mesmo tempo em que, através dos órgãos de financiamento, o Estado procurou elevar os investimentos ao setor privado, sem prejuizo das obras de infraestruturra.

A CODEPAR, o Banco do Estado e o B.R.D.E. injetaram recursos no setor particular numa escala sem precedentes, que representaram inversões maciças da ordem de Cr\$ 50 bilhões, possibilitando milhares de novos empregos, com substancial ampliação do mercado de trabalho.

Só a CODEPAR estimulou inversões no parque industrial de aproximadamente Cr\$ 30 bilhões, abrindo novas linhas de crédito e elevando o teto dos financiamentos, que agora pode ir até 90% em casos especiais.

No correr do ano, o Estado não modificou sua orientação de subsidiar produtos de exportação, com redução de pauta e, com isenções, artigos de interesse da agricultura, concorrendo também para o combate à carestia da vida com a dispensa do impôsto de vendas e consignações à produtos essenciais à alimentação, dentro de um sentido humano de aprêgo pelo consumidor, que afinal é o povo na sua dimensão econômica.

A interiorização do Govêrno marcou, desde o início, a atual administração. Nessa preocupação pelas realidades do interior, com base no prestigiamto do Município, nenhuma outra administração está fazendo tanto.

Além do pagamento automático das cotas do Art. 20, num total de Cr\$ 5,7 bilhões, determinamos levantamento em 98% dos Municípios para verificar as necessidades de equipamento rodoviário, tendo sido liberados pela CODEPAR e Banco do Estado importância superior a um bilhão de cruzeiros para mais de 60 Prefeituras se equiparem. Instituímos a CODEM — Comissão de Desenvolvimento Municipal, que já elaborou o plano diretor de Londrina, na sua primeira fase, estando em preparo os de Ponta Grossa e Paranaguá. A CODEM acompanha, ou-

trossim, a elaboração de planos diretores físicos de Jacarézinho Santo Antonio da Platina, Bandeirantes e Cambará, a cargo do IBAM, com o qual foi contratado um Curso de Planejamento Urbano para formação de técnicos. Com assistência do DATM, mais de uma centena de Prefeituras modernizaram e mecanizaram seu sistema Contábil. Um Curso de Administração Municipal e dois Encontros Municipalistas foram realizados em 1966.

Problemas básicos de diversas regiões do Estado foram enfrentados e estão sendo resolvidos. O Plano Diretor do Litoral Sul do Paraná, para aproveitar suas potencialidades turísticas e econômicas, foi elaborado e concluído em 1966. Na Região Noroeste, pela primeira vez, estamos promovendo, de forma global e intensa, o combate à erosão urbana, com a mobilização de recursos em torno de Cr\$ 2,1 bilhões, que representam 163,4% mais que a somatória dos recursos movimentados nos três anos anteriores.

Em obras de infraestrutura, o Estado fez aplicações em 1966 num valor global superior a 150 bilhões de cruzeiros antigos.

Cumprindo a primeira etapa executiva do II Programa Estadual de Eletrificação, a COPEL forneceu, em 1966, 234 milhões de quilowatts-hora, contra 145 milhões, em 1965, representando acréscimo de 89 milhões.

No setor energético, estamos retomando a taxa de elevação média anual cumulativa de 14%, o que vale dizer que o consumo estadual irá passar de um milhão de quilowatts-hora em 1965 para dois milhões, em 1970.

Foram aplicados recursos no Programa de Eletrificação da ordem de 68,3 bilhões de cruzeiros contra 30,9 bilhões no ano anterior, com um acréscimo de 120% no valor das inversões.

No tocante às linhas de transmissão, concluíram-se 586 Km. e 11 subestações transformadoras, inclusive a de Campo Comprido, além de rêsdes de distribuição em 17 localidades, estando em fase final obras em 30 outras comunidades. Novos suprimentos foram feitos às regiões de Curitiba e Ponta Grossa.

Sob a responsabilidade da UTELEFA se encontra a execução da linha de transmissão Figueira-Apucarana, enquanto a COPEL, que participa financeiramente dessa obra, iniciou a cons-



trução da linha Figueira-Xavantes — a ser concluída em meados deste ano — estabelecendo nova interligação dos sistemas Paraná-São Paulo e dando apoio ao Sistema Norte-Sul do Estado.

Concluiu-se, em meados de 1965, a montagem das usinas geradoras da Hidrelétrica Mourão I e foram retomados os estudos do segundo aproveitamento do Rio Mourão, no Salto Natal, para 15.000 kW. Para as obras da Hidrelétrica da Foz do Chopim o Estado recebeu financiamento da CODEPAR-BNDE no valor de 30 bilhões de cruzeiros.

A Hidrelétrica Capivarí-Cachoeira, a maior em construção no Paraná, já tem executados quase 50% das obras civis, cabendo assinalar que metade das obras do tunel em rocha na Serra do Mar, com mais de 10 km. concluídos, foram realizados em 1966.

O Departamento de Águas e Energia Elétrica forneceu material para redes de distribuição em 116 localidades, enviando grupos diesel elétricos a 125 localidades.

Um agressivo programa de obras foi iniciado em 1966 no setor rodoviário, que exigiu o extraordinário volume de investimentos de 78 bilhões de cruzeiros, dos quais 43 bilhões oriundos de recursos do Estado e 25,3 bilhões de financiamentos externos, nacionais e internacionais.

Dêse total, 18,6 bilhões foram aplicados na conservação de 7.115 Km. de estradas e 2 bilhões em trabalhos de melhoramento do sistema, numa extensão de 968 km.

Um índice de grande expressão foi registrado no volume de escavação de solos, num total de 7 milhões e 500 mil metros cúbicos, recorde ocorrido em praticamente 6 meses, de vez que os seis primeiros foram utilizados na realização de 36 concorrências para os serviços a serem contratados.

A extensão da pavimentação atacada foi de 300 km., contra 111 e 245, respectivamente, no primeiro ano das duas administrações anteriores. O DER construiu 1.317 metros de pontes e viadutos, estando em construção 1.970. Em tais obras foram investidos 3,6 bilhões de cruzeiros.

Nos principais eixos rodoviários em construção, cumpre assinalar as obras que visam a pavimentação de Maringá a Paranavaí, na Rodovia do Café e Lapa a São Mateus do Sul, na Rodovia do Sudoeste, que se desenvolvem em ritmo intenso.

De tôdas as frentes rodoviárias atacadas pelo DER, vários trechos serão abertos ao tráfego nos próximos meses. Os trechos Ponta Grossa-Castro-Pirai do Sul e o de São Mateus - União da Vitória, por exemplo, deverão estar com a terraplenagem concluída dentro de dois a três meses. Os trechos Palmeira-Itati e Três Pinheiros-Pato Branco, também em construção, deverão ser entregues em junho ou julho vindouro. O trecho Maringá-Paranavaí, — serviços de terraplenagem — e pavimentação, entregue ao tráfego em cada sub-trecho concluído, deverá estar inteiramente pronto em setembro, dando mais um grande lance de 70 km. à Rodovia do Café, no Noroeste do Estado. Na Rodovia do Sudoeste serão entregues mais 81 km. de asfalto entre Lapa e São Mateus entre julho e outubro. O trecho Campo Mourão-Maringá, contratado há pouco, tem previsão para janeiro do próximo ano, quanto aos trabalhos de terraplenagem e pavimentação.

Em 1966 foram aplicados quase um bilhão e meio de cruzeiros em obras, investimentos e recuperação dos portos marítimos de Paranaguá e Antonina, sendo mais de um têrço com recursos oriundos do Estado e dois têrços restantes com recursos do Fundo de Melhoramento de Portos e Fundo Portuário Nacional. Durante o ano foram abertas concorrências internacionais para execução de obras de dragagem na profundidade de 10 metros, a fim de permitir o recebimento de navios maiores de 45.000 toneladas, bem como para ampliação urgente do cais de combustíveis líquidos e para a extensão do cais geral de Paranaguá em mais 500 metros.

Nas obras da Estrada de Ferro Central do Paraná as aplicações totalizaram 1,2 bilhões de cruzeiros, sendo 905 milhões de recursos estaduais e 368 milhões de fontes federais.

Um dos maiores cometimentos, no qual estamos profundamente empenhados, é o de dotar o Paraná de um sistema de telecomunicações de grande porte, que responda a exigências clamorosas de seu desenvolvimento.

O sistema compreende dois setores: a Rota Principal e a Rota de Emergência, a primeira das quais em "micro-ondas", com capacidade máxima de 960 canais de voz, interligará o eixo Paranaguá-Curitiba-Ponta Grossa-Londrina-Cornélio Procópio-Jacarézinho-Arapongas-Apucarana-Maringá-Nova Esperança e

Paranavaí. Todos os projetos estão concluídos e as obras estão em ritmo acelerado.

A Rota de Emergência, em ondas portadoras, estará concluída em julho deste ano, e atenderá as cidades da Lapa, União da Vitória, Palmas, Clevelândia, Mariópolis, Pato Branco, Victorino, Marmeleiro, Francisco Beltrão, Coronel Vivida, Foz do Iguaçu, Matelândia, Cascavel, Laranjeiras do Sul, Toledo, Marechal Cândido Rondon, Guarapuava e Guaíra — no Oeste e Sudoeste; Umuarama, Goio-Erê, Cruzeiro do Oeste, Cianorte, Ivaiporã, Paraíso do Norte, São João do Caiuá, Loanda, Nova Londrina e Paranavaí, no Norte e Noroeste do Estado.

Em convênio com o DCT, a TELEPAR concluiu a construção da linha de ondas portadoras São Paulo-Curitiba, em apenas 10 meses, empreendimento cuja realização vinha sendo tentada sem resultado há mais de 15 anos.

Desde março de 1966 e com sensível melhora para o tráfego telefônico Curitiba-São Paulo, nove dos doze canais de vozes estão implantados naquela linha. Também em tempo recorde, a TELEPAR concluiu a linha de ondas portadoras Curitiba-Joinville.

Em 1966, foram aplicados Cr\$ 3,5 bilhões em obras de saneamento básico, com implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e serviços de esgotos sanitários nos municípios paranaenses. Já em 60 Prefeituras acham-se enquadradas na política de ação da SANEPAR; 12 ainda estão com documentação incompleta para êsse fim e 60 em fase de enquadramento.

Foram financiados, a longo prazo 19 Municípios, num total de Cr\$ 6,6 bilhões. Estão em contacto com a SANEPAR 132 Prefeituras. Foram concluídas obras em Florestópolis, Apucarana, Nova Londrina, Paranapoema, São José dos Pinhais, Loanda, e Quinta do Sol, estando em andamento obras em 20 Municípios. Na Capital do Estado foram aplicados recursos em torno de Cr\$ 1,7 bilhões.

Foi muito fecundo o ano de 1966 no setor agropecuário.

A distribuição de 1.003 touros das raças Gir, Nelore e Charolês a criadores de cerca de 90 Municípios; o início da execução do Plano "Cinturão Branco" para implantação da Bacia Leiteira do Estado; a execução do programa de fomento a suinocultura, nos mesmos moldes aplicados à bovinocultura; a vacina-

ção de 300 mil bovinos e a III Exposição Feira de Animais e Produtos Derivados, que se realiza no momento, testemunha, entre outras iniciativas, o que se fez em favor da pecuária.

Em meados do ano passado entrou em funcionamento o Laboratório de Análises de Solos de Londrina. Foram ampliados os cursos do ensino agrícola. O Fundo de Equipamento Agropecuário forneceu produtos num montante de Cr\$ 1,1 bilhões, contra Cr\$ 438 milhões em 1965. Dezenove novas Cooperativas foram registradas. A CAFÉ DO PARANÁ movimentou recursos em sementes no total de Cr\$ 6,2 bilhões e prestou serviços, através de suas patrulhas mecanizadas, num total de 141.321 horas.

A COPASA elevou a capacidade armazenadora de rêde do Estado em 40,32%, com 12.500 toneladas de capacidade estática acrescida, aplicando recursos da ordem de Cr\$ 1,5 bilhões. A ACARPA ampliou de 22 para 44 o número de seus escritórios regionais e deu assistência técnica direta a 171.152 famílias rurais. O Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas superou todos os recordes na produção de vacinas contra a raiva, alcançando 713.000 o número de dozes fabricadas e produziu 533.000 vacinas contra a peste suína.

A diversificação da economia paranaense, com o incentivo à novas linhas de produção, não pode perder de vista as relações entre os diversos setores da atividade, para que se alcance a desejada integração, que deve presidir o processo do desenvolvimento, pelo equilíbrio estrutural entre agricultura e indústria.

Sem descuidar das atividades tradicionais, o Paraná procura partir para a diversificação da lavoura e para a diversificação da produção industrial. Em 1966, as aplicações para expansão industrial, realizadas pela CODEPAR, representaram 58% do total investido nos quatro anos anteriores. Pudemos registrar uma série de iniciativas pioneiras, que vem surgindo nêstes últimos anos, em parte baseadas em matérias primas e produtos primários tipicamente paranaenses, como é o caso da indústria do café soluvel, de aglomerados de madeiras, de fios de algodão, de óleos vegetais e frigoríficos, além de componentes para a indústria nacional de automóveis e tratores, fertilizantes e ramos de produção de aço. Estas últimas indicam que começa a tomar corpo a expansão das empresas mecânicas para a paulatina implantação da indústria de base, de que são precursor-

ras no Estado as metalúrgicas, a fabricação de papel, em Monte Alegre e de cimento, em Rio Branco do Sul.

Com os 162 projetos aprovados pela CODEPAR em 1966, representando 42% de todos os financiamentos concedidos no quinquênio, elevam-se a Cr\$ 35 bilhões os créditos aprovados para um total de 386 projetos nas diferentes regiões do Estado. A indústria de transformação de produtos da lavoura foi o que absorveu mais recursos (32%), seguindo-se o das indústrias químicas e de manufaturas diversas (26,9%) e, imediatamente, o de extração e elaboração de produtos florestais (18,9%). Alguns ramos tiveram extraordinário avanço relativo: a produção de fundidos aumentou 200%, os frigoríficos em 100 % e os óleos vegetais em 70%.

Em obras de infraestrutura, capazes de condicionar o processo de industrialização, foram aplicados pela CODEPAR, em 1966, Cr\$ 30,8 bilhões nos setores de energia elétrica, rodovias, telecomunicações, saneamento, inclusive fomento à agropecuária e investimentos para a educação.

Na Mensagem do ano passado afirmávamos: "O setor prioritário a ser atendido com maiores recursos é o de obras em novas unidades escolares". Nêsse sentido, o esforço realizado em 1966 superou as metas previstas. Foram concluídas 501 unidades escolares para todos os níveis de ensino, representando 1.054 novas salas de aula, às quais se somaram cerca de 450 mais, construídas no tempo recorde de 50 dias, através do Plano de Emergência, já citado no início desta Mensagem. O Paraná está construindo a média de 7 salas de aula por dia, contra 2 em média no quinquênio anterior, que construiu em todo o período 2.766 salas. Nos primeiros 15 meses do atual Governo estarão concluídas e equipadas 2.458 salas de aula.

Ainda no ano que passou, foram criados 18 Ginásios e 5 Colégios, 3 Escolas Normais Ginasiais e uma Escola Normal Colegial, estando instalada e já em funcionamento, sob a forma de Fundação, a Faculdade de Medicina do Norte do Paraná.

Especial ênfase foi dada ao treinamento do professorado. A FUNDEPAR aplicou recursos em torno de Cr\$ 7,9 bilhões em construção de prédios escolares, equipamento, pesquisa, visando melhorar a rede oficial de ensino.

No setor de saúde pública, o Governo criou o Serviço de Profilaxia do Câncer, concluiu o Sanatório de Londrina, para

tuberculosos, obra em construção há cerca de 15 anos, firmou convênios com hospitais particulares do interior para a compra de leitos-dia, debelou um surto de febre amarela silvestre, com a vacinação de cerca de um milhão de pessoas, e está combatendo, com vigor, a esquistossomose e a doença de chagas. A Secretaria de Saúde está sendo reestruturada dentro do propósito de integrar suas atividades com organismos municipais, estaduais, federais e particulares, numa somatória de forças para atuar mais eficientemente junto das comunidades.

Uma das maiores preocupações do Governô, tanto no ano que passou, como presentemente, é o treinamento do pessoal. Em quase todos os setores da administração foram realizados cursos intensivos e concessões de bolsas de estudos para elevar o nível dos servidores e o padrão do serviço público.

No setor da Educação ressalte-se a iniciativa pioneira do I Curso de Orientação de Técnicas de Alfabetização, I Curso de Orientação e Análise de Disciplinas da 4.ª Série, I Curso de Teoria e Prática da Escola Primária, I Curso de Aperfeiçoamento de Professores de Ciências Físicas e Naturais; I Curso de Formação de Professores de Artes Industriais e Economia Doméstica. No setor de Saúde, foram realizados os cursos de Educador Sanitário, de Organização e Administração Sanitária, de Semiologia Psiquiátrica, de Educação Pré-Natal, de Atendimento de Hospitais Psiquiátricos e de Formação de Inspetores de Saneamento. No setor de Agricultura, o I Curso de Aspectos Básicos de Orientação Educativa e ainda os cursos de Oficina Rural, de Treinamento de Professores, de Tratorista, de Exploração Racional da Madeira e de Economia Doméstica Rural.

O D.E.R. realizou cursos de Solo Cimento, de Treinamento em Equipes de Terraplenagem, de Especialização em Pavimentação Rodoviária, de Especialização em Engenharia de Tráfego e de Polícia Rodoviária. O D.A.T.M. promoveu um Curso de Administração Municipal e outro objetivando a familiarização com a nova legislação tributária. O D.E.S.P. realizou o II Curso de Português e Redação Oficial, o I Curso de Aperfeiçoamento e Treinamento de Datilógrafos e um curso intensivo de Treinamento em Administração Pública.

Também o Ministério Público promoveu o I Curso de Formação de Estagiários e dois Congressos Regionais, o primeiro em Cascavel e o segundo em Arapongas.

Mantendo vagos cêrca de 12.000 cargos públicos e voltando-se para o treinamento e o aperfeiçoamento do pessoal, o Govêrno procura suprir, pela qualificação, a redução quantitativa de seus servidores, ao mesmo tempo em que, pelo fomento agropecuário e pelos incentivos à industrialização, está criando oportunidades de novos emprêgos no setor da iniciativa privada, ampliando o mercado de trabalho.

Senhores Deputados

Nas páginas que seguem à Introdução desta Mensagem estão amplas e detalhadas informações sôbre a situação geral do Estado no primeiro ano do atual Govêrno. A matéria está dividida em cinco capítulos, a saber:

- I — A CONJUNTURA PARANAENSE, compreendendo uma rápida análise do comportamento da economia estadual, além de dados sôbre as finanças públicas e considerações sôbre critérios do planejamento governamental.
- II — O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, com indicação das realizações setoriais em obras de infraestrutura básica, energia elétrica, transporte, telecomunicações, saneamento, fomento agropecuário e incentivos à industrialização.
- III — O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com relato das principais medidas tomadas nos setores de Educação e Cultura, Saúde Pública, Política Habitacional, Assistência Social, Terras e Colonização, Justiça e Segurança.
- IV — A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, focalizando edificações e obras especiais, política do pessoal e política do material.
- V — AS RELAÇÕES DO ESTADO, com a União, os Estados e os Municípios.

É importante ressaltar que as realizações do Govêrno no ano que passou não teriam sido possíveis sem a compreensão e a cooperação do Poder Legislativo, com o qual mantivemos

as mais cordiais e fecundas relações. Igualmente fecundas e cordiais foram as relações com o Poder Judiciário, com a Justiça Eleitoral e com o Tribunal de Contas, mantidas sempre no mais alto nível de acatamento e respeito, com vistas aos supremos interesses do Estado.

A todos deixo aqui os agradecimentos e as expressões da maior admiração do Poder Executivo.

Ao concluir a apresentação desta Mensagem não poderia deixar passar sem registro o fato de que, justamente no dia de hoje, assume a suprema magistratura da Nação, como sucessor do Presidente Castello Branco, o Marechal Arthur da Costa e Silva, ao mesmo tempo em que, também nesta data, entra em vigor uma nova Constituição federal.

A partir de hoje o País retorna à normalidade político-constitucional, saindo de uma fase revolucionária em que a autonomia dos Estados e a autoridade de seus Governos estiveram sujeitas às injunções de uma situação nacional antes de fato que de direito.

É verdade que essa autonomia e essa autoridade vinham perdendo substância antes do Movimento de 31 de Março de 1964 por força do esvaziamento financeiro decorrente da inflação descontrolada. O próprio Marechal Castello Branco, em discurso pronunciado durante sua primeira visita ao Ceará, como Presidente da República, teve oportunidade de reconhecer o “quanto estava deformada a Federação e sacrificada a autonomia dos Estados em virtude das emissões desordenadas da União”, referindo-se então ao “clientelismo político do Presidente da República, por cuja ordem se abriam ou fechavam aos governantes estaduais as arcas do Banco do Brasil, que se transformara no real sustentáculo de finanças arruinadas pela voragem da inflação”.

Num pronunciamento posterior, o mesmo Marechal Castello Branco afirmava: “Não podemos continuar a falar em Federação ao mesmo tempo em que conservamos os Estados na inteira dependência da generosidade do Governo central. Nem haverá autonomia política daqueles enquanto não contarem com recursos adequados para as suas despesas”.

Reproduzo êsses depoimentos insuspeitos pela sua grande oportunidade nêste momento, quando as autoridades da República admitem que já se alcançou o contrôle e a contenção



do processo inflacionário, pela retomada do desenvolvimento, ao mesmo tempo em que a fase autoritária do poder central cessou com a entrada em vigor da nova Carta Magna.

Nossa maior esperança é que, a partir de hoje, se inicie um novo diálogo entre os Governos dos Estados e a União federal, na certeza de que a implantação da reforma tributária, de tão grandes implicações nos três níveis da administração, seja um instrumento de fortalecimento financeiro dos Estados e não, como receiam alguns círculos respeitáveis, um processo legal de maior esvaziamento de sua autonomia, transformando as unidades da Federação em pensionistas virtuais da União.

De nossa parte, e creio que também da parte da maioria dos representantes do povo nesta Casa, depositamos grande confiança no Governo do Marechal Costa e Silva, que hoje assume suas elevadas funções cercado do carinho e da esperança encorajadora dos brasileiros. Novos rumos estão à vista, capazes de levar este País a reencontrar-se com suas melhores inspirações de convivência pacífica e cooperação democrática entre os três níveis de Governo — União, Estados e Municípios — e entre os três poderes constituídos — Executivo, Legislativo e Judiciário — num clima de amplas garantias para o trabalho, o progresso e o bem-estar do povo brasileiro, seis e meio milhões dos quais vivem neste pedaço generoso de nossa Pátria.

Curitiba, 15 de Março de 1967

PAULO PIMENTEL
GOVERNADOR DO ESTADO

I — A CONJUNTURA PARANAENSE



COMPORTAMENTO DA ECONOMIA

A economia paranaense no ano de 1966, comportou-se de modo a trazer preocupações aos responsáveis pelos destinos do Estado. A renda interna, que em 1965 alcançara, em valores nominais, a quase o dôbro do ano anterior, o que representou um crescimento real de cêrca de 9%, êste devido, em sua maior parte, ao grande aumento da produção cafeeira, não deve ter alcançado, em 1966, sequer os níveis do ano anterior.

Apesar de não ser possível ainda uma estimativa válida, os indicadores conhecidos mostram que o aumento significativo no volume de produção dos principais produtos agrícolas não deve ter sido suficiente para compensar a redução, em volume e valor, da safra cafeeira.

A redução do valor da produção cafeeira, causada principalmente pela manutenção dos preços internos aos níveis nominais da safra anterior, isto é, reduzindo-se drasticamente em têrmos reais, afetou não apenas o setor primário, do qual o café sòzinho representa cêrca de um têrço do valor da produção, mas todos os demais setôres da economia estadual, direta ou indiretamente ligados à produção, beneficiamento, comercialização e transporte de café e ao atendimento da demanda apresentada pela renda gerada pelo café.

Em função dessa drástica redução, os indicadores econômicos e financeiros, que no primeiro semestre de 1966 mostravam uma economia em firme ritmo de expansão, passaram a apontar, de agôsto em diante, no sentido de recessão, cujos sintomas passaram a ser cada vez mais sentidos por todos os setôres da produção estadual e, inclusive, pelo próprio Estado.

A essa recessão, criada na economia estadual por uma política cafeeira que penalizou a cafeicultura sem compensar o

Estado pela perda de renda que essa penalização significa, somaram-se os efeitos da política econômica-financeira da União, que busca a contenção do ritmo inflacionário através de medidas que levam à redução geral do nível das atividades econômicas em todo o País.

Dessa forma, em 1966, a economia paranaense foi atingida, por um duplo efeito negativo, causado, de um lado, por uma política econômica-financeira que atinge toda a economia nacional, e do outro, especificamente, por uma política cafeeira que golpeou em cheio sua principal fonte geradora de renda. E tudo isso sem que o Paraná recebesse, quer através de seu Governo, quer através de seus setores privados, quaisquer estímulos compensatórios federais destinados a aliviar o pesado ônus que teve, e tem, de suportar, em nome da estabilidade da economia nacional.

Justamente quando começam a frutificar os esforços desenvolvidos por anos de trabalhos destinados a diversificar a agricultura paranaense, e dinamizar o setor industrial, através de políticas de fomento que vão desde a criação de infra-estrutura até o financiamento direto; justamente quando os empreendimentos surgidos desses esforços atingem um ponto de maturação e começam a produzir, defronta-se a economia estadual com uma situação negativa, para a qual não contribuiu, e que, põe em risco todo o esforço até agora dispendido no sentido de dar ao Paraná as bases econômicas sólidas de que necessita para projetar-se ao futuro com as mesmas características de progresso e dinamismo que o identificaram no passado.

Nesse ano de tantas dificuldades para a economia paranaense, coube ao Governo do Estado procurar compensar, na medida de suas forças, os efeitos negativos que pressionavam para baixo os níveis de atividade de todos os setores.

Utilizando-se dos recursos provenientes dos excelentes índices de arrecadação tributária obtidos no primeiro semestre, e procurando substituir pela eficiência os recursos perdidos pela queda de arrecadação verificada a partir de agosto, conseguiu o Estado desempenhar papel de corretor e amortecedor das flutuações econômicas.

Os altos índices de investimentos públicos que vem caracterizando o Paraná nos últimos anos foram mantidos, princi-

palmente nos setores básicos da infra-estrutura; os compromissos do Estado com empreiteiros e fornecedores foram saldados em dia; o funcionalismo passou a receber seus vencimentos com antecipação; os municípios receberam suas quotas de retôrno nos exatos têrmos que a lei determina; o setor privado foi apoiado muito além dos limites das operações rotineiras, pela mobilização do instrumental de fomento, criado para o desenvolvimento, mas que agora precisou ser empregado para combater a estagnação.

Nos capítulos específicos desta Mensagem, estão os dados que mostram na linguagem insofismável dos números, o esforço governamental realizado para manter o Paraná nos níveis de progresso e bem estar que seu trabalho lhe faz merecer. Mas antes de terminar esta pequena análise, convém levantar duas simples questões, que cada um pode responder por si s o.

Considerando a conjuntura atual, principalmente no que se refere ao poder aquisitivo da população, quais teriam sido os resultados das atividades comerciais em 1966, se o govêrno estadual atrazasse os vencimentos do funcionalismo, principalmente em dezembro?

Considerando a situação em que se encontra o setor industrial paranaense, principalmente os empreendimentos novos, de alta produtividade, e que estão ainda amortizando seus pesados investimentos, que teria ocorrido se o Estado, através da CODEPAR e do Banco do Estado, não tivesse ampliado ao máximo suas linhas de crédito, passando a operar em faixas novas e facilitando ao máximo a obtenção de recursos destinados a atender as exigências criadas pela conjuntura negativa?

Finanças Públicas

A arrecadação estadual durante o ano de 1966, totalizou Cr\$ 271.568.282.000 enquanto a despesa foi de Cr\$ 277.455.925.055, com uma diferença a menor de Cr\$ 5.887.643.085.

Essa receita arrecadada não correspondeu às previsões dos primeiros meses. O fluxo mensal da receita reduziu-se de Cr\$ 28,4 bilhões em janeiro para Cr\$ 26,7 em fevereiro, caindo em março para Cr\$ 25,4 bilhões, Cr\$ 23,7 bilhões, em abril, Cr\$

23,9 bilhões em maio e Cr\$ 20,0 bilhões em junho, em cujo nível prosseguiu até o final do exercício financeiro.

O pequeno desequilíbrio no encerramento do exercício ocorreu porque o Governo quis intervir mais ativamente no processo sócio-econômico do desenvolvimento, sob a forma de investimentos reprodutivos que evitassem a estagnação a curto prazo, na emergência de uma conjuntura econômica nacional bastante desfavorável. Além de não interromper o ritmo dos investimentos em obras de infraestrutura, o Governo concedeu isenções diversas em defesa de alguns produtos de exportação, inclusive a gêneros de primeira necessidade destinados ao consumo da população, como forma de atenuar o alto custo de vida.

Por outro lado, e pela primeira vez, adotou-se a prática do pagamento automático das quotas do Art. 20 da Constituição Federal, aos Municípios paranaenses, que somaram no exercício Cr\$ 5,7 bilhões, importância essa quase equivalente ao valor do desequilíbrio verificado na execução orçamentária.

No ano de 1966, a dívida flutuante teve uma redução de 143% e a dívida consolidada interna de 70%, enquanto o endividamento corrente manteve-se em torno de 15,87% da receita arrecadada, encarada como uma forma habitual de financiamento ao Tesouro.

O atual Governo prosseguiu na política de participação do Estado em empresas de economia mista, por tomada de ações, no sentido de fortalecer o ritmo de obras de infraestrutura e de injetar recursos no setor privado.

Na Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, foi integralizada a importância de Cr\$ 12,2 bilhões, elevando o percentual de participação para 82,57%; na Companhia Paranaense de Silos e Armazens — COPASA, a integralização foi de 120 milhões, subindo a participação estadual para 73,66%; na Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR a integralização foi de Cr\$ 460 milhões, elevando a participação do Estado para 99,82%; na Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná — CAFÉ DO PARANÁ foram integralizados Cr\$ 625 milhões, com participação de 99,82%; no Centro Eletrônico de Processamento de Dados — CELEPAR, a integralização ascendeu a Cr\$ 150 milhões, sendo a participação direta do Estado representada em 10% e, através do Fundo de Desenvolvimento Econômico, em 86,57%; na Companhia de Te-

lecomunicações do Paraná — TELEPAR foi integralizado Cr\$ 890 milhões, com o percentual de participação subindo a 89,09 %; no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul — BRDE, com a taxa de 1% sôbre a receita tributária, a participação do Estado do Paraná situou-se em torno de Cr\$ 1,1 bilhão.

Além disso, no Banco do Estado do Paraná S/A. está previsto em próxima assembléia, o aumento do capital de Cr\$ 2,5 bilhões para Cr\$ 7,5 bilhões. A integralização por parte do Estado deverá ser de Cr\$ 2,5 bilhões, assegurando uma participação de 51%.

Planejamento Democrático

No Paraná já se completou praticamente a ocupação total de seu âmbito geográfico, o que equivale a dizer que a terra, como fator de produção, deixou de ser abundante e disponível como em meados da década de 1940, quando, coincidindo com o término da II Guerra Mundial, o Estado se tornou o maior centro de atração migratória e humana do País.

Se a terra é hoje relativamente escassa, mais escasso ainda tem sido o fator capital e o fator técnica, quer para compensar e corrigir a tendência inelutável à decrescente fertilidade de seus solos virgens, em decorrência da agricultura extensiva, quer, principalmente, para operar a diversificação da economia estadual, ainda demasiadamente dependente do setor primário, embora com base no reconhecido dinamismo da cafeicultura.

Com escassez relativa de terras devolutas, de capitais financeiros e de tecnologia, o Paraná, entretanto, tem como fator abundante a fôrça de trabalho de suas populações, além de consideráveis recursos naturais, cujo levantamento e mobilização se impõem como tarefa urgente à consideração do poder público.

O povo é ainda a maior riqueza de um País ou de uma região, na medida em que a mobilização dos recursos humanos promova a transformação de suas potencialidade em fator decisivo da produção. Para que haja progresso social o homem tem que ser posto no centro do processo do desenvolvimento econômico, com liberdade de iniciativa e senso de responsabilidade para empreender e promover por si mesmo a elevação de seu padrão de vida.

A filosofia do desenvolvimento integrado, que informa a programativa do atual Governo do Paraná, pressupõe a conscientização do poder público no sentido de superar suas próprias deficiências para estruturar-se como uma máquina funcional e coordenada. Ela deve atuar tanto quanto possível, em articulação com as comunidades locais e a serviço delas. Os planos e os órgãos governamentais, em lugar de se desenvolverem em compartimentos estanques devem formar um sistema de vasos comunicantes, exatamente para que a comunicação com o povo se processe desde a base até a cúpula da administração.

Nesse sentido, com caráter pioneiro, verdadeiramente sem precedentes, o Governo do Estado está experimentando na prática um novo instrumento de ação através do Programa de Assistência e Integração Social.

Programa de Assistência e Integração Social

O Programa de Assistência e Integração Social — PAIS foi iniciado em março de 1966, portanto, pouco mais de um mês após a posse do atual governo.

Ele se inspira na filosofia do desenvolvimento integrado e tem como objetivo colocar o homem, sua família, e sua comunidade como participantes diretos, responsáveis, e tanto quanto possível dirigentes, do processo de elevação de seus padrões de vida, pelo aumento da produtividade e, conseqüentemente, com maior rendimento econômico e social.

Trata-se de elevar não só a renda geral da população, e portanto do Estado, como também a renda «per capita» de sorte a possibilitar o aumento do poder aquisitivo individual do homem como consumidor de bens e serviços, que afinal, é o povo na sua dimensão econômica — e, ao mesmo tempo, concorrer para o aumento da sua capacidade contributiva à sociedade.

A capacidade humana gera capacidade econômica, constatação que não tem sido posta na sua exata ordem de prioridade uma vez que entre nós a mobilização dos recursos humanos não é feita paralela e concomitantemente com os maciços investimentos realizados em obras de infraestrutura básica e de desenvolvimento social.

A tomada de consciência dêste fato evidencia a necessidade de pensar e planejar **com** a população, permitindo que os

programas de ação surjam da base, ao invés de pensar e planejar **para** ela.

De um modo geral, o homem não responde como seria de desejar — ou na verdade responde muito lentamente — às oportunidades criadas com os investimentos de infraestrutura, por se encontrar despreparado quer quanto a capacitação técnica, profissional, educacional e sanitária, quer na sua disposição de cooperação e de participação comunitária.

Certamente, será difícil chegar à mobilização dos recursos humanos para o aproveitamento das potencialidades disponíveis das diversas camadas da população, enquanto o setor público, com uma consciência escassa dessas exigências, não superar, êle próprio, a prática corrente de atuar de cima para baixo, de forma paternalista, e além disso, compartimentado, com multiplicidade de órgãos afins e paralelismo de programas.

O Programa de Assistência e Integração Social — PAIS não se insere no contexto assistencialista, que caracteriza a programática da assistência social, para cujo setor já existem estruturas definidas, montadas e em funcionamento, por iniciativa governamental ou de instituições particulares. O PAIS é um instrumento de desenvolvimento socio-econômico para atuar em articulação com as faixas sadias da população. Numa aplicação imediata de seus princípios, o PAIS está aproveitando tôdas as disponibilidades de pessoal e de recursos financeiros, de programas e obras setoriais já existentes na área do poder público, para uma ação conjugada com a própria comunidade, num processo de desenvolvimento integrado.

Objetivamente e, por ora, em escala piloto, foram grupadas numa só área, no bairro de Vila Feliz, em Curitiba, sob a denominação de Núcleo Comunitário, várias unidades de serviços públicos, tais como escola primária, posto de saúde, crêche, escola maternal, jardim de infância e centro social, com sua ação definida num trabalho integrado com a comunidade. Seu dimensionamento espacial e numérico corresponde a um círculo de 4 quilômetros de diâmetro, com uma média de 2.000 famílias, ou seja, aproximadamente 15.000 pessoas, inclusive trabalhadores não residentes na área, mas que ali exercem ocupações em fábricas e outras atividades remuneradas.

A agregação de outros estabelecimentos públicos e particulares esparsos, como escolas, entidades assistenciais, re-

partições, sociedades recreativas, sindicato, etc., já existentes naquele bairro, e além disso, diversas obras públicas ali programadas — saneamento, iluminação, pavimentação — vai ampliar o campo da ação integrada, irradiando o sentido do Programa sôbre uma população maior. No caso específico de Vila Feliz se chegará a uma população aproximada de 50 mil pessoas, que corresponde ao tamanho médio de um Município paranaense.

Tendo em vista êsse dimensionamento ideal e as características típicas das diferentes regiões do Estado, está programada a implantação de 15 Núcleos Comunitários, igualmente em escala piloto, nas cidades de Paranaguá, Ponta Grossa, União da Vitória, Santo Antonio da Platina, Londrina, Porecatu, Maringá, Paranavaí, Loanda, Cruzeiro do Oeste, Campo Mourão, Guarapuava, Pato Branco, Cascavel e Arapongas.

Êsses Núcleos deverão preparar o terreno para 15 outros, nas cidades de Curitiba (3) Rio Negro, Irati, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Apucarana, Jaguariaíva, Laranjeiras do Sul, Ibiti, Goio-Erê, Cianorte, Toledo e Nova Esperança.

Para futura etapa do Programa, a localização dos respectivos Núcleos está em fase de estudo e em função dos resultados das primeiras etapas já programadas.

Dentro da filosofia e dos objetivos que informam o Programa de Assistência e Integração Social, êle deverá ter sua aplicação extendida para todos os demais setores, onde a ação do poder público tenha em vista integrar o homem e suas comunidades no esforço do desenvolvimento socio-econômico, como por exemplo o plano integrado de habitação, os programas de eletrificação rural, de colonização, de fomento agrícola, de irrigação, de combate à erosão, etc..

Assim, numa experiência sem precedentes no Brasil, o atual Governo do Paraná está colocando em termos concretos e reais a sua própria filosofia, que não é mais uma simples declaração de propósitos, senão a realização prática dos princípios do desenvolvimento democrático, em que as próprias populações definem suas aspirações e suas metas. Desta forma, o poder público não dita, mas dirige, administra e acelera o crescimento com vistas ao progresso social.

RECURSOS NATURAIS

O conhecimento da realidade paranaense e a sua aplicação no planejamento do desenvolvimento, tem sido uma das maiores preocupações do Governo. É esta visão que fornece os elementos para a formulação da política econômica adotada.

Durante 1966 através da CODEPAR intensificaram-se os trabalhos na área dos Estudos e Pesquisas, cujo alcance e repercussão para a própria vida do Estado determinaram a mobilização de uma numerosa equipe de técnicos altamente especializados e mesmo de cientistas de renome, recrutados em todos os setores do Paraná. Somente a CERENA e a CODEM utilizam os serviços de duas centenas de especialistas não funcionários da CODEPAR, dada a amplitude dos trabalhos em execução.

A Assessoria de Estudos e Pesquisas da CODEPAR é quem gere a verba de «Estudos e Projetos», cuja dotação corresponde a 3% da receita bruta anual do Fundo de Desenvolvimento Econômico, segundo estabelece a legislação. Este ano foram dispendidos Cr\$ 845 milhões, em diversos estudos, pesquisas, projetos e programas de aperfeiçoamento de pessoal técnico.

Os trabalhos estão agrupados em três categorias: estudos para conhecimento dos recursos naturais; técnicos relacionados com a produção agro-pecuária e industrial; projetos de obras ou de implantação industrial. Há, ainda um quarto item, relativo aos planos diretores de desenvolvimento municipal.

Conhecimento dos Recursos Naturais

Nesse grupo estão incluídos alguns trabalhos em execução da mais alta importância para a formulação das diretrizes da macroeconomia paranaense, pois permitem um conhecimento das

reais potencialidades estaduais e o seu aproveitamento em bases racionais.

O primeiro deles — Estudo da Hidráulica e Hidrologia já está concluído na parte de levantamento de dados, análise e publicação, executado pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Hidráulica e Hidrologia da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná, enquanto prosseguem as pesquisas de laboratório. Este projeto interessa particularmente para combate à erosão urbana e para a construção de obras de drenagem na região do Arenito Caiuá.

Clima

O Estudo do Clima no Paraná Aplicado à Agricultura, já iniciado sob o patrocínio da CODEPAR, com a cooperação técnica da Secretaria da Agricultura, Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade Federal do Paraná e Centro de Pesquisas de Hidráulica e Hidrologia da UFP, destina-se a uma definição mais perfeita do regime de chuvas no Estado e a uma análise das informações meteorológicas existentes, para aplicação específica no setor agrícola. Esse projeto será ampliado em 1967, com a instalação de instrumentos meteorológicos para coleta de dados em 12 cidades, num trabalho de cooperação entre a CODEPAR e a Secretaria da Agricultura. Esses instrumentos farão a coleta de dados para estudos sobre balanço hídrico do solo, anemometria, balanço da energia radiante, geotermia e pesquisas microclimáticas.

Mapeamento

A CODEPAR participa, em conjunto com o Departamento de Geografia, Terras e Colonização e Departamento de Estradas de Rodagem, da Comissão para Mapeamento do Estado do Paraná, encarregada de elaborar o mapeamento planimétrico do Estado. Esse trabalho compõe-se de três projetos:

- C1 — elaboração de cartografia da região do Norte Pioneiro, perfazendo 16 fôlhas;
- MM1 — elaboração de 40 mapas municipais das regiões Oeste e Sudoeste do Estado, com base em fôlhas de 1:100.000 existentes. A compilação e atuali-

zação cartográficas foram concluídas, encontram-se em fase final a parte fotográfica, para preparação dos originais até início de 1967;

- TP1 — treinamento de pessoal, a fim de suprir a falta de especialistas em cartografia. A comissão programou o treinamento de um grupo próprio, composto de 7 bolsistas, que começará a operar a partir de março de 1967.

Recursos Naturais Renováveis

Em novembro de 1965 foi criada a Comissão de Estudos dos Recursos Naturais do Paraná — CERENA, da qual, participam a CODEPAR, o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, a Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade Federal do Paraná e a Secretaria da Agricultura.

Nesta comissão trabalham dezenas de técnicos e cientistas que desenvolvem, simultaneamente, dois trabalhos da maior amplitude para o conhecimento das potencialidades paranaenses.

O primeiro deles é o Projeto de Recursos do Solo, dentro do qual, em 1966, foram levantados e mapeados aproximadamente 25.000 km². de terras, dos quais 20.000 km². na região do Norte Novíssimo e 5.000 km². na região Sul (Rio Negro e municípios vizinhos). Paralelamente aos levantamentos de campo, foram feitas análises físicas e químicas dos perfis típicos e das amostras de solos, para a classificação e avaliação da fertilidade das terras. No decorrer do exercício foram instalados 17 campos de experimentação, para adubação e calagem, destinadas a culturas de trigo, milho, soja e algodão, nos municípios de Piraquara, Colombo, Lapa, Rio Negro, Irati, Paulo Frontim, Francisco Beltrão, Palotina, Cascavél, Guarapuava e Ponta Grossa.

Essas experiências destinam-se a verificar a necessidade de adubação, a correlação entre a produção dos experimentos e ensaios com o resultado analítico das amostras de solo, a estudar a acidez dos solos em laboratórios e no campo e, determinar a quantidade de calcário a ser empregado para a correção.

O segundo projeto é o dos Recursos Florestais que, entre

outros objetivos, destina-se à formação de técnicos e ao estudo do incremento florestal, em termos econômicos. Em 1966 foi concluído o Inventário do Pinheiro no Paraná, realizado através de foto-interpretação.

O inventário mostra que as reservas de Araucária do Estado estão por se extinguir dentro de 10 a 12 anos e sugere uma série de providências capazes de prolongar a vida dos últimos maciços de pinheiros, na região Oeste-Sudoeste, além de preconizar um vigoroso programa de reflorestamento. A CODEPAR, a propósito, elaborou documento relativo à aplicação de incentivos fiscais em planos de florestamento e reflorestamento.

II — DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO



ENERGIA ELÉTRICA

Durante 1966 foi cumprida a primeira etapa anual executiva do IIº Programa Estadual de Eletrificação, formulado para todo o presente período governamental. Tendo em vista que os objetivos da política setorial devem ser atingidos ao longo do quinquênio a ser completado em 1970, os resultados de um ano inicial precisam ser avaliados levando em conta as limitações que lhe são inerentes.

De qualquer modo, porém, pode-se afirmar, com segurança, haver sido sobremodo auspiciosa para o Paraná a ação do Governo do Estado em 1966, no setor, seguindo a meta de propiciar adequada oferta de eletricidade a todo o Estado.

Do ponto de vista institucional, cabe desde logo ressaltar que foi completada a clara definição de responsabilidades entre a Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL e o Departamento de Águas e Energia Elétrica. Este último deixou de atuar paralelamente à citada empresa, na operação de serviços de distribuição urbana, efetivando a transferência das concessões que detinha, em sua quase totalidade à mesma Companhia. A COPEL, além de constituir-se em instrumento direto do Poder Público estadual, centraliza a sua atuação através da Central Elétrica Capivari-Cachoeira S/A. - ELETROCAP, responsável por empreendimento fundamentalmente ligado aos objetivos da industrialização do Paraná e da qual também são acionistas o Fundo de Desenvolvimento Econômico (administrado pela CODEPAR) e o Governo Federal (através da Eletrobrás). Ademais, o Governo materializa, por seu intermédio, a participação acionária nas Centrais Elétricas de São Paulo S/A. — CESP, na usina Termelétrica de Figueira S/A. — UTEFPA e na Companhia Hidro Elétrica do Paranapanema, esta última as-

sociação concretizada em 1966, de modo a estender a ação governamental a importantes municípios do Norte Pioneiro.

Consumo Estadual

O montante da utilização de energia elétrica no Paraná se cifrará, em 1966, em pouco mais de 1,0 bilhão de quilowatts-hora. Consoante estimativa em caráter preliminar, apoiada no suprimento da COPEL, a elevação do nível estadual de consumo, em 1966, superou a registrada no ano anterior.

Aumentando o seu fornecimento de energia elétrica, durante 1966 — seja quanto à distribuição a consumidores, quer na venda em grosso a outras concessionárias —, a COPEL contribuiu de modo significativo, direta e indiretamente, para o incremento do consumo total de eletricidade no Paraná. A Empresa consolidou, assim, o processo de contínua ampliação de sua importância no quadro da indústria paranaense de energia elétrica e, pois, no panorama sócio-econômico do Estado.

O fornecimento da COPEL, no último ano, foi de 234,0 milhões de quilowatts-hora, contra 145,0 milhões em 1965, representando acréscimo de 89 milhões. Pode-se estimar, portanto, que somente o suprimento adicional da COPEL contribuiu com incremento da ordem de 8% ao consumo estadual, verificado em 1965. A venda diretamente a usuários, pela COPEL, em 1966, aumentou em 47,9 milhões de kwh, ao passo que o seu fornecimento em grosso deverá ter possibilitado, feita a redistribuição pelas concessionárias compradoras, outro acréscimo, descontadas as perdas, da ordem de 37,0 milhões. Desde que o montante do consumo de eletricidade no Paraná alcançara, em 1965, cerca de 1,0 bilhão de kwh, pode-se, por conseguinte, estimar que a contribuição da COPEL ensejou o aludido incremento de 8 por cento.

É sem dúvida provável que nas áreas de consumo não atendidas pela COPEL se tenham registrado taxas adicionais de acréscimo, de modo que o índice de incremento total do consumo, no Estado, terá por certo excedido os citados 8 por cento, resultantes exclusivamente da contribuição da COPEL. Deve-se ressaltar, porém, que mesmo 8% de acréscimo representam taxa superior aos 6,2% assinalados em 1965, relativamente ao ano

anterior. Ademais, na hipótese de um crescimento demográfico, no Paraná, no máximo de 7%, já se pode concluir que melhorou o consumo **per capita** estadual. Convém frisar, a propósito, que em todo o Brasil, no triênio 1963/65, praticamente estacionou o consumo de energia elétrica por habitante, correlatamente à estagnação da economia nacional, medida em termos de produto interno bruto real por habitante, fenômeno por sinal motivador do objetivo focal do Plano de Ação Econômica do Governo da União — retomada do desenvolvimento.

No decorrer do período 1960/1965 o consumo total de energia elétrica cresceu à taxa média anual acumulativa de 13,5%, o que vale dizer que melhorou o índice de consumo **per capita** situado no modesto nível de 126 kwh, ao início da presente década. Caminha o Paraná, assim, no sentido de lograr o objetivo de recuperação do atraso a que por longos anos esteve submetido, traduzível no fato de que em 1960 o consumo médio estadual, por habitante, era ligeiramente inferior à metade do nacional.

O aumento do consumo **per capita** de eletricidade, após 1960, pode ser avaliado, fundamentalmente, com apoio em duas hipóteses de expansão demográfica. Segundo a primeira, aplicar-se-ia a taxa verificada no decênio anterior, ou seja, de 7 por cento. Na outra hipótese, poder-se-ia considerar que o incremento populacional haja declinado, como é provável, cifrando-se em 5 por cento. Assim, no primeiro caso, ter-se-ia chegado, em 1965, ao nível de 170 kwh/habitante, enquanto no segundo se teria elevado a 190, pôsto que a disponibilidade de energia elétrica por pessoa teria crescido, respectivamente às taxas anuais de 6,5 ou 8,5 por cento.

Segundo a última dessas duas hipóteses, sem dúvida mais provável, pode-se estimar, ademais, que em 1966 o consumo **per capita** de energia elétrica, no Paraná, se situou entre 195 e 207 kwh. O primeiro índice seria assegurado exclusivamente com a contribuição da COPEL — ou seja, por aumento de 8% no consumo total, que se traduziria num incremento da disponibilidade por habitante da ordem de 3 por cento. O segundo, resultaria de admitir-se que o consumo também foi aumentado mediante fornecimento de outras empresas, de modo a lograr a taxa de 14%, correspondente a 9% de acréscimo por habi-

tante. (As demais empresas teriam contribuído com 6% adicionais aos 8% referentes à estimativa da oferta pela COPEL).

Duzentos quilowatts-hora por pessoa, nível ao qual terá chegado o Paraná, representam apreciável ganho relativamente à média nacional, hoje situada em torno de 310 kwh **per capita**. Assim, da metade do nível médio nacional, em 1960, teríamos passado a cerca de 2/3 daquele alcançado pelo País.

Até 1980, conforme as diretrizes do IIº Programa Estadual de Eletrificação, deverá o Paraná tudo fazer para concretizar resultado muito próximo ao da equiparação com o nível médio de consumo do Brasil, por habitante. Tal objetivo consiste em lograr condições de suprimento de eletricidade necessária a uma produção e rendas sociais de uma comunidade na qual se opera o chamado processo de desenvolvimento, ingressando na fase de acelerada e vigorosa industrialização.

Já se pode prever que a partir de 1967 haverá uma intensificação de oferta, em face das providências que começarão a frutificar, no que diz respeito ao aumento da disponibilidade de energia elétrica, de modo que seja assegurada a sua duplicação, no quinquênio. Estar-se-á, assim, parantindo a retomada da taxa de elevação média anual acumulativa da ordem de 14 por cento, o que vale dizer que o consumo estadual irá passar dos 1,0 bilhão de quilowatts-hora, registrados em 1965, para 2,0 bilhões, em 1970.

O objetivo da política de eletrificação do Governo Federal se resume, presentemente, em propiciar o acréscimo do consumo de energia elétrica, no País, em aproximadamente 10% ao ano, o que deve corresponder a cerca de 7% de aumento anual do índice **per capita**, considerando a hipótese de continuidade do crescimento populacional a razão de 3%. Segundo a meta da programação do índice **per capita**, considerando a hipótese de continuidade do Governo do Estado, o Paraná deve empenhar-se em alcançar resultado muito próximo da equiparação com o nível médio nacional; isso implicará em dobrar o seu consumo a cada cinco anos, durante esta e a próxima década, ou seja, aumentá-lo à razão de 14% anuais. Se o incremento demográfico mantiver ritmo da ordem de 5% ao ano, no período, a elevação do consumo por habitante será de cerca de 9 por cento.

Torna-se imperativo que o Paraná possa fomentar o seu consumo **per capita** em ritmo mais acelerado do que no conjunto do País, senão será absolutamente inviável a recuperação do atraso. Admitidas as suposições acima incrementos **per capita** da ordem de 7 a 9 por cento —, até 1980 o Brasil deverá atingir perto de 800kwh, enquanto o consumo do Paraná alcançaria índice da mesma ordem de grandeza.

Intensificação dos Investimentos

O Programa de Eletrificação do Governo do Estado implicou, em 1966, no emprêgo de recursos financeiros da ordem de 68,3 bilhões de cruzeiros, contra Cr\$ 30,9 bilhões no ano imediatamente anterior. Tais importâncias correspondem aos investimentos feitos através da COPEL, da ELETROCAP, e da UTELEFA e representam mobilização de recursos próprios do Governo do Estado, conjugados com os provenientes de outras fontes — notadamente do Governo Federal e de agências estrangeiras de financiamento **United States Agency for International Development** — USAID e Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID). Não se incluem nos referidos totais, por conseguinte, as aplicações do Departamento de Águas e Energia Elétrica — D.A.E.E., que inclusive tem cooperado com a COPEL em alguns empreendimentos.

Registrou-se, assim, acréscimo da ordem de 120% no valor das inversões, a preços correntes. Ademais, se se fizer o ajustamento de modo a eliminar os efeitos da inflação monetária, verifica-se que houve, por igual, significativo acréscimo do montante das aplicações financeiras, em termos reais. Atualizando a importância das inversões realizadas em 1965, a preços de 1966, chega-se para aquele ano a um total de Cr\$ 43,2 bilhões. Isso que dizer, pois, que, em termos reais o montante de recursos aplicados em 1966 superou em cerca de 60% o referente ao exercício anterior. Constata-se, assim, que foi dado curso à intensificação dos investimentos, assinalada no quinquênio 1961/65, conforme previsão do IIº Programa Estadual de Eletrificação.

Deve-se frisar que dois terços das inversões realizadas correspondem à soma de recursos próprios do governo estadual

e de empréstimos estrangeiros obtidos pela COPEL e pela ELETROCAP, junto à USAID e ao BID. Os restantes 33% constituem, em substância, complementação com fundos do Governo Federal (notadamente Eletrobrás, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico — BNDE e Comissão do Plano do Carvão Nacional — CPCAN). Quanto aos recursos do Governo do Estado, aplicados na forma de tomada de capital e de empréstimos da CO-DEPAR, ascenderam ao total de Cr\$ 32,9 bilhões, representando 48% do montante anual. A utilização de financiamentos da USAID e do BID totalizaram, em 1966, Cr\$ 12,6 bilhões, correspondentes a 18% das inversões do ano. Os demais recursos, elevando-se à Cr\$ 22,1 bilhões, consistiram nos já referidos 33% do montante anual e provieram sobretudo do Governo Federal (destacando-se, ainda, neste particular, a cooperação da Eletrobrás, mediante tomada de capital e financiamento à ELETROCAP).

Durante 1966, além de iniciar a utilização de financiamento da USAID e continuar ensejando o emprêgo de recursos financeiros federais e outros decorrentes de empréstimo do BID (êste à ELETROCAP), o IIº Programa ensejou a cooperação financeira do BNDE, mediante a assinatura de contrato que propiciou ao Paraná o maior empréstimo já concedido, no Estado, por aquêle organismo do Governo Federal — 30,0 bilhões de cruzeiros. A Hidrelétrica da Foz do Chopim e o respectivo sistema de transporte e transformação constituem os empreendimentos contemplados com o importante financiamento.

O orçamento global do IIº Programa, com base no objetivo de adicionar mais 400.000 kw de potência instalada disponível para utilização no Paraná, ascendeu a cêrca de Cr\$ 296 bilhões que, traduzidos ao valor atual da moeda, corresponde a mais ou menos 450 bilhões de cruzeiros. Ademais, segundo foi previsto nos «Subsídios ao IIº Programa Estadual de Eletrificação, aproximadamente 30% do montante orçado corresponderiam a inversões da poupança privada, dos poderes públicos municipais e da concessionária dos serviços de luz e fôrça da Capital do Estado. Com isto, a estimativa é de que os restantes 70% seriam aplicados nas obras enquadradas no IIº Programa — importando em 315 bilhões de cruzeiros. Dêsse

modo, a aplicação de recursos financeiros em 1966 foi compatível com a previsão estabelecida.

Empreendimentos

Durante 1966 foi ativado o ritmo dos empreendimentos do setor de energia elétrica, no Estado, concomitantemente à intensificação dos investimentos, assinalada no tópico anterior. Estão sendo cumpridas, desse modo, as diretrizes do IIº Programa Estadual de Eletrificação. Dotar o Paraná com adequada oferta de eletricidade, em todos os quadrantes de seu território, consiste, realmente, em objetivo ambicioso, a exigir ingente esforço na efetivação de uma multiplicidade de empreendimentos. Urge ampliar a potência de geração, estruturando um adequado sistema de transporte e transformação que conduza a energia aos centros de consumo. Ao mesmo tempo, impõe-se, implantar redes de distribuição, sem as quais não se torna efetiva e adequadamente disponível para consumo a Eletricidade gerada e transportada. A eletrificação rural, passo subsequente, também teria de começar a ser dado, como o fez a COPEL, em 1966, não só buscando o equacionamento financeiro desse problema sabidamente complexo, como também tomando providências concretas iniciais. Por fim, merece destaque especial o surgimento de outras novas perspectivas à eletrificação estadual, como a instalação do Comitê de Estudos Energéticos da Região Sul do País.

A seguir serão relatados os principais aspectos do programa de empreendimentos levado a efeito através da COPEL (com a cooperação do D.A.E.E.), da ELETROCAP e da UTEFSA. Sobressai, no conjunto, sem dúvida, o grande volume de obras em realização, o que é sobretudo válido no que diz respeito à implantação de fontes geradoras. Nem por isso, contudo, deixaram de ser menos significativos os números que sintetizam os empreendimentos concluídos no exercício. No tocante a linhas de transmissão foram terminados 586 quilômetros (de 66, 33 e 13,2 mil volts), enquanto puderam ser concluídas 11 subestações transformadoras (inclusive Campo Comprido, de 100 mil kVA), num total de 110.650 kVA, e redes de distribuição de 17 localidades, somando 437 circuitos.



Tronco Principal Norte-Sul

Em 1966 desenvolveram-se as obras de complementação do Tronco Principal Norte-Sul, em que se assentará o grande Sistema Interligado do Paraná. Deve-se destacar a conexão Figueira-Apucarana. A cargo da COPEL estão as construções de uma segunda subestação transformadora em Figueira e outra em Apucarana. Sob a responsabilidade da UTEFPA se encontra a linha de transmissão Figueira-Apucarana (de 120 quilômetros e 200 mil volts). Para a implantação dessa linha a COPEL participa financeiramente, sendo a parte restante custeada por verbas federais. Por outro lado, a COPEL iniciou a linha de transmissão Figueira-Xavantes, empreendimento que deverá estar concluído no primeiro semestre de 1967, estabelecendo nova interligação dos sistemas elétricos do Paraná e de São Paulo.

Atendimento às Regiões de Curitiba e Ponta Grossa

Novos suprimentos à região de Curitiba também permitem beneficiar o abastecimento de Ponta Grossa, conectada à Capital. Entre eles se inclui a ampliação da Usina Diesel Elétrica de Emergência, mediante a instalação de mais dois grupos geradores (de 3.500 kW), importados dos Estados Unidos, sob financiamento da USAID. Além disso, para possibilitar a conexão do Tronco Principal com a Termelétrica da SOTELCA (Tubarão-SC), mediante a linha proveniente de Joinville e em construção pela Companhia Fôrça e Luz do Paraná, conforme convênio com a COPEL, a empresa do Governo do Estado providência, simultaneamente, a adaptação da Estação de Campo Comprido. Encontra-se em fase final a subestação abaixadora de Campo Largo (10 mil kVA), que também beneficiará Balsa Nova, Contenda e Lapa. Tiveram início as obras do denominado Anel de Curitiba, destinado a possibilitar a distribuição de eletricidade em Curitiba, atendendo às suas crescentes necessidades, assim como a integração dos sistemas litoral e da Companhia Fôrça e Luz do Paraná com o Tronco Norte-Sul. Foi iniciada a construção da subestação de chaves do Barigui e a linha de transmissão, em 66 mil volts, interligando esta unidade a Campo Comprido. Também se encontram em andamento a instalação das subestações de Uberaba e Atuba.

Sul Integrado no Sistema Estadual

Com o término e funcionamento da linha de transmissão Ponta Grossa-Irati-Rio Azul-Salto Grande do Iguçu-União da Vitória e região Sul foi integrada no Sistema Estadual Interligado, em implantação, passando a ser alimentado com energia da Termelétrica de Figueira, antecipadamente ao início de operação da Usina de Salto Grande (15.000 kw). Essa mesma linha permitirá, também, beneficiar o sistema regional, noutras etapas, com os suprimentos do Sistema Tronco, notadamente da Hidrelétrica de Capivari-Cachoeira. Douro lado, Salto Grande do Iguçu deverá ser concluída nos próximos meses. Encontram-se em fase final de montagem os equipamentos elétricos e mecânicos das duas primeiras unidades.

A mesma interligação da usina com o Sistema Tronco irá possibilitar que sejam inicialmente aproveitadas disponibilidades da referida central hidrelétrica, distribuindo-a nas regiões de Curitiba e Ponta Grossa. Paralelamente aos trabalhos construtivos de Salto Grande do Iguçu, empreendimento de assinalada importância para todo o Sul do Estado, prosseguem as obras do sistema de transporte e transformação.

Amplia-se a Area de Influência de Mourão I

Foi concluída no primeiro semestre de 1966 a montagem das unidades geradoras da Hidrelétrica Mourão I (8.500 kW), ao tempo em que importantes obras de seu sistema de transporte e transformação também foram terminadas e outras iniciadas, tendo em mira a ampliação da área de influência da usina. Com o término da subestação abaixadora de Cianorte, o eixo de transmissão proveniente da central passou a funcionar na voltagem para a qual foi construído, beneficiando também outras sete localidades, já conectadas por linhas transmissoras. Estão sendo construídos novos eixos de transmissão até Barboza Ferraz, a fim de suprir outras sete cidades, e a Mamboré, neste caso para permitir a propagação de energia a oito municípios circunvizinhos.

Em 1966 a COPEL retomou os estudos do segundo aproveitamento hidrelétrico do Rio Mourão, no Salto Natal. A nova usina (15.000 kW), em combinação com Mourão I, além de

ampliar a disponibilidade do sistema em expansão, ensejará maior economicidade ao seu funcionamento.

Expandem-se o Atendimento ao Norte

Dentre as providências para atender à crescente demanda, no Norte, foi concluída a recuperação da Usina Diesel de Maringá e, com os mesmos objetivos, será neste ano instalada outra moderna usina diesel elétrica naquela cidade (7.000 kW) e se encontra em execução a duplicação da potência transformadora da subestação local. O empreendimento mais importante, porém, é a conexão com o Tronco principal Norte-Sul, mediante a linha Figueira-Apucarana.

Ademais, os sistemas com centro em Alto Paraná e Maringá foram ampliados e mais de uma dezena de ramificações tiveram seus trabalhos construtivos iniciados, para serem concluídas no primeiro semestre deste ano.

No início de 1966 a COPEL efetivou sua participação acionária na Companhia Hidro-Elétrica Paranapanema, concessionária distribuidora em extensa área do Norte Pioneiro. A COPEL ensejou, em consequência, à sua nova associada, o montante de Cr\$ 530 milhões, para beneficiar, diretamente, nove localidades da região.

Eletrificação do Sudoeste

A ampliação, em andamento, das hidrelétricas de Ocoí (para 2.260 kW) e de Cavernoso (para 1.190 kW), asseguram o imediato reforço de geração no sudoeste, a ser complementado pela instalação de modernas usinas diesel elétricas em Pato Branco, Cascavel e Foz do Iguaçu, estas financiadas pela USAID (total de 10.500 kW). Em consequência, estão sendo ampliadas as irradiações dos subsistemas regionais. Já a hidrelétrica de Foz do Chopim (44.000 kW) foi objeto de decisivas e importantes providências. Os estudos iniciais deste aproveitamento foram financiados pela CODEPAR e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico — BNDE, a seu turno, concedeu empréstimo de 30 bilhões de cruzeiros à COPEL, nos termos de contrato assinado em junho de 1966, destinados à usina e respectivo sistema que beneficiará todo o sudoeste.

Capivari-Cachoeira

Com a potência de 250.000 kW, Capivari-Cachoeira será a mais importante fonte geradora do sistema elétrico estadual, materializando condições para o desenvolvimento industrial do Paraná. Sob a responsabilidade direta da Central Elétrica Capivari-Cachoeira S/A. — ELETROCAP está sendo construída com recursos do Governo do Estado (através da COPEL e do Fundo de Desenvolvimento Econômico, administrado pela CO-DEPAR) e do Governo Federal (através da Eletrobrás), que participam acionariamente do capital da Empresa, além de financiamento concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID e outro da própria Eletrobrás. Em 1966 os serviços atingiram significativo estágio, podendo-se avaliar que já foram executados quase 50% das obras civis da grande hidrelétrica subterrânea do Paraná.

Novos Sistemas no Noroeste

Dois novos sistemas regionais com centro em Umuarama e Planaltina do Paraná começaram a ser implantados em 1966, na região Noroeste do Estado, pôsto que naquelas cidades serão instaladas modernas usinas diesel elétricas, de acôrdo com o programa financiado pela USAID. Sua principal finalidade é propiciar o imediato fornecimento de energia elétrica a importantes centros populacionais das zonas de mais recente colonização do Setentrião paranaense, até que as respectivas áreas sejam integradas no Sistema Interligado Estadual.

Rêdes de Distribuição

Além de levar a energia até a entrada das concentrações populacionais, a COPEL efetua investimentos em rêdes urbanas de distribuição, indispensáveis para torná-la efetiva e adequadamente disponível aos usuários. Dentre as obras concluídas em 1966, destacam-se as rêdes de Paranaguá (200 circuitos) e de Cianorte (79). Dezessete outras cidades tiveram concluídas durante o ano as respectivas rêdes e estavam em fase final as de outras 30 comunidades. Entre estas sobressai a rêde distribuidora de Maringá (335 circuitos).

Novas Perspectivas

A eletrificação rural foi uma importante perspectiva aberta no panorama da eletrificação do Paraná, em 1966. O INDA — Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário concedeu financiamento de Cr\$ 1,0 bilhão, à COPEL, para implantar cooperativa de eletrificação rural no município de Campo Mourão. Além disso, foi encaminhado pedido de financiamento ao GERCA — Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura, para custear programa global de atendimento à área da cafeicultura paranaense, com a ligação de 6.300 propriedades rurais, em 10 anos. O investimento total previsto será da ordem de Cr\$ 47,5 bilhões.

Outra alternativa diz respeito às negociações visando a que o Paraná receba a quota brasileira do aproveitamento hidrelétrico de Acaraí, em território paraguaio, consoante acôrdo com a vizinha República.

Um nôvo organismo regional, instituído sob a égide do Ministério das Minas e Energia, o Comitê de Estudos Energéticos da Região Sul, propiciará a formulação de um programa de atendimento global e integrado dos três Estados mais meridionais do País. Resultante de convênio entre a Organização das Nações Unidas — ONU, Eletrobrás, Comissão do Plano do Carvão Nacional — CPCAN e govêrnos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A COPEL, por delegação da Eletrobrás, é a executora do convênio.

Outra oportunidade que se abriu para um maior entrosamento do Paraná nos planos inter-regionais de eletrificação decorreu da constituição das Centrais Elétricas de São Paulo S/A. — CESP, resultante da fusão de tôdas as emprêsas de eletricidade do vizinho Estado. O Govêrno do Paraná é acionista da importante companhia, através da COPEL, assegurando o recebimento de energia das hidrelétricas do Paranapanema e de Jupia (Urubupungá).

Ação do Departamento de Águas e Energia Elétrica - D.A.E.E.

Conforme foi assinalado no tópico inicial dêste capítulo, em 1966 pôde ser concretizada a distinção da área de atuação do Departamento de Águas e Energia Elétrica — D.A.E.E.,

relativamente à da COPEL, deixando o primeiro de operar serviços de distribuição. Noutra passagem, também foi acentuada a cooperação entre o referido órgão da administração estadual centralizada e a empresa de economia mista responsável pela política de eletrificação do Paraná.

O D.A.E.E. desenvolveu, no exercício, em consequência, atividades mais compatíveis com a sua estrutura, desde os trabalhos técnicos de coleta de dados nos setores de hidrografia e levantamentos topográficos, com a instalação de novos postos fluvio e pluviométricos, medições de descarga, etc., até a execução de usinas, linhas de transmissão e redes de distribuição. Neste último aspecto, o Departamento atuou isoladamente nos casos de atendimento pioneiro e, noutros, em cooperação com a COPEL. Além disso, o D.A.E.E. forneceu materiais para redes de distribuição de 116 localidades e prestou assistência na respectiva construção, tendo também enviado grupos geradores diesel elétricos a 125 localidades (num total de 2.297 kVA). No setor de assistência técnica, foram efetuados levantamentos de carga em 28 localidades para a elaboração de projetos de redes e levada a efeito fiscalização das obras de pequenas hidrelétricas, além da cooperação à COPEL nos serviços de ampliação das usinas de Melissa e Cavernoso. A Assessoria de Planejamento do D.A.E.E. foi responsável por vários e importantes estudos hidrológicos elétricos e de mercado.

O Departamento, como órgão auxiliar do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, do Ministério das Minas e Energia, atuou junto às prefeituras e concessionárias, prestando orientação com vistas ao cumprimento da legislação federal relativa aos serviços de eletricidade. Em particular, foi prestada cooperação às municipalidades, quanto à prestação de contas das quotas do Imposto Único sobre Energia Elétrica. E, além de participar do processamento de pedidos de redução do tributo sobre energia elétrica, por organizações industriais, o D.A.E.E. colaborou no recebimento de verbas federais, beneficiando vários municípios.

Do ponto de vista financeiro, convém assinalar que o total de aplicações do Governo do Estado, através do D.A.E.E., em 1966, ascendeu a mais de Cr\$ 2,7 bilhões, correspondentes a dotações orçamentárias e outras receitas. Dêsse montante, cêr-

ca de Cr\$ 2,2 bilhões se referiram a despesas de custo e outros 500 milhões representaram dispêndios de capital.

UTELFA — Cooperação Federal e Uso do Carvão

Adicionalmente às referências já feitas à Usina Termelétrica de Figueira S/A. — UTELF A, deve-se destacar a atuação dessa empresa hoje sob controle acionário do Governo Federal, através da Comissão do Plano do Carvão Nacional — CPCAN. Ela materializa importante cooperação do Governo Federal ao programa estadual de energia elétrica e, ao mesmo tempo, propicia o aproveitamento das reservas carboníferas da região nordeste, condição essencial para a garantia de mercado à exploração econômica de tais recursos do subsolo paraense.

Além da construção do importante eixo Figueira-Apuacarana, com a colaboração da COPEL, a UTELF A construiu as linhas de transmissão, concluídas em meados de 1966, de Figueira a Curiúva e a Ibaíti, neste último caso estabelecendo interligação com o sistema da Companhia Hidro-Elétrica Parapanema, concessionária em diversos municípios do Norte Pioneiro. A ligação a Curiúva permitiu o abastecimento da sede urbana do município onde se localiza a usina. Ademais, a empresa está efetivando a montagem de uma terceira caldeira, destinada inicialmente a funcionar como reserva das existentes e que, após, permitirá o acoplamento a novo grupo turbo-gerador de 10.000 kW, possibilitando a ampliação da potência da central em 50%; iniciou em 1966 a conclusão das obras da subestação abaixadora de Ponta Grossa; construiu, também no último exercício, cobertura do parque de carvão; com o objetivo de evitar paralisações da usina, na ocorrência de chuvas; executou parte substancial da complementação da vila residencial de Figueira.

A UTELF A, entrosada com as diretrizes do IIº Programa Estadual de Eletrificação, desenvolveu, em 1966, estudos relativos à construção da linha de transmissão Figueira-Telêmaco Borba e respectiva subestação (138 mil volts e 61 quilômetros) e à ampliação da potência instalada de Figueira, com a utilização da terceira caldeira, em montagem.

Importa acentuar que, em face da ampliação do mercado da Termelétrica de Figueira, sobretudo ensejada com a ligação,

construída pela COPEL, de Ponta Grossa a Curitiba (Campo Comprido), em 1966 registrou-se notável incremento da geração da central, da ordem de 140%, relativamente ao exercício anterior. A seguir são reproduzidos números altamente significativos da evolução da atividade produtora de Figueira, em milhões de quilowatts-hora, ao lado do montante correspondente de carvão utilizado na geração de eletricidade (em mil toneladas):

Anos	Geração	Utilização de Carvão
1963	23,6	19,9
1964	31,6	29,8
1965	34,9	31,9
1966	83,5	75,9

R O D O V I A S

O primeiro ano administrativo do atual quinquênio demonstrou total superioridade sobre igual período de todos os quinquênios anteriores, no setor rodoviário.

Enquanto em 1956 — primeiro ano do penúltimo quinquênio — investiu-se 32,4% em estradas e em 1961, 52,3%, o primeiro ano do atual Governo realizou investimentos cujo índice foi de 67,3%, chegando a constituir o dôbro do registrado em 1956. Notou-se também sensível redução nas despesas de ordem administrativa, que baixaram para 37,8%, contra 47,7% das efetivadas em 1961, e 67,3% em 1956.

Em 1966, os estudos geométricos levados a cabo pelo DER, podem ser assim colocados em relação aos períodos anteriores: Reconhecimentos: 1.024,8 km, contra 272,5 km. em 1956, e 827 km. em 1961; Locação: 375,0 km. contra 146,2 do ano de 1956 e 149,17 km. de 1961; Projeto: 442,9 km. contra 50 de 1956 e 80 km. de 1961.

Outro índice de grande expressão foi registrado no volume de escavação de solos, que em 1966 alcançou a extraordinária soma de 7 milhões e 500 mil metros cúbicos, contra 2 milhões e 700 mil registrados em 1956, e 3 milhões em 1961. Deve-se levar em consideração que a obtenção dessa cifra ocorreu em praticamente 6 meses de trabalho, de vêz que os 6 primeiros meses de administração foram utilizados para a realização de 36 concorrências para os serviços a serem contratados.

A extensão de pavimentação atacada nêsse primeiro ano de Governo foi de 300,6 km., contra 111,5 km. de 1956, e 245,6 de 1961. No mesmo período, foram executados 1.317,0 metros de obras de artes especiais (pontes, viadutos etc.), contra 209,9 metros executados em 1956, e 875,8 metros em 1961. A exten-

são de revestimento primário executado, alcançou a 137,4 km. em 1956, contra 50 km. do ano de 1956 e 70,2 km. em 1961.

As obras de implantação e pavimentação de estradas definidas no Programa Básico do atual quinquênio, atingirão um total de 1.566 quilômetros, dentro da seguinte previsão:

Ano	Impl. Básica	Pavimentação
1966	332	121
1967	501	276
1968	399	373
1969	188	429
1970	115	367

Principais cometimentos

Tal Programa, que corresponde às necessidades básicas do Estado, e que visa a propiciar a circulação de riquezas produzidas nas suas várias regiões, compreende os seguintes cometimentos:

BR-101 — **Trêcho:** — Cacatu-Serra Negra-Guaraqueçaba
BR-153 (ex-14) — **Trêcho:** — Ibaítí-Ventania-Alto do Amparo

BR-158/PR-13 — **Trêcho:** — Maringá-Campo Mourão

BR-277 — **Trêcho:** — Três Pinheiros-Pato Branco

BR-376 — **Trêcho:** — Maringá-Paranavaí-Pôrto São José

BR-476/PR-5 — **Trêcho:** — Lapa-São Mateus-União da Vitória-Pato Branco-Marmeleiro-Barracão

PR-11 — **Trêcho:** — Ponta Grossa-Itararé

PR-51 — **Trêcho:** — São João da Graciosa-Antonina

PR-63 — **Trêcho:** — Marmeleiro-Francisco Beltrão

PR-69/70/71 — **Trêcho:** — Rolândia-Pôrto Alvorada

PR-72 — **Trêcho:** — Londrina-Mauá (em segunda etapa)

PR-86 — **Trêcho:** — Maringá-Cianorte-Cruzeiro do Oeste-Umuarama.

Além do programa citado de construção e pavimentação, estão sendo executados pelo DER, serviços gerais de melhora-

mentos na rede rodoviária existente, de forma não só a propiciar a manutenção adequada da extensão já pavimentada, como também dotar de melhores condições técnicas, através de serviços de alargamentos, retificações, revestimentos, obras de arte, etc., várias rodovias cujo volume de tráfego está a exigir melhorias diversas. Compreende, êste programa, também, a abertura de vias em caráter pioneiro, em regiões de desenvolvimento florescente. O objetivo do programa é abranger, durante o quinquênio, uma extensão da ordem de 2.000 quilômetros, o que propiciará a ampliação para 10.000 quilômetros, da rede rodoviária atualmente em conservação.

No ano passado, foram atacados 400 km. de extensão, assim discriminados: No Litoral foram executados serviços no «Ferry Boat» de Guaratuba, nos trechos Cacatú-Guaraqueçaba da BR-101/BR-84, São João da Graciosa-Antonina da PR-51 e Aristides Bem-Bem da PR-54; na região Centro, no trecho São Luiz do Porunã-Ortigueira e Alto do Amparo-Ortigueira da BR-376; No Norte do Estado, nos trechos Assaí-Jataizinho da PR-2 BR-369, Nova Fátima-Congoinhas da PR-12, contôrno de Londrina da BR-369, Bela Vista do Paraíso-Londrina da PR-72 e Cornélio Procópio-Santa Mariana da BR-369 na região Oeste, nos trechos Campo Mourão-Cruzeiro do Oeste da PR-4, Campo Mourão-Goio Erê da BR-272, Cruzeiro do Oeste-Rondon da PR-14, Paranavaí-Porto Kennedy-Rondon da PR-14 e Cruzeiro do Oeste-São Silvestre-Nova Olímpia; No Sudoeste, nos trechos Capanema-Francisco Beltrão, e Capanema-Barracão da BR-163; No Noroeste, nos trechos Cruzeiro do Oeste-Icaraíma-Pôrto Carmargo e Lobato-Santa Fé-Munhoz de Melo-Florai-Rio Ivaí e finalmente no Sul, nos trechos Irati-Mallet e Irati-Inácio Martins.

O agressivo programa de obras que passou a ser executado em 1966, exigiu o extraordinário volume de investimentos de 78 bilhões e 300 milhões de cruzeiros, dos quais 43 bilhões oriundos dos recursos do Estado e 35,3 bilhões de financiamentos externos e internos.

Dêsse total, Cr\$ 18.633.103, foram aplicados na conservação de 7.115,850 quilômetros de estradas e Cr\$ 2.054.832.000 em trabalhos de melhoramentos do sistema, numa extensão de 968,152 km.

Obras de Arte Especiais

O DER construiu, ainda, 1.317 metros de pontes e viadutos em concreto armado, e está construindo 1.970 metros. Em tais obras, foram investidos, só no ano passado, 3 bilhões e 607 milhões de cruzeiros. Entre as obras de arte concluídas destacam-se as do Rio Tibagi, com 215 metros, em Sertãozinho; arroio Ubá, com 130 metros: Rio dos Patos, Rio Iguaçu e Rio Ligeiro, com 100 metros cada uma. As maiores pontes em construção no Estado atualmente, são as do Rio Iguaçu, com 370 metros, entre Guarapuava-Chopininho (será a maior estadual); duas sobre o Rio Piquiri, uma entre Iporã-Guaira, com 300 metros e a outra entre Ubiratã-Corbélia, com 280 metros. Outra Grande ponte está sendo construída no Rio Ivaí, com 290 metros, entre Borrazópolis-Ivaiporã.

Importância da Rodovia do Sudoeste

De todas as obras rodoviárias em desenvolvimento, cumpre salientar a importância da pavimentação da Rodovia Sudoeste (Lapa-Barracão), com 429 quilômetros de extensão. Trata-se de uma das mais importantes rodovias do sistema paranaense, pelo seu elevado interesse em atender uma rica região da vertente sul do Iguaçu bem como a adjacente, que se estende além do divisor.

Sua excepcional expressão, é devida na maior parte, por situar sua faixa de influência em áreas das mais adequadas às culturas de batata inglesa, do feijão, do milho, da soja e do trigo, além de outros produtos agrícolas de extração vegetal, madeiras e de erva-mate, com os seus respectivos beneficiamentos.

Assim, no abastecimento ao mercado interno, a região a ser beneficiada por essa Rodovia, concorre com 2.578.000 toneladas de produtos agrícolas, num valor aproximado de 118 bilhões de cruzeiros, e 109.000 toneladas de produção pecuária, no valor de 22 bilhões de cruzeiros.

O quadro abaixo dá uma idéia da produção agro-pecuária e extrativa da Região:

Produção Agrícola

PRODUTO	PÊSO		VALOR em Cr\$ 1.000.000
	em 1.000 t		
Milho	600		12.000
Feijão	220		22.000
Arroz	150		15.000
Batata doce	130		6.000
Batata inglesa	100		6.000
Mandioca	430		4.000
Trigo	31		9.000
Centeio	17		4.000
Outros produtos	900		40.000
SUB-TOTAL	2.578		118.000

Produção Pecuária

Suínos e derivados	109		22.000
TOTAL	2.687		140.000

No abastecimento ao mercado estrangeiro, a contribuição da zona de influência da Rodovia do Sudoeste e que será por ela drenada, é das mais expressivas. Entre os artigos de exportação que mais carregam divisas para o Estado, as principais são:

PRODUTO	PÊSO		VALOR em Cr\$ 1.000.000
	Em 1.000 t		
Madeira	690		7.000
Erva-Mate	50		700
TOTAL	740		7.700

Como bem se verifica pelos índices anuais, tanto pelo peso de 3.427.000 toneladas, como pelo importe de Cr\$ 147,7 bi-

lhões na valia dos produtos é bem significativa a necessidade de oferecer o transporte compatível com a magnitude econômica dos bens gerados na zona que servirá essa estrada.

A Rodovia do Sudoeste servirá diretamente a 10 Municípios — (União da Vitória, Pôrto Vitória, Bituruna, Palmas, Clevelândia, Mariópolis, Vitorino, General Carneiro, Mangueirinha, Pato Branco) e a 21 Municípios, indiretamente (entre os quais: Capanema, Planalto, Realeza, S. Isabel D'Oeste, Ampére, Santo Antonio, Barracão, Dois Vinzinhos, Enéas Marques, Francisco Beltrão, Marmeleiro, Itapejara do Oeste, Chopinzinho) numa área de aproximadamente 17 mil quilômetros quadrados e população de 1 milhão e 200 mil habitantes.

Por outro lado, há um enorme vigor social no empreendimento, motivo mais forte que induziu o Governo a projetá-lo no atual quinquênio. O Sudoeste, com suas fertilíssimas terras, está repetindo o progresso verificado no Norte do Paraná. Lá ocorre uma grandiosa corrente migratória, com tendência a ser ampliada até a saturação. Somente no ano passado 100 mil novos habitantes integraram-se à Região, a quase totalidade constituída de população ativa, dedicada a atividades agrícolas, com parcelas ponderáveis no setor industrial, cujo incremento ganhará a mais ampla expressão em função da farta energia que será produzida pela Usina de Salto Grande do Iguaçu, que virá beneficiar toda a Região.

A Rodovia do Sudoeste facilitará, ainda, a ligação com o Estado de Santa Catarina, servindo grande área do seu Noroeste. Além disto, facilitará a comunicação com o Paraguai, através da Ponte Internacional no Rio Paraná, e com a Argentina, pela divisa seca existente entre Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen, naquêlê País.

Trecho Maringá-Campo Mourão

Dos trechos programados no atual Governo, cumpre ainda salientar o de Maringá-Campo Mourão, numa extensão de 85 quilômetros, da maior importância no atual programa de obras rodoviárias estaduais. Maringá a Campo Mourão pode ser visto como dos trechos mais importantes do País, quer pelo fato de percorrer a região agrária de riqueza inexcedível, pela sua

fertilidade, como por ser a maior produtora de café, mesmo considerado zonas de outras nações (que o produzam).

É premente a necessidade de considerar a função coletora da imensa produção cafeeira que afluente para os seus polos de atração, e como via de escoamento de cereais que são conduzidos pela mesma, a fim de suprir os mercados de São Paulo, Guanabara, Rio de Janeiro e outros Estados.

Por outro lado, existem outros motivos ponderáveis na consecução desse Trecho, entre eles a necessidade de evitar o perecimento de produtos agrícolas relevantes para a economia nacional, pela falta de escoamento das zonas de produção, em função da ausência de ligações eficientes, perdas essas que devem ser impedidas, sobretudo quando, paralelamente, ocorre escassês de tais mercadorias nos centros de consumo. Fato comprovador da gravidade do problema dos pontos de estrangulamento das atividades sócio-econômicas, aponta-se a questão de o abastecimento nacional não residir na sua parte mais influente, no setor produtivo, mas, inexistência de meios que permitam a produção chegar ao centro consumidor.

Sentindo de modo objetivo as dificuldades defrontadas pela falta de vias de transporte e conseqüente deficiência na comercialização, que provocam o colapso da produção agrícola, é que o Estado do Paraná vem procurando pleitear nos órgãos competentes a solução desse crucial entrave, da forma mais oportuna possível. A análise sumária do processo de povoamento, indica que as regiões do Norte paranaense, as mais densamente habitadas, apresentam concentração maior ao longo do eixo Jacarésinho-Londrina-Maringá- Campo Mourão. Nota-se com destaque, em Maringá, localizada no Norte Novíssimo, tem em Campo Mourão e a seguir em Cruzeiro do Oeste e Umucrama, seus polos mais notáveis, em torno dos quais o Paraná vem experimentando as maiores taxas de crescimento demográfico, já sendo de 500 mil habitantes a população da área diretamente beneficiada por esta ligação.

Conclusão da Rodovia do Café

A conclusão da Rodovia do Café, no trecho entre Maringá e as barrancas do Rio Paraná, na divisa de Mato Grosso, será também um dos maiores empreendimentos do atual Governo no

setor Rodoviário, com uma extensão de 145 quilômetros. Pela importância da Região a que serve, o empreendimento pode ser situado em segundo lugar, logo após a Rodovia do Sudoeste.

Campo Mourão-Cascavel

A seguir, o asfaltamento da BR-369, entre Campo Mourão e Cascavel (com 170 quilômetros de extensão, permitirá a conexão do Oeste do Estado e do seu extremo sudoeste em Foz do Iguaçu, com Campo Mourão, integrando um sistema de três rodovias do Plano Rodoviário Nacional (BR-369 — BR-272 e BR-158) estabelecendo a ligação da banda ocidental do Estado e a República do Paraguai com o Noroeste do Paraná e os grandes centros populacionais de São Paulo, Estado do Rio de Janeiro e Guanabara.

A circunstância de que se impõe assegurar a ligação de São Paulo com Cascavel e Foz do Iguaçu, na fronteira do nosso País com o Paraguai, apresenta-se como de premente necessidade, tanto no escoamento das sofras e, por tal, pelo enteresse econômico no fluxo de mercadorias para suprir os grandes mercados consumidores, como porque se enquadra como de interesse internacional já que permitirá a ligação com o Paraguai pela Ponte da Amizade, como consta no Plano Nacional de Viação, no item 1.6 das ligações internacionais. Classificam-se ainda como de interesse turístico, pelas raras belezas encontradas no Parque Nacional das Cataratas do Iguaçu, notoriamente conhecidas e já em exploração.

A promissôra perspectiva do interesse da zona a ser beneficiada, conjuga-se a importância supra-regional do trecho em questão. Efetivamente, a contingência de atravessar áreas de diversificada produção do Oeste Paranaense, situadas ao Norte e ao Sul do Paralelo de 24° concorre para que as zonas individualizadas pela linha geográfica referida, separe a região em duas secções de climas distintos, as quais apresentam características ecológicas completamente diversas. A ligação em tela permitirá, também, o entrosamento com o transporte fluvial pelo Rio Paraná, em Fóz do Iguaçu, o que propiciará o transporte hidroviário até o estuário do Prata, onde se localizam, entre outros pontos, Montevideo e Buenos Aires.

Pato Branco - Três Pinheiros

Tendo em vista o acelerado ritmo de obras federais da BR-277, entre Curitiba e Foz do Iguaçu, como parte da Transversal Pan Americana, que vem do Peru, através de Assunção ao Pôrto de Paranaguá, o Governo do Estado buscou uma alternativa na rápida ligação asfáltica com o Sudoeste, entre Pato Branco-Três Pinheiros, na BR-277, de modo a dar acesso àquela Região. No momento, as maiores concentrações de homens e máquinas em serviços, ocorrem no trecho citado e nos trechos Lapa-São Mateus do Sul, da Rodovia Sudoeste, e Maringá-Paranavaí, da Rodovia do Café.

A resenha populacional dos Municípios a serem beneficiados pela Transversal Pan Americana, indica uma população de 1.586.000 habitantes, contida nas seguintes áreas consideradas de «influência» da Rodovia: Paranaguá, Morretes, Antonina, Piraquara, S. J. dos Pinhais, Quatro Barras, Campina G. do Sul, Colombo, Almirante Tamandaré, Curitiba, Mandirituba, Araucária, Campo Largo, Balsa Nova, Palmeira, Porto Amazonas, São João do Triunfo, Teixeira Soares, Rebouças, Imbituva, Irati, Prudentópolis, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Guaraniáçu, Catanduvas, Cascavel, Corbélia, Toledo, Matelândia, Medianeira São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu.

Ponta Grossa - Itararé

A pavimentação da PR-11, de Ponta Grossa a Itararé, com 166 quilômetros, é outra das obras consideradas prioritárias no atual Programa Rodoviário, e que se completam com outras de importância imediata, como é o caso da Rodovia do Açúcar com a ligação de Pôrto Alvorada a BR-369, abrangendo Alvorada do Sul, Porecatú, São Martinho e Rolândia, que se encontra em ritmo bastante avançado, já tendo sido concluída a ligação Porecatú-Rolândia.

O Plano de Obras Rodoviárias do Governo visa, de um modo geral, pavimentar os grandes eixos que demandam a Região Curitiba-Paranaguá, bem como os que convergem na direção de São Paulo, e ainda os que devem ligar-se aos eixos acima, além da construção, melhoria e conservação das estradas vicinais.

Considerando que no atual quinquênio, a União deverá asfaltar 788 km., a rede pavimentada do Estado em 1970 será de 3.664 km., contra 1.210 em 1965, e 539 km. em 1960, isto é, nos últimos anos administrativos dos dois quinquênios anteriores, o que significa quase o dobro do total pavimentado pelos dois Governos reunidos.

Ritmo de Obras

No momento, todas as frentes rodoviárias abertas pelo DER estão em ritmo construtivo dos mais acelerados. Vários trechos serão abertos ao tráfego nos próximos meses. Os trechos Ponta Grossa-Castro-Piraí do Sul e São Mateus-União da Vitória, por exemplo, deverão estar com a terraplenagem concluída dentro de dois a três meses. Os trechos Palmeira-Irati e Três Piheiros-Pato Branco, também em construção, deverão ser entregues em junho ou julho deste ano. O trecho Maringá-Paranavaí — serviços de terraplenagem e pavimentação que está sendo entregue ao tráfego em cada sub-trecho concluído, deverá estar inteiramente pronto no próximo mês de setembro, dando mais um grande lance de 70 quilômetros à Rodovia do Café em direção ao Rio Paraná, na fronteira com Mato Grosso. Na Rodovia do Sudoeste, serão entregues mais 81 quilômetros de asfalto entre Lapa e São Mateus do Sul, até os meses de julho a outubro. O trecho Campo Mourão-Maringá, contratado há pouco, tem previsão para janeiro do próximo ano de todos os seus trabalhos de terraplenagem e pavimentação.

Os trechos atacados pelo DER em 1966, para pavimentação em mais de 300 quilômetros, foram os seguintes: BR-277 — São Luiz do Parunã-Palmeira (Pav. Asfalt.), BR-277 — Curitiba-São Luiz do Parunã (Recap. e aterros), BR-277 — Acesso a Campo Largo (Pav. asfalt.), BR-369 — Andirá-Bandeirantes (Recap. Pav.), BR-369 — Jataizinho-Uraí (Recap. Pav.), BR-369 — Apucarana-Arapongas (Recapt. pav.), Contorno de Maringá (Pav. Asfalt.), BR-369 — Cambará-Andirá (Recap. Pav.), BR-376 — Paranavaí-Maringá (Pav. Asfalt.), PR-5 — São Mateus do Sul Lapa (Pav. Asfalt.), PR-11 — Acesso a Ponta Grossa (Castro) (Pav. Asfalt.), PR-13 — Campo Mourão-Maringá (Pav. Asfalt.), PR-53 — Guaraguaçu-Guaratuba (Pav. Asfalt.).

Os investimentos previstos para a consecução dessas obras

de pavimentação, grande parte das quais já entregue ao tráfego, estão orçadas em tórno de 17 bilhões de cruzeiros.

Assistência aos Municípios

Além desses trabalhos o DER prestou assistência a vários Municípios, em serviços de pavimentação, melhoramentos de estradas, além de construção de pontes. Entre estes, cumpre destacar os seguintes: Mandaguacú — pavimentação asfáltica do acesso à sede do Município, numa extensão aproximada de 500 metros, a partir da BR-376. Nova Esperança — Pavimentação asfáltica do acesso à sede do Município a partir da BR-376, numa extensão aproximada de 3 mil metros. Ponta Grossa — pavimentação asfáltica dos acessos a BR-376, Xambrê — melhoramentos na estrada que liga Umarama Guaira (Via-Xambrê) Pérola Altônia e Pôrto Bygton. Iporã — construção de duas pontes sôbre os rios Xambrê e Jangada. Além disso, atendeu a dezenas de solicitações de Prefeituras para realização de patrolamento de estradas, o que ainda continua sendo executado sob forma de assistência do Govêrno às Prefeituras.

Para execução do vasto volume de obras programadas, o Govêrno procurou dotar o DER de melhores condições de máquinas e equipamentos. Para tanto, ampliou a frota de motoniveladoras de 147 para 172 unidades, correspondendo a um acréscimo de 17% em tratores, o aumento foi de 27 para 51, com um acréscimo percentual de 89% e em caminhões o número foi aumentado de 437 para 554, representando 27% de aumento.

Convênios Firmados

Ao mesmo tempo, o DER firmou convênio com a Petrobrás, no valor de 1,2 bilhões de cruzeiros, para cessão, em caráter gratuito, de asfaltamento que será utilizado na Rodovia Lapa-São Mateus do Sul, tendo em vista que nesta última cidade se constrói a usina piloto para industrialização do xisto. Foi também firmado convênio com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, de delegação de encargos, mediante indenização dos serviços na BR-277, trecho São Luiz do Purunã-Palmeira-Irati-Relógio; BR-153 (ex-BR-14) no trecho compreendido en-

tre Mello Peixoto até a divisa com Santa Catarina, e BR-373, trecho Pato Branco-Três Pinheiros.

Equipamento e Treinamento do Pessoal

O DER dispendeu na compra de equipamento, durante o ano passado, um total superior a 5 bilhões de cruzeiros. Mais equipamentos serão adquiridos nos próximos meses, como condição indispensável para atendimento à vasta rede de conservação, ampliação e prestação de auxílio à maioria das Prefeituras. Em paralelo às aquisições, foi efetivada a venda de equipamentos considerados inservíveis para o DER.

O aperfeiçoamento técnico do seu pessoal, foi atacado com bastante ênfase pelo DER, com a realização de inúmeros cursos, de nível superior, médio e elementar, tornando possível a constituição de equipes efetivamente capacitadas a desenvolver suas atividades especializadas, conforme os melhores e mais atualizados padrões da técnica. Entre os cursos realizados vale ressaltar: Solo Cimento, Novas Técnicas de Planejamento, Treinamento em Equipe de Terraplenagem, Especialização em Pavimentação Rodoviária, Equipamentos «Barber Greene» de Pavimentação, Trabalho, Pessoal de Chefia (Metodização Funcional), Especialização em Engenharia do Tráfego, Comunicação Oral, Fabricação e Manutenção Econômica do Pneu, Português e Redação Oficial, Administração e Gerência, Intensivo de Conhecimentos Gerais, Aperfeiçoamento e Treinamento e Especialização de Polícia Rodoviária.

FERROVIAS

Durante o ano de 1966 foram feitas aplicações na construção da Estrada de Ferro Central do Paraná ao redor de Cr\$ 1,2 bilhões dos quais Cr\$ 905 milhões oriundos de recursos estaduais e Cr\$ 368 milhões de fontes federais.

Os trabalhos a cargo do Governo do Estado, através da Comissão da Estrada de Ferro Central do Paraná, estão sendo desenvolvidos do Sul para o Norte, isto é, de Ponta Grossa para Apucarana, segundo um traçado que deverá reduzir a atual ligação ferroviária entre aqueles dois pontos em 295 quilômetros. O trecho, já concluído, entre Apucarana e Araruva, está sob a responsabilidade da Rede Viação Paraná-Santa Catarina.

As obras realizadas no último exercício constaram de terraplenagem, na extensão de 52 km., no trecho Ponta Grossa-Tibagi; conclusão de 11 km. de acabamento da terraplenagem no trecho Ipiranga-Santana, entre os kms. 83 e 96 e lastramento do trecho Ponta Grossa-Tibagi (52 km.).

Os investimentos em obras ascenderam a cerca de um bilhão de cruzeiros, enquanto na aquisição de material foram aplicados Cr\$ 257 milhões, representados por trilhos, placas de apóio, talas de junção, parafusos de linha, tirefons, dormentes e vagões (5 unidades).

P O R T O S

Quase dois milhões de toneladas foram movimentadas pelos Portos de Paranaguá e Antonina durante o ano de 1966, representando o valor das exportações mais 300 milhões de dólares e colocando Paranaguá como o segundo porto exportador do País.

Foram embarcados nos doze meses 6.048.104 sacas de café, quase 200 mil toneladas de milho, 100 mil metros cúbicos de madeira, além de 500 mil sacas de erva mate. Pelo Porto de Antonina foram embarcadas 880.654 sacas de café, totalizando os embarques de café 6.928.758 sacas.

Das importações, constam um bilhão de litros de derivados de petróleo, recebidos das refinarias nacionais da Petrobrás, cêrca de 20.000 toneladas de sal, procedentes do Nordeste e equipamentos diversos de mecanização, além de quase 100 mil toneladas de trigo em grão, recebidos através do Porto de Antonina.

O total de mercadorias movimentadas ascendeu a 1.367.000 toneladas, ultrapassando em 268 mil toneladas o ano anterior e de 206.000 o recorde absoluto ocorrido em 1963.

Dentro da movimentação geral, o terminal marítimo recebeu 50.000 caminhões com café, 18.000 com milho, tendo sido despachados 42.000 caminhões-tanque e mais de 11 mil vagões-tanque com derivados de petróleo.

Plano de Expansão e Melhoramentos

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina teve a seu cargo, durante o ano de 1966, a execução dos Planos de Expansão e Melhoramentos dos Portos do Estado.

Mais uma vez foi mantido o equilíbrio da receita com a despesa da autarquia portuária, em dia com seus compromissos assumidos, sem qualquer reajuste de tarifas durante todo o exercício.

As obras de dragagem do canal de acesso à baía de Paranaguá prosseguiram com a retirada de 300 mil metros cúbicos de areia da barra, onde está sendo atingida a profundidade de 8 metros, com os serviços da draga de alto mar «Rio de Janeiro», do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, órgão que realizou também serviços de manutenção da profundidade de 8 metros e 10 metros na bacia de evolução do Cais Geral de Paranaguá.

Durante o ano, foram abertas concorrências internacionais para a execução dessa mesma dragagem na profundidade de 10 metros, permitindo o recebimento de navios maiores de 45.000 toneladas, bem como para a ampliação urgente do cais de combustíveis líquidos, de forma a operar simultaneamente com três petroleiros e para a extensão do cais geral de Paranaguá em mais 500 metros.

Com o objetivo de remover o principal gargalo de estrangulamento da economia paranaense, que são as barras da baía de Paranaguá, o Governo do Estado determinou os entendimentos preliminares para a aquisição de uma draga de alto mar, capaz de remover com economia e eficiência, as areias que entopem o canal da barra, mantê-los abertos através de dragagens permanentes, bem como abrir o canal da Galheta, para a profundidade de 13 metros, onde será possível a entrada dos grandes petroleiros destinados à futura refinaria do Paraná.

Recursos Aplicados

Durante o exercício, foram aplicados quase um bilhão e meio de cruzeiros em obras, investimentos e recuperação dos portos marítimos paranaenses, sendo mais de um terço com recursos próprios do concessionário e dois terços restantes com recursos dos Fundos de Melhoramentos dos Portos e do Fundo Portuário Nacional.

É o seguinte o demonstrativo em cruzeiros das aplicações:

Origem dos Recursos	Paramaguá	Antonina	Total
Fundo de Melhoramento dos Portos	234.478.843	58.271.450	292.750.293
Fundo Portuário Nacional	476.004.495	168.400.000	644.404.495
Verba própria da APPA	230.001.244	269.008.037	499.009.281
T O T A L	940.484.582	495.679.487	1.436.164.079

Obras Realizadas

Foi completada a rêde de eletrificação do Cais Geral de Paramaguá e as linhas férreas de ligação do parque de material pesado, silos, armazens e Vila da Madeira, duas locomotivas diesel elétricas de 150 HP foram recondicionadas e bem assim trinta vagões metálicos, a cábreca «Santa Fé» e o rebocador «Guarapuava».

Proseguiu a pavimentação a paralelipipedos de extensas áreas do cais geral e do cais de inflamável e a construção de dois armazéns internos de 100 x 40 metros, sendo inteiramente reformado o armazém frigorífico.

A autarquia adquiriu equipamentos pesados de transferência de cargas, além de máquinas operatrizes e quatro veículos para o parque de mecanização dos portos, inclusive sendo adaptado o antigo armazém 4-C para as oficinas centralizadas.

Pôrto de Antonina

No Pôrto de Antonina, além da dragagem do seu canal de acesso, já completada para a profundidade de 5 metros, num volume de 200.000 metros cúbicos de material dragados, foi aberta a concorrência pública para o aprofundamento dêsse canal na profundidade de 6 metros sôbre o zero hidrográfico.

Mediante dragagem de um canal longitudinal, com 20.000 metros cúbicos, foi possível o assentamento dos caixões

que irão constituir o cais pesado de minério, com 130 metros de extensão, através da colaboração da Marinha de Guerra do Brasil que, com seus homens-rãs, retirou do fundo da baía quatro caixões de concreto armado, de 20 x 8 x 10 metros para seu apoio em terra mediante enrocamento pesado do quebramar.

A recuperação e ampliação dos armazéns do Pôrto de Antonina tem prosseguimento com a aquisição de madeiramento e cobertura já colocados em parte. Foi também instalada a nova correia transportadora para cereais a granel com capacidade de 120 toneladas-hora. Igualmente, realizou-se a retificação da Avenida Conde Matarazzo, principal via de acesso ao Pôrto, prosseguindo a estrada de ligação entre os dois terminais de cabotagem e de minério, além da pavimentação a paralelepípedos de extensas áreas do cais.

Ampliou-se a rede de eletrificação do cais geral e do cais de minérios de Antonina, inclusive com rede telefônica interna e mecanização das operações e das oficinas.

A E R O P O R T O S

Pelo Departamento Aeroviário da Secretaria de Viação e Obras Públicas, o Governo do Estado realizou serviços de pavimentação nos aeroportos de Guaratuba e Cascavel, movimentos de terra no aeroporto de Umuarama e melhorias no de Ivai-porã.

Em Maringá, está em construção a estação de passageiros do aeroporto local, já concluídas as obras de fundações baldramas e colunas bem como se encontra em início a lage do primeiro pavimento.

As aplicações ascenderam a Cr\$ 125 milhões.

TELECOMUNICAÇÕES

A surpreendente explosão expansionista do «hinterland», tornou obsoleto o então precário sistema de telecomunicações do Estado, ficando o Paraná sem condições para o contato rápido com o Centro-Leste do País e o exterior, especialmente Europa e Estados Unidos, que se tornaram áreas de importância vital para o intercâmbio paranaense.

A partir de 1963, foi intensificada, através do DETEL — Departamento Estadual de Telecomunicações — a realização de planos e programas objetivando suprir as necessidades do Estado. Na mesma época foi criada a TELEPAR — Companhia de Telecomunicações do Paraná, sociedade de economia mista que ficou encarregada do planejamento e execução da política governamental, cabendo-lhe promover a implantação, melhoria e exploração dos serviços de telecomunicações do Estado, funcionando sob a supervisão do DETEL que além de função normativa e fiscalizadora, acumulou também o encargo de atender os serviços de telecomunicações do Estado.

No ano de 1966, o Governo partiu para uma política nova de aperfeiçoamento do complexo já existente e determinação de um programa capaz de suprir, a curto prazo, tôdas as necessidades de telecomunicações do Estado projetadas para os próximos anos. Dentro da idéia a TELEPAR elaborou um Plano Diretor do Sistema de Telecomunicações do Estado, já agora em execução, subdividido em dois setores: Rota Principal e Rota de Emergência.

Rota Principal

A Rota Principal, de alta capacidade de tráfego, interli-

gará as cidades de Paranaguá — Curitiba — Ponta Grossa — Londrina — Cornélio Procopio — Jacarézinho — Araçongas — Maringá — Nova Esperança e Paranavaí. As obras e instalações a serem implantadas constarão de rádio e multiplex, equipamento telefônico, equipamento e linhas para força, edifícios, torres para antenas e estradas de acesso às repetidoras, estando sua conclusão prevista para o próximo ano, sendo o seu sistema o de «micro-ondas», considerado o mais avançado do mundo, com capacidade máxima para 960 canais de voz, o que colocará o Paraná na vanguarda, em matéria de comunicações.

É o seguinte o andamento dos trabalhos:

— Prédio da Central Telefônica Interurbana de Curitiba (Edifício Sede): projeto concluído;

— Levantamento e sondagens do terreno: concluídos;

Fundações: serviços contratados e em andamento;

Garage e dependências: em construção.

— Estradas de acesso às Repetidoras:

Pedra Branca do Mulato (Município de Ortigueira): estudos concluídos; serviços contratados, terraplenagem concluída, drenagem e revestimento em andamento.

Repetidora do Carvalho (Município de Tibagi): estudos concluídos, serviços contratados, terraplenagem concluída, drenagem e revestimento em andamento.

Repetidora do Morro do Meio (Município São José dos Pinhais): estudos e projetos concluídos.

— Terrenos: Em grande parte adquiridos os terrenos necessários às instalações nas diversas localidades abrangidas pela Rêde.

— Todos os projetos concluídos.

Rota de Emergência

A Rota de Emergência consiste numa rêde de UHF, para instalação a curto prazo, interligando grande número de centros populosos do interior do Estado, onde, apesar do acelerado desenvolvimento que ali se observa, nada possuem, no tocante a telecomunicações. Este sistema deverá ser substituído, numa segunda etapa de execução do plano global de telecomunicações do Estado, por um grande eixo de micro-ondas, complementado por linhas subsidiárias. A Rota de Emergência estará concluída em julho de 1967 e atenderá às seguintes cidades:

Lapa, União da Vitória, Palmas, Clevelândia, Mariópolis, Pato Branco, Vitorino, Marmeleiro, Francisco Beltrão, Coronel Vivida, Foz do Iguaçu, Matelândia, Cascavel, Laranjeiras do Sul, Toledo, Mal. Cândido Rondon, Guarapuava e Guaíra - no Oeste e Sudoeste e Umucaramá, Goio-Erê, Cruzeiro do Oeste, Cianorte, Maringá, Ivaiporã, Paraíso do Norte, São João do Caiuá, Londrina, Nova Londrina e Paranavaí, no Norte e Noroeste do Estado.

O andamento das obras é o seguinte:

— Prédio da Estação Terminal de Ondas Portadoras — Guarapuava: em construção.

— Prédio da Estação Terminal de Ondas Portadoras — Laranjeiras do Sul: em construção.

— Prédios das demais estações: projetos concluídos.

— Terrenos: na maioria adquiridos ou em fase adiantada de aquisição.

Serviço Telefônico de Campo Largo

A TELEPAR está procedendo, em convênio com a Prefeitura Municipal de Campo Largo, a instalação do serviço telefônico local.

Inicialmente a rede constará de 322 terminais e sua construção obedece às mais avançadas exigências técnicas. As despesas são custeadas pelo sistema de auto-financiamento, estando prevista a inauguração do serviço em abril de 1967.

É a seguinte a situação dos trabalhos:

Prédio da Central: em conclusão

Réde urbana: em construção

Equipamento telefônico: fase de entrega

Equipamento de força: em instalação.

Guarapuava — Foz do Iguaçu

Em 1963 foi iniciada a construção do trecho de ondas portadoras ligando as cidades de Guarapuava a Foz do Iguaçu estando concluído, desse eixo, o trecho Guarapuava-Laranjeiras do Sul, num total de 114 km. Por outro lado, em convênio com o Departamento de Correios e Telégrafos, a TELEPAR concluiu as seguintes obras: construção da linha de ondas portadoras São Paulo-Curitiba, em apenas 10 meses, empreendimento cuja realização vinha sendo tentada sem resultado pelo DCT há mais de 15 anos.

De acôrdo com a autorização oriunda do convênio a TELEPAR está explorando, desde março de 1966 e com sensível melhoria para o tráfego telefônico Curitiba-São Paulo nove dos doze canais de voz implantado naquela linha. Além desta obra, e mediante outro convênio com o DCT, a TELEPAR concluiu também em tempo recorde, a linha de ondas portadoras Curitiba-Joinville, que será inaugurada dentro dos próximos dias.

Problema CTN

Para a solução definitiva dos serviços de telecomunicações do Estado do Paraná, tornou-se imprescindível a aquisição da Companhia Telefônica Nacional — CTN, Secção do Paraná.

Em virtude das medidas tomadas pelo Governo do Estado o Presidente da República determinou, através o Decreto n.º 59.067, de 12 de agosto de 1966, a criação de uma Comissão encarregada de propôr uma solução para a compra da CTN no Paraná.

De acôrdo com entendimentos mantidos através do CONTEL, o acervo da empresa foi transferido à TELEPAR.

Departamento de Telecomunicações

O Departamento Estadual de Telecomunicações implantou em 1966 moderno sistema de Telex para o Palácio Iguazu e outro em Brasília, para o Governo do Paraná, que estão permitindo comunicações praticamente com o País inteiro. No período, o DETEL instalou cinco equipamentos de PABX num total de 120 ramais, para os seguintes órgãos: Biblioteca Pública, Corpo de Bombeiros de Curitiba, Hospital da Criança, Parque Castelo Branco e Secretaria de Segurança Pública. Além disso, instalou aparelhos INTERVOX na Casa Civil do Palácio Iguazu e na Procuradoria Geral do Estado e adquiriu 300 linhas telefônicas em Curitiba, através do Fundo Municipal de Telefones.

O total de linhas e aparelhos telefônicos adquiridos pelo DETEL no primeiro ano do atual Governo foi de 503, beneficiando unidades escolares e órgãos estaduais da capital e do interior. Os Municípios beneficiados, além de Curitiba, foram Arapongas, Jacarézinho, Cascavel, Cianorte, Londrina, Paranaguá, Ponta Grossa, Primeiro de Maio, Mandaguari e Santo Antonio da Platina.

SANEAMENTO

Foram aplicados pela SANEPAR, durante o ano de 1966 Cr\$ 3.505.783.895 em obras públicas de saneamento básico, com implantação, ampliação e melhoria, dos sistemas de abastecimento de água potável e serviços de esgotos sanitários nos municípios paranaenses.

No transcorrer desse período a SANEPAR manteve contato com 132 Prefeituras das quais 60 acham-se enquadradas na sua Política de Ação, 12 com documentação incompleta e 60 ainda em fase de enquadramento.

Foram financiados a longo prazo, 19 municípios, cujo montante atingiu 6,6 bilhões de cruzeiros: Curiúva, Florestópolis, Francisco Beltrão, Japurá, Londrina (através do GEF — Cr\$ 2,3 bilhões), Mandaguacú, Joaquim Távora, Maringá (através do GEF — Cr\$ 2,5 bilhões), Porecatú, Paranapanema, Pato Branco, Quinta do Sol, Santa Mariana, Santa Izabel do Ivaí, Terra Boa, Jataizinho, Caiobá, Andirá e Guaíra.

Dêstes financiamentos foram aplicados Cr\$ 1.304.057.281.

A SANEPAR firmou contratos no valor Cr\$ 1,2 bilhões para obras nos municípios de Arapongas, Cruzeiro do Oeste, Curitiba (Corte Branco), Curiúva, Wenceslau Braz, Uraí, Jataizinho, Telêmaco Borba, Centenário do Sul, Loanda e São Mateus do Sul.

Por delegação de poderes realizou convênios com o DNOS, CPCAN e SPVERFSP, que representaram o auxílio de Cr\$ 782.750.000 para os municípios de Guaíra, Cruzeiro do Oeste, Campo Mourão, Cascavel, Arapongas, Borrazópolis, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Irati, Jataizinho, Marumbi, Pitanga, Rolândia, Santa Mariana, São João do Caiuá, São Pedro do Ivaí, Apucarana, Cornélio Procópio,

União da Vitória, Prudentópolis, Ortigueira, Wenceslau Braz, Ibaiti e Curiuva.

Em colaboração com a USAID o DAE, ministrou curso para **Operadores de Estação de Tratamento de Água** e Curso de **Mestres de Obras** em construções de rêsdes de Abastecimento de Água.

O setor de Estudos e Projetos, elaborou e autorizou através firmas especializadas 60 estudos e projetos, no montante de Cr\$ 159.832.718 assim distribuidos:

Elaborados pela SANEPAR

- a — Concluídos: — Telêmeço Borba, Jataízinho, Cruzeido do Oeste, São Mateus do Sul, Centenário do Sul, Lupionópolis, Terra Boa, Primeiro de Maio, Realeza, Santa Cruz do Monte Castelo, Paranapanema, Santa Izabel do Oeste, Francisco Beltrão, Faxinal, Borrazópolis, Guaira, Pato Branco, Rio Bom, Rancho Alegre, Porecatú, Cascavel e Arapoti.
- b — Em andamento: — Cambé, Paraíso do Norte, Paranaíba, Joaquim Távora, Mandaguacú, Tibagi, Dois Vizinhos, Arapongas, Tamboara, Paranaguá, Terra Rica, Caiobá, Ortigueira e Marialva.

Contratos em Elaboração

- a — Estudos Preliminares: — Carlópolis, Corbélia, Engenheiro Beltrão e Ivaiporã.
- b — Projetos: — Araucária, Astorga, Bela Vista do Paraíso, Capanema, Cianorte, Colorado, Congonhinhas, Goio-Erê, Guaratuba, Imbituva, Itambaracá, Jussara, Marumbi, Mirasselva, Nova Esperança, Nova Fátima, Palmas, Peabiru, Pitanga e Prudentópolis.

Obras Concluídas no Interior

Alvorada do Sul: — Sistema completo de Abastecimento de Água, aplicado Cr\$ 13.035.725; **Florestópolis:** Sistema completo de Abastecimento de Água, aplicado Cr\$ 29.325.436; **Apucarana:** Reservatório Elevado — 200m3., aplicado Cr\$..

16.000.000; Nova Londrina: Reservatório 50 m3., Reservatório 100 m3., Casa de Bombas — Rêde de Distribuição — 1.570 m., aplicado Cr\$ 25.087.798; Paranapanema: Casa de Bombas — Caixa de Sucção Adutora, 1.560 m3., aplicado — Cr\$ 21.326.895; São José dos Pinhais: Reservatório Elevado — 100 m3., aplicado Cr\$ 85.551.881; Loanda: Reservatório Elevado, aplicado Cr\$ 36.240.372; Quinta do Sol: Barragem — Casa de Bombas — Reservatório, aplicado Cr\$ 8.841.215.

Obras em andamento — Interior do Estado

Abatiá: Perfuração, Poço Tubular Profundo; **Campo Largo:** Rêde de Distribuição, aplicado Cr\$ 14.475.936; **Centenário do Sul:** Captação e Estação de Tratamento — Fase inicial, aplicado Cr\$ 22.540.030; **Cidade Gaúcha:** Perfuração Poço Tubular Profundo; **Corbélia:** Perfuração Poço Tubular Profundo; **Cruzeiro do Oeste:** Estação de Tratamento — Fase final, aplicado Cr\$ 67.391.862; **Guarapuava:** Captação — Adução — Estação de Tratamento — Adutora — Rêde de Distribuição — Fase final — aplicado Cr\$ 379.547.029; **Ibaiti:** Captação — Estação de Tratamento — Adutora — Rêde de Distribuição — Fase final — aplicado Cr\$ 157.520.444; **Jandaia do Sul:** Rêde de Distribuição, aplicado Cr\$ 23.867.921 (Total Financiamento); **Jataizinho:** Estação de Tratamento — Fase inicial, aplicado Cr\$ 31.033.085; **Lupionópolis:** Rêde de Distribuição — Fase inicial, aplicado Cr\$ 6.871.106; **Porecatu:** Perfuração Poço Tubular Profundo — Fase inicial; **Rio Negro:** Casa de Bombas — Fase final, aplicado — (Convênio DAE); **Santa Izabel do Ivaí:** Rêde de Distribuição — Equipamento — Fase inicial, aplicado — Cr\$ 17.733.208; **Santa Mariana:** Rêde de Distribuição — 1.824 m., aplicado Cr\$ 59.503.744 (Total financiamento); **Santa Cruz do Monte Castelo:** Casa de Bombas — Rêde de Distribuição — Equipamento — Fase final, aplicado Cr\$ 35.229.670; **São Mateus do Sul:** Rêde de Distribuição (concluída) — Res. Elev. e Ent. — Fase inicial, aplicado Cr\$ 225.739.000; **Sertãoópolis:** Rêde de Distribuição (concluída), aplicado Cr\$ 24.987.392; **Telêmaco Borba:** Captação — Adutora — Estação de Tratamento — Reservatório Semi-enterrado — Fase inicial, aplicado Cr\$ 43.454.406; **Terra Boa:** Estação de Tratamento — Reservatório enterrado e Elevado — Casa de Bombas — Fase inicial



aplicado Cr\$ 7.454.338; **Tomazina:** Captação — Estação de Tratamento — Fase final, aplicado Cr\$ 50.694.674; **Uraí:** Captação — Estação de Tratamento, aplicado Cr\$ 26.721.810; **Wenceslau Braz:** — Captação — Estação de Tratamento — Rede de Distribuição, 700 m. — Fase final, aplicado Cr\$ 81.220.629.

Obras em Andamento na Capital

Curitiba: (Sede Provisória), aplicado Cr\$ 16.331.955; Reservatório do Corte Branco; (Estação de Tratamento no Rio Iguaçú), aplicado Cr\$ 1.256.480.796. No coletor de esgotos foram aplicados Cr\$ 504.332.787.

A SANEPAR realizou Convênios com a USAID através do Grupo Executivo do Fundo Nacional de Financiamento para Abastecimento de Água — GEF, no valor de Cr\$ 5.000.000.000 e com o Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso — CONTAP, no valor de Cr\$ 88.000.000.

AGRICULTURA E PECUÁRIA

SECRETARIA DA AGRICULTURA

No ano de 1966, teve prosseguimento o programa de renovação pecuária bovina de corte, que vinha sendo desenvolvido desde 1961, com a distribuição de 1.003 touros das raças «Gir», «Nelore» e «Charolês» a criadores de cerca de 90 Municípios do Estado, mediante o sistema de permuta por animais comuns, com sorteio dos lotes distribuídos entre os interessados.

Paralelamente, e para incentivar a criação de gado leiteiro, foi dado início à execução do denominado «Plano Cinturão Branco» com a venda financiada, aos leiteiros da bacia da Capital e adjacências, através do Fundo de Equipamento Agropecuário, de novilhas enxertadas. Inicialmente foram adquiridos quatro lotes, no total de 272 animais, da raça holandesa preta e branca, já distribuídos.

Ainda no setor de fomento à pecuária bovina, foram adquiridos 40 touros da raça charlolêsa, também para venda financiada aos criadores, através do Fundo de Equipamento Agropecuário da Secretaria da Agricultura. Dêsse total foram registradas 22 vendas, distribuindo-se 4 touros aos Colégios da Agrícolas da Secretaria, restando disponíveis, para os interessados, 14 animais.

Deu-se início ainda, em 1966, à execução de um programa de fomento à suinocultura de carne, nos mesmos moldes do aplicada à bovinocultura, mediante a distribuição de reprodutores suínos de raça, por sorteio e permuta por animais comuns. Dentro dêsse programa foram adquiridos 1.195 suínos

da raça «Duroc-Jersey», dos quais 1.004 foram distribuídos aos criadores de 40 Municípios do Estado, 71 aos Colégios Agrícolas, estando o restante disponível para novas distribuições.

Visando à difusão dos caprinos, foram transferidos de Ibiporã para cada uma das Estações de Joaquim Távora, Canguiri e Paranavaí, reprodutores da raça indiana «Buhj», produtora de leite. Do plantel do Estado foram retirados 20 búfalos importados da Índia e transferidos para Morretes, com o objetivo de incentivar a criação daquêles animais no Litoral.

Inseminação Artificial

No setor de Inseminação Artificial, face ao baixo rendimento de trabalho apresentado, foram fechados os postos de Inseminação de Palmeira, Londrina, Chopinzinho e Guarituba. O Pôsto de Inseminação do Canguiri, destinado a atender aos criadores de Curitiba, principalmente de gado leiteiro, vem atendendo o interior por solicitação de Prefeituras e particulares, através da remessa de semem e preparo de inseminadores, através de cursos rápidos. Os resultados do trabalho dêste setor, no período, foram os seguintes:

Número de coletas	283
Centímetros cúbicos	988
Doses manipuladas	2.213

Doses remetidas

Irati	180
Witmarsum	174
Londrina	145
Ponta Grossa	200
Piraquara	188
Outras localidades	22

T o t a l 909

Inseminações praticadas	943
Nascimentos comunicados	463
Tratamentos de esterilidade	55

Vacinações

A Secretaria da Agricultura executou, em 1966, uma campanha em massa contra a febre aftosa que vinha devastando os rebanhos do Estado, através de plano integrado com o Ministério da Agricultura, tendo realizado levantamento de 2.032 propriedades, promovendo a vacinação de mais de 300.000 bovinos. Em paralelo, propiciou atendimento clínico e cirúrgico a todos os animais do plantel do Estado, inclusive a particulares e executou vacinações contra a Peste Suína, Carbúnculo Sintomático e Raiva Canina, tendo sido vacinados 30.000 animais em Curitiba, 2.800 em Londrina, 500 em Maringá, 600 em Marialva, 800 em Lobato, 3.000 em Nova Esperança e 2.000 em Ponta Grossa.

A divisão de Fomento e Defesa Animal da Secretaria da Agricultura promoveu, no período, a 4.439 visitas, efetuou 3.462 diagnósticos, realizou 219.164 vacinações; fêz 236 coletas de material para exame, aplicou 1.416 unidades de sôro de aglutinação; realizou 80 tuberculinizações e forneceu 458 certificados de sanidade.

Melhorias no Canguiri

Está sendo construído na Estação de Criação do Canguiri, para mudança do Aviário da Estação do Guatupê, cujo próprio será entregue á Polícia Militar do Estado, o Aviário Industrial do Canguiri, que será dotado de 15.000 matrizes para a produção mínima de 100.000 pintos de um dia, por mês, coberta de 2.760 m²., todo em alvenaria.

Para melhor atender às necessidades de III Exposição Feira de Animais e Produtos Derivados, foi construído um depósito de forragem e uma fábrica de ração, com área coberta de 600 m². Além disso foram instaladas cêrcas perimetrais com palanques de concreto e paqueteamentos internos do Parque, e iniciada a construção da primeira parte de um conjunto residencial para funcionários, com 10 casas de alvenaria. A rede de energia elétrica do Parque foi totalmente reformulada pelo DAEE, e sua via de acesso asfaltada pelo DER.

Finalmente foi efetivada a construção de dois pavilhões para alojamento de bovinos, nos moldes de conjunto arquitetô-

nico do Parque com área coberta, cada um de 1.440 m²., e de um pavilhão para exposição de coelhos e aves, com sala para o comissariado, sala para assistência veterinária, alojamento de vacinadores, técnicos, salas para pesagem de animais e instalações sanitárias, com a área coberta de 450 m².

Assistência Direta

A partir de 15 de junho do ano passado, entrou em funcionamento o Laboratório de Análise de Solos de Londrina, que em convênio com a Sociedade Rural do Norte do Paraná, realizou o total de 120 análises, atendendo a diversos municípios da região. Foi firmado convênio com o Instituto Brasileiro do Café para a manutenção da unidade de Jacarézinho cujo Laboratório realizou, no período, 117 análises, atendendo a 26 municípios da região. Ao mesmo tempo foram instalados Postos de Conservação de Solos em Assaí e Londrina, estando prevista a instalação de unidades idênticas em Campo Mourão, Nova Esperança, Cornélio Procópio e Curitiba.

No mês de agosto foi iniciado um programa denominado «Assistência Direta», cuja norma básica de ação consiste em levarem, as equipes de agrônomos, veterinários e auxiliares, conselhos e orientação técnica de que necessita o rurícola, ao invés de esperar que ele simplesmente as procure nas sedes de serviço.

No período de três meses, foram efetivadas 353 visitas assistenciais e idêntico número de análises de solos, e a revenda de 126 máquinas agrícolas de tração animal de baixo preço, tais como arados, cultivadores, semeadeiras, adubadeiras, em convênio com a «Café do Paraná», no valor de Cr\$ 4.989.000. Por outro lado, foi realizado um levantamento da lavoura canavieira do Estado, de caráter industrial, para verificação da incidência do «carvão de cana». Nos canaviais do Litoral foram realizadas inspeções de culturas diversas, com coleta de material para exames fitopatológicos e entomológicos e proporcionar a orientação sobre o combate às pragas e doenças da Agricultura.

Sementes e Mudas

Embora projetada para 1964, foi instalada em 1966, na

Secretaria da Agricultura a Divisão de Sementes e Mudas, cuja atuação coordenada com a «Café do Paraná» — responsável pela sustentação dos esquemas financeiros — consistirá na formação de «campos de cooperação» e orientação de «culturas fiscalizadas» para a multiplicação de sementes e mudas, de modo a suprir, em futuro próximo, as necessidades da lavoura paranaense neste setor.

Dentro do convênio anterior firmado com a Café do Paraná para a multiplicação de sementes básicas, a Secretaria da Agricultura entregou àquela Companhia de Fomento, no ano passado, para distribuição aos agricultores do Estado, 56 toneladas de sementes de milho, 23 toneladas de sementes de arroz, e 17.900 quilos de sementes diversas.

Visando maior aperfeiçoamento desse trabalho, com vistas ao aumento da demanda nos próximos anos, procedeu-se a instalação provisória, no IBPT, de aparelhamento cedido pela USAID-MISSISSIPI STATE UNIVERSITY, destinado a dotar o Estado de um Laboratório de Sementes. Foram também importadas sementes de algodão dos Estados Unidos e tubérculos de batata da Polônia, para a observação local do seu comportamento. Por convênio com o IBC firmado em agosto, foram iniciados trabalhos experimentais com a rubiácea, na Estação Experimental de Cambará, com a construção de um depósito de sementes, viveiros para mudas e terreiro para secagem de sementes.

Para o ano agrícola 1966-67, nas regiões de Guarapuava, Londrina e Ponta Grossa, foi elaborado plano prevendo a produção de sementes de 4 espécies vegetais, a saber: arroz, das variedades «Jaguari», «IAC-8» «Matão branco», e «Agulha E. S. A. V.» — 2.000 sacas de 50 kg.; Amendoim, das variedades «Tatu», e «Tatui», 40.000 sacas de 20 kg; Soja das variedades «Pelicano», «Hill», «Bien», «Will», «Hood» e «Amarela Gigante», 10.000 sacas de 50 kg.; e trigo na Região Sul — das variedades «IAS-C-45 — Curitiba», «IAS-C-46 — Vila Velha», «IAS-C-47 — Florestal», «IAS-C-48 — Guarapuava», «IAS-15 — Campeiro», «IAS-16 — Cruz Alta», «IAS-20 — Iassul», «IAS-22-Tibagi» e «Frontana»; e na região Norte: «IAS-20 — Nortista», «Pel. A-284» — «Frontona — 61», «BH 146», num total de 40.000 sacas de 50 kg.

Ensino Agrícola

O Governo deu o maior estímulo, no ano que passou, ao ensino agrícola. Além dos cursos (primário, ginásial e colegial) normais ministrados em quase duas dezenas de estabelecimentos de ensino agrícola do Estado, que mantêm um efetivo de 1.130 alunos, foram realizados mais de 10 cursos de orientação educativa, cabendo destacar entre êle, o Curso de Oficina Rural, realizado no Colégio Agrícola de Rio Negro; o Curso de Tratorista, no Colégio Agrícola de Palmeira; o Curso de Apicultura, realizado em Castro e a Campanha Educativa de Exploração Racional da Madeira, no Ginásio Agrícola de Clevelândia.

Através de convênio com a Universidade Federal do Paraná, foi concertada a realização de cursos de Professôres e Líderes de Educação Rural, Cursos de Treinamento, de Educação Técnica, além do estabelecimento do Centro Universitário de Ensino Agrícola. Outro convênio com o E.T.A. Projeto 1-3 foi estabelecido, com a finalidade de desenvolver o Ensino Vocacional Agrícola e o de Economia Doméstica Rural. Os plantéis dos estabelecimentos de ensino agrícola foram renovados, tendo os Ginásios Agrícolas de Santa Mariana, Clevelândia e Fóz do Iguaçú, sido dotados de tratores e implementos agrícolas diversos. Vários melhoramentos foram aplicados nos Ginásios Agrícolas em 1966, com a construção de novas áreas para Clubes Agrícolas, oficinas rurais, etc..

Fundo Agropecuário

O aumento de estoque de Cr\$ 497.053.114 (em 1965) para Cr\$ 1.395.267.878 em 1966, e a instalação de 18 novas unidades de revenda no interior do Estado, permitiram ao Fundo de Equipamento Agropecuário uma atuação mais proveitosa, tendo sido aplicada no período, a quantia de Cr\$ 4.175.000 na aquisição de 30 mil quilos de batata lisa, dentro do plano «Alimentos para o Brasil», distribuídos pela Secretaria da Agricultura nas feiras-livres do Estado da Guanabara. O Fundo forneceu produtos agroveterinários no montante de Cr\$ 1.140.130.038. contra apenas Cr\$ 438.256.490 em 1965, proporcionando a expressiva média mensal de 95 milhões de cruzeiros. A receita

geral do exercício alcançou a cifra de Cr\$ 983.453.418, contra Cr\$ 291.126.753 do período anterior, e o patrimônio do Fundo foi elevado para Cr\$ 1.089.802.586, contra Cr\$ 327.904.770 de 1965. A verba rotativa passou a Cr\$ 327.097.942 em 1965 para 1.516.900.528 e as aquisições somaram Cr\$ 1.060.276.809, contra Cr\$ 433.230.005 em 1965. O Fundo concedeu ainda 56 financiamentos no ano passado, no total de Cr\$ 98.032.000.

Economia Rural

Pelo processo de amostragem aleatória, foram realizadas em 1966, as 1.ª e 2.ª previsões da produção agrícola da safra 1966-66, abrangendo a área de cêrca de 100 Municípios, e o Cadastro Rural, em ritmo mais intenso de trabalho, registrou mais de 5.846 propriedades, nas diversas regiões econômicas do Estado.

Por outro lado, foi iniciada a construção de 45 paióis de tela ventilados, em Antonina, Londrina, Astorga, Bela Vista do Paraíso, Apucarana, Sertanópolis, Faxinal, Ortigueira, Ponta Grossa e Campo Largo, em função de convênio entre o Ministério da Agricultura — CONTAP — USAID — PARANÁ, dentro de um sub-projeto denominado «Armazenamento da Fazenda», que inclui, ainda, a construção de dois silos domésticos. O objetivo dêsse empreendimento é demonstrar as vantagens daquelas unidades e estimular os agricultores a construí-las em massa, visando o alargamento da faixa armazenadora do Estado.

Em setembro, foram inauguradas as novas instalações da Hospedaria dos Imigrantes, realizadas por força do convênio Comitê-Intergovernamental para a Migrações Estrangeiras — Ministério das Relações Exteriores do Brasil — Secretaria da Agricultura, onde, no período, foram alojadas 239 pessoas, às quais foram fornecidas 11.871 refeições com um dispêndio para sua manutenção de Cr\$ 4.044.266.

Assistência ao Cooperativismo

Dezenove novas Cooperativas foram registradas em 1966, no Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria da Agricultura, como resultado da política de expansão

da atividade, desenvolvida pelo Governo. Procurou-se congregar e fortalecer as atividades econômicas do Estado, principalmente a pequena e média categoria agrícola, em torno de órgãos específicos capazes de promover a uniformização de padrões e levar a orientação necessária aos seus integrantes. Durante o período, foram efetuados 349 inspeções em Cooperativas, 3 cursos sobre Cooperativismo, 5 Seminários de Aperfeiçoamento e 13 palestras sobre o assunto.

Defesa do Patrimônio

O Instituto de Defesa do Patrimônio Nacional concluiu, no ano passado, dois prédios do conjunto de 5 edifícios que compõem sua sede, no Capão da Imbuía, destinado à Divisão de Defesa da Fauna e à Divisão de Meteorologia e ao Corpo de Policiamento Florestal.

Através dos Postos Meteorológicos existentes no Estado, foram coletados dados e elaboradas médias, calculadas de modo a atender às solicitações, entre outras, das seguintes instituições: DER, COPEL, Centro Politécnico da Universidade do Paraná. IBPT, Companhia Fiat Lux de Fósforos de Segurança, e Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade do Paraná. À base do estudo elaborado, foi firmado convênio, com a CODEPAR, com a duração de três anos, a partir do presente exercício, visando ao financiamento da instalação de 56 Estações, das quais 12 principais e 44 ordinárias, de modo a aprimorar a rede meteorológica do Estado, induzindo-a a corresponder às necessidades de desenvolvimento agrícola.

De 24 a 29 de outubro último, em colaboração com a Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade do Paraná, foi realizada a 1.ª Semana de Estudos Climatológicos do Paraná, que contou além dos nossos técnicos com a participação de técnicos de São Paulo, Guanabara, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, e Pará.

Foi organizada também, uma colônia modelo para pescadores, em Guaratuba e facilitada, aos pescadores, pela SUDEPE, a aquisição de apetrêchos de pesca, com financiamento a longo prazo e juros módicos, em um total aproximado de 60 milhões de cruzeiros. Ao mesmo tempo foi iniciado o trabalho

de organização de outras colônias-modélo nos rios Paraná e Parapanema, respectivamente em Antonina e Matinhos.

A época, foram desenvolvidos estudos de inseminação artificial de peixes «in vitro», elaboradas pesquisas sôbre a mortalidade de peixes em vários pontos do Estado e sôbre a população das águas. Vários exemplares de «peixe-rei» foram recebidos do Rio Grande do Sul, para experiências em aquários.

O Setor de Fiscalização e Licenças, com a aquisição de veículos possibilitada por convênio firmado com a SUDEPE, pôde dinamizar sua ação, percorrendo as mais diversas e remotas localidades do interior, prestando orientação e amparo aos pescadores. Foram instaladas novas Sub-Inspetorias em Piraquara, Morretes, Pôrto Rico e Nova Esperança, havendo proposta para criação das Inspetorias de Congoinhas, Antonina, Guaratuba e Guaraqueçaba. O movimento de licenças, registros, autorizações, e autuações, no período, alcançou o número de 11.337. A construção de tanques para piscicultura, foi incentivada, e, sômente em Curitiba, efetuou-se o registro de 136 unidades repovoadas com alevinos da espécie Tilápia. Do interior foram recebidos 256 pedidos de registro.

Café do Paraná

A Companhia Agropecuária de Fomento Econômico — Café do Paraná — movimentou recursos, só na aquisição de sementes, no ano passado, da ordem de Cr\$ 6.293.857.763, e prestou serviços mecanizados, através do seu sistema de patrulhas mecanizadas instaladas nos municípios de Curitiba, Guaruava, Iratí, Londrina, Maringá, Paranaíba, Ponta Grossa, Pato Branco, Santo Antonio da Platina e Cornélio Procópio, num total de 141.321,06 horas, contra 112.003,37 horas trabalhadas em 1965, realizando serviços de destoca, preparo de solo, plantio, colheita, açudagem e terraplenagem.

O trabalho básico da Café do Paraná, em 1966, residiu na distribuição de sementes aos agricultores de todo o Estado, tendo apresentado acréscimos extraordinários, que de certa forma serviram como termômetro das tendências de evolução de determinadas culturas. O feijão, nêsse caso, merece capítulo especial. Embora sua produção sempre atingisse números elevados, o agricultor utilizava, via de regra, sementes por êle mes-

mo preparadas. No ano passado contudo, a incidência de repetidas geadas, que vieram prejudicar os cafeeiros e algumas culturas de feijão plantado antes da época, juntamente com a política de preços mínimos adotada pelo Governo, propiciando um interesse surpreendente pelo cultivo dessa leguminosa, veio aumentar a área do plantio e, conseqüentemente a sua procura.

Em função dessa procura, a «Café» distribuiu 77.500 quilos de sementes, contra apenas 6.000 quilos do ano anterior, com um incremento de 1.291,66%. No mesmo ano, foram distribuídos 315.000 quilos de sementes de feijão de côr, enquanto no ano anterior não foi distribuído sequer um quilo do produto. O amendoim registrou um volume de venda de sementes, em 1966, de 1.107.705 quilos, contra 11.325 quilos em 1965, isto é, um aumento de 9.081,45%. Além disso, foram distribuídos 822.500 quilos de sementes de soja, contra 583.000 do ano anterior, com acréscimo de 41,34%; 1.006.700 quilos de sementes de trigo, contra 854.150 de 1965, com acréscimo de 17,74%; e 2.369.040 quilos de sementes de milho, contra 2.120.000 de 1965, com aumento de 17,74%.

A fim de fazer frente à grande demanda de sementes de algodoeiro do Estado, foram instalados, pela Café do Paraná, nesse primeiro ano de Governo, 25.204,44 hectares de Campos de Cooperação, distribuídos nas regiões de Paranavaí, Cambará, Cruzeiro do Oeste, Campo Mourão, Maringá, Cianorte, Assaí e Jaguapitã. Esses Campos de Cooperação propiciarão uma produção-base de 200.000 sacas de sementes nos diversos setores da região algodoeira do Norte do Paraná. Ao lado dêles, outros foram instalados visando à produção de sementes de cereais de diferentes espécies, principalmente de soja, feijão e trigo, nas regiões de Londrina, Guarapuava e Ponta Grossa.

Para a criação dos Campos de Cooperação, o instrumento usado foi o sistema de convênios com vários órgãos de dentro ou fora da administração, entre os quais cumpre destacar o convênio Café-Indusfibra, para a produção de sementes de algodoeiro; Café-ACARPA-BRDE, para a produção de sementes de feijão; Café-DPV (Departamento de Produção Vegetal da Secretaria da Agricultura) para a produção de sementes básicas; e Café-DEF (Departamento de Extensão e Fomento da Secretaria da Agricultura) objetivando a produção de sementes

certificadas de trigo, num volume previsto de 30.000 sacas de 50 quilos.

C O P A S A

A Companhia Paranaense de Armazens e Silos — COPASA — passou por profundas reformas na sua organização estrutural, com vistas a promover a expansão de de sua rede armazenadora, bem como garantir o conseqüente incremento de suas atividades operacionais. Seu capital social, que no início do Governo era de Cr\$ 1.015.842.000, foi ampliado para Cr\$.. 2.800.000.000, devendo passar, neste exercício, para Cr\$.. 3.300.000.000, com a absorção de verba prevista no Orçamento do Estado, e a reavaliação dos bens registrados no Ativo da Companhia.

A capacidade armazenadora da COPASA foi aumentada em 40,32%, com um acréscimo de 12.500 toneladas de capacidade estática, representada por 8.154,71 metros quadrados de área construída em cinco novos armazens nas cidades de Ivai-porã, Congoinhas, Santa Cruz do Monte Castelo, Cruzeiro do Oeste e Paranavaí. Os quadros abaixo mostram a evolução da capacidade armazenadora da Companhia, nesse primeiro ano de Governo:

Rêde Armazenadora existente até 31-1-66

Localidades	Área construída	Capacidade estática
Curitiba	3.074,00 m2.	5.000 toneladas
Campo Mourão	3.074,00 m2.	5.000 »
Guarapuava	3.074,00 m2.	5.000 »
Pato Branco	3.074,00 m2.	5.000 »
Assaí	3.679,00 m2.	5.300 »
Maringá	4.476,00 m2.	7.700 »
T O T A I S	20.451,00 m2.	33.000 toneladas



Rêde Armazenadora em 31-12-66 (executada e em final de execução)

Localidades	Área construída	Capacidade estática
Ivaiporã	1.533,77 m2.	2.500 toneladas
Congoinhas	1.533,77 m2.	2.500 »
S. Cruz do M. Castelo	1.533,77 m2.	2.500 »
Cruzeiro do Oeste	2.003,77 m2.	2.500 »
Paranavaí	1.537,77 m2.	2.500 »
T O T A I S	8.154,71 m2.	12.500 toneladas

Em função do custo das obras dessas unidades novas e na aquisição do seu equipamento, a COPASA aplicou, no ano passado, recursos da ordem de 1,5 bilhão de cruzeiros. Entre os equipamentos adquiridos destaca-se três conjuntos de instalações de deslintagem de carôço de algodão, para as unidades armazenadoras de Maringá, Assaí e Cruzeiro do Oeste; um Secador de Cereais «Pampeiro», com capacidade para secar 1.700 a 2.000 sacas de cereal em 24 horas, para a unidade armazenadora de Guarapuava; três Balanças de 60 toneladas cada uma para as unidades de Ivaiporã e Congoinhas, além de cinco balanças móveis com capacidade para 500 quilos cada uma; cinco Instalações de Sacagem e Resfriamento de Cereais, com capacidade para 80 e 100 sacos horários, além de balanças ensacadeiras automáticas, máquinas de costura para fechamento de sacos, carrinhos com plataforma, transportadores-arrastadores de sacos e polvilhadeiras para as demais unidades. Em dezembro, foram iniciados os trabalhos do desvio ferroviário da unidade armazenadora de Guarapuava.

Do montante de verbas aplicadas na ampliação da capacidade armazenadora do Estado, a COPASA empregou 962 milhões de cruzeiros resultantes de financiamentos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (412 milhões) e da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (550 milhões). Os restantes 588 milhões de cruzeiros são oriundos dos recursos próprios da Companhia.

A receita bruta da organização alcançou a cifra de Cr\$ 439.453.002, contra uma despesa de Cr\$ 412.477.098, registrando um «superavit» de Cr\$ 26.957.904. A rêde armazenado-

ra da COPASA operou, no ano passado, a armazenagem de 3.194.992 volumes, no valôr de Cr\$ 5.275.961.430. No mesmo período foi efetivada limpeza em 181.869 volumes, secagem de 54.709 volumes e expurgo de 810.253 volumes, além da emissão de 25 «warrants» no valôr de Cr\$ 391.503.934 e financiamento a sacaria (57.342 unidades) no valôr de Cr\$ 52.800.000. A COPASA realizou ainda trabalhos de conservação nos armazens de Curitiba, Maringá, Assaí, Campo Mourão, Pato Branco e Guarapuava, onde procedeu a inovações com vistas à conservação e aumento de produtividade de tôda a rêde.

A C A R P A

A Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná — ACARPA — também foi motivo de inúmeras modificações de estrutura, com vistas ao seu enquadramento às exigências da realidade paranaense. Em fase mais dinâmica, àquela Associação ampliou de 22 para 44 os seus Escritórios Regionais.

A ACARPA tem hoje, em sua área de ação, 26,81% da área estadual. O objetivo do seu trabalho é implantar, através de assistência técnica especializada, uma mentalidade técnica ao rurícola, orientar e organizar os sistemas de comercialização, além de financiar a produção com crédito rural educativo.

Em função de sua nova estrutura, foi possível àquela Associação, prestar orientação técnica, em 1966, a 171.152 famílias rurais, tendo efetuado empréstimos no montante de Cr\$ 523.278.740 no financiamento a 475 planos agrícolas em todo o Estado. Executou, ainda, 1.817 projetos de alimentação, 134 de higiene e saúde, 315 de melhoramentos do lar e 719 de vestuário, tendo prestado 28.731 atendimentos ao Cooperativismo, Sindicalismo e de Organização e Planejamento.

Atuou ainda, a ACARPA, no campo da economia doméstica, levando conhecimentos de alimentação, puericultura, melhoramentos do lar, ao homem do campo, e na organização social rural, incentivando o Cooperativismo, Sindicalismo, Conselhos Municipais de Desenvolvimento, Clubes Agrícolas, etc. As atividades desenvolvidas procuraram promover a integral educação do homem rural levando-o através da prática, ou seja «do aprender fazendo» a utilizar suas potencialidades ou ampliar seus conhecimentos.

Graças à orientação prestada pela ACARPA, às 171.152 famílias rurais no ano passado, foi possível, àquelas famílias, um acréscimo de produção que resultou num aumento global de renda da ordem de Cr\$ 1.184.904.518, como mostra o quadro:

Projetos desenvolvidos	Acréscimo de produção às famílias orientadas considerando aumento de área	Acréscimo da renda para as famílias orientadas
Cultura de arroz (Região de Toledo)	45.751 kg.	Cr\$ 4.575.168
Cultura de milho (Região de Toledo)	3.647.800 kg.	Cr\$ 182.390.000
Cultura de Batata (Regiões Lapa e Irati)	599.375 kg.	Cr\$ 179.812.500
Cultura de feijão (Regiões Lapa e Irati)	415.953 kg.	Cr\$ 103.988.250
Cultura do Milho (Regiões Lapa e Irati)	3.296.000 kg.	Cr\$ 247.200.000
Suínocultura	933.877 kg.	Cr\$ 466.938.600
T O T A L		Cr\$ 1.184904.518

A CARPA realizou inúmeros trabalhos, em 1966, em conjunto com outros órgãos, cabendo destacar os seguintes:

Com o Ministério da Agricultura: Planejamento integrado para 1967, nas atividades prioritárias do Estado; condução de ensaios com a Estação Experimental de Curitiba.

Com a Secretaria da Agricultura: Suportes materiais aos projetos desenvolvidos em campo, através do Fundo de Equipamento Agropecuário do Paraná; suporte técnico na solução de problemas fitossanitários e de solos através do IBPT, atualização dados de produção;

Com a Café do Paraná: Suporte material, em bens de produção, aos agricultores orientados pela Associação; estabelecimento de Campos de Cooperação com o objetivo de formar propriedades produtoras de sementes e subsidiar o mercado consumidor de sementes selecionadas;

Com o Banco do Brasil: Aplicação de recursos, na forma de Crédito Rural Educativo estabelecidos através de convênio com a ABCAR.

Com o BRDE: Aplicação de recursos na forma de Crédito Rural Educativo, através de convênio.

Com o IBC: Desenvolvimento de atividades de assistência técnica aos produtores da região cafeeira do Estado, efetivando a erradicação do café segundo o Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras, de acordo com convênio firmado em setembro de 1966.

Visando manter em alto nível técnico o atendimento às famílias rurais, a ACARPA efetuou vários cursos, estágios e treinamentos para os seus supervisores e os fez participar de cursos em outros Estados. Entre eles destacam-se: Curso de Extensão Rural, em Santa Catarina; Curso de Alto Nível de suinocultura, em Toledo-Pr., Curso de Gado Leiteiro, em Ponta Grossa, Curso de Cooperativismo em Irati e na Lapa, Curso de Cafeicultura, em São Paulo, Treinamento de Mecanização, em São Paulo, Curso de Alto Nível de Gado Leiteiro, em Santa Catarina, Estágio em Cooperativa Suinícola, no Rio Grande do Sul, Curso para Supervisores Regionais, em Viçosa, e Alimentação das Famílias, na Guanabara, Curso de Artes Industriais, em Irati, e de Economia Doméstica e Planejamento em Pernambuco e Ceará.

IBPT

O Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas realizou 353 análises de sementes, no ano passado, em trabalho conjunto com a Secretaria da Agricultura e Café do Paraná, para seleção e uso nos Campos de Cooperação. As análises foram realizadas já com equipamento do Laboratório de Sementes entregue ao Paraná pela Universidade de Mississippi. Especial atenção mereceu, da parte do IBPT, a produção de vacinas, visando dar garantia ao prosseguimento das vacinações em

massa através de sucessivas campanhas executada pela Secretaria da Agricultura e da Saúde.

No ano passado, a produção de vacinas contra a raiva superou todos os recordes, tendo alcançado 713.000 o número de doses fabricadas. O Laboratório Regional de Jacarésinho produziu, na mesma época, 533.000 vacinas contra a peste suína. A produção do inoculante IBPT-Bacter foi de 12.519 pacotes, suficiente para inoculação de 673 toneladas de semente de leguminosas.

O IBPT aferiu, em 1966, 142.918 instrumentos de pesar e medir usados no comércio e indústria do Estado, e expediu . . 76.276 certificados oficiais. Nêsse setor vale salientar a realização, em Curitiba, da IV Convenção Nacional de Pesos e Medidas, que apresentou importantes deliberações no setor de aferição e fiscalização metrológicas.

Seu setor de pesquisas veterinárias desenvolveu estudos sôbre fatores prejudiciais à pecuária paranaense, buscando métodos eficazes para a contenção das doenças de animais e prevenção de moléstias contagiosas, tendo produzido 222.354 unidades de quimioterápicos e 1.205.488 doses de vacinas diversas, que foram distribuídos aos criadores do Estado.

É de destacar ainda a realização de dois conclaves científicos de alta importância, nos quais foi intensa a participação do IBPT: o Curso de Fisiologia de Microorganismos e o III Simpósio de Bioquímica dos Planorbídeos.

INCENTIVOS À INDUSTRIALIZAÇÃO

Em 1966 a CODEPAR aplicou na economia estadual Cr\$ 45.729 milhões de recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico, cuja receita principal passou a ser de dotação orçamentária, com a extinção dos empréstimos compulsórios em 1965. Aquêlé montante eleva para Cr\$ 110.719 milhões as aplicações realizadas no quinquênio 1962-66 em financiamentos à iniciativa privada e à infra-estrutura, além da participação societária nos dois setores, tornando decisiva a sua atuação no processo de expansão da economia paranaense. Em valores atuais o montante aplicado ascende a Cr\$ 182.397 milhões.

As aplicações no Setor Iniciativa Privada, para a expansão industrial do Paraná, ascenderam, no ano, a Cr\$ 14.926 milhões, representando 58% dos desembolsos efetivos do período, que foram de Cr\$ 26.175 milhões, incluindo participações societárias, e 40% em valores atuais (Cr\$ 37.087 milhões).

Os desembolsos do ano estimularam inversões no parque industrial de aproximadamente Cr\$ 30 bilhões, tendo em vista o aporte dos recursos próprios das empresas financiadas, um esforço sem dúvida considerável para o crescimento do setor secundário da economia estadual. Nesse campo, os dois grandes objetivos da CODEPAR continuam sendo dinamizar a aceleração do seu desenvolvimento e diversificar a produção substituindo sua estrutura tradicional e introduzindo, novos ramos de atividade industrial. E isto foi atingido.

Os resultados dos recenseamentos de 1940, 1950 e 1960, confirmados pelos levantamentos realizados nos anos intermediários mostram que o setor secundário da economia paranaense manteve praticamente inalterada sua estrutura interna, justamente em uma época em que a economia brasileira sofria profundas transformações. Apesar de ainda não ser possível obter

dados que permitam caracterizar perfeitamente os resultados da ação da Companhia nesse sentido, o esforço desenvolvido pode ser avaliado pela verificação dos índices de absorção de recursos nos diferentes ramos industriais.

Nesse período de atuação da CODEPAR, de fato o Paraná conheceu uma sensível diversificação da sua produção industrial, com o surgimento de uma série de iniciativas pioneiras, como é o caso do café solúvel, de aglomerados de madeira, de fios de algodão, de componentes para a indústria nacional de automóveis e tratores, de fertilizantes e outras.

Outros ramos expandiram-se consideravelmente, como a produção de aço, as indústrias de óleos vegetais e os frigoríficos. A produção de fundidos aumentou 200%, a capacidade de processamento de matérias-primas nas indústrias de óleos vegetais expandiu-se em 70%, enquanto a dos frigoríficos cresceu em 100%.

Todos esses índices expressivos indicam a forte tendência para a diversificação registrada nos últimos anos, quer na produção industrial como na própria estrutura econômica, pelos reflexos daquele sobre o setor primário da economia.

Isto é comprovado pela simples observação dos incrementos verificados na produção de algumas culturas. Somente em oleaginosas o aumento foi de 130%.

A necessidade de dinamizar ainda mais esse processo, constituiu o fundamento para modificações nas normas gerais de operação da Companhia, durante 1966.

Nesse ano foram abertas novas linhas de créditos para estimular, entre outras atividades, a avicultura e a padronização do milho, tendo em vista, no último caso, facilitar a sua exportação, bem como as chamadas indústrias de recuperação, pela importância que representam no sentido de constituírem a base para a expansão das indústrias mecânicas e para a paulatina implantação da indústria de base no Estado.

Além de ampliar a faixa de crédito, a Companhia elevou também os níveis de sua participação financeira nos empreendimentos, passando a considerar as inversões totais para efeito de financiamento, abrindo uma linha destinada ao capital de trabalho para produção. O acerto dessa política revelou-se como instrumento amortecedor, em alguns casos, de momentâneas crises atravessadas pelas empresas, como decorrência de uma

dupla causa negativa sôbre a economia paranaense a partir do início do segundo semestre de 1966, de um lado pela pequena safra cafeeira e, de outro, pelas consequências do ajustamento causado pela política anti-inflacionária da União.

Afora a gestão de recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico, a CODEPAR aplicou recursos próprios, no montante de Cr\$ 621 milhões, em operações conjuntas com o Fundo de Financiamento para a Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais — FINAME, que a partir de setembro passou a denominar-se Agência Especial de Financiamentos Industriais.

Como agente financeiro desse Fundo Federal, a CODEPAR possibilitou a atração de recursos externos da ordem de Cr\$ 1.372 milhões, além de ter podido atender a uma área de serviços industriais não enquadráveis em suas normas de operação, como administradora do Fundo.

Durante 1966 a CODEPAR aplicou Cr\$ 30.803 milhões do FDE, em obras básicas do Estado, representando 31% das aplicações no período 1962-66, que se elevaram a Cr\$ 84.544 milhões, em valores correntes, ou a 25% em valores constantes (145.310 milhões).

Uma análise da relação entre os investimentos estaduais e a participação do FDE, mostra que nos anos de 1962 e 1963 o esforço maior foi realizado no setor de eletrificação, visando à correção de uma situação em que a pequena oferta significava um entrava ao desenvolvimento dos demais setores, principalmente o industrial. Em 1964 a ênfase do apoio dirigiu-se ao setor rodoviário, para a conclusão da Rodovia do Café, fator primordial para a integração econômica do Estado. Em 1966, concluída esta rodovia, o esforço maior retornou para a eletrificação a fim de acelerar as obras no setor.

Como resultado da dinamização da economia, da maior procura de crédito e do alargamento da área de atuação da CODEPAR, a Companhia em 1966 procedeu a grande modificação na sua estrutura e organização.

Todos os órgãos de análise de projetos foram englobados na Gerência de Operações, tendo também criada a Gerência de Contrôlo, incumbida, além de fiscalizar os projetos em execução, de prestar assistência às empresas segundo a atuação do Setor de Assistência Técnica e Operacional, que iniciou suas atividades efetivas em 1966.

Em função também da multiplicidade e das crescentes atividades, foi ampliado o seu corpo funcional, ao mesmo tempo que uma política intensiva de treinamento foi adotada, tendo nada menos de 9 funcionários realizado cursos de aperfeiçoamento em entidades como a CEPAL, Fundação Getúlio Vargas, IDORTE, CNE, SPEA, além de ter promovido cursos de matemática e, comunicação oral de línguas.

Apoio à Iniciativa Privada

As melhores condições de infra-estrutura possibilitaram, em 1966, um ritmo mais intenso de investimentos no setor industrial. As 394 solicitações de crédito encaminhadas à CODEPAR revelam essa tendência, porque representam 43% dos pedidos feitos no período 1962-66. Mas, além desse fator, tal incremento deve-se à maior oferta de incentivos por parte da Companhia, que neste ano aumentou seus níveis de participação financeira nos empreendimentos e abriu novas linhas de crédito para atividades até então não financiáveis.

Novas Linhas de Crédito

As novas linhas abertas a partir de fevereiro possibilitaram o crescimento de importantes setores de economia estadual, com condições favoráveis de desenvolvimento, tanto para atender ao mercado regional como nacional e, no caso específico do milho, voltado para a exportação, com produto adequado aos padrões internacionais.

Entre as atividades que passaram a ser atendidas estão a avicultura, as indústrias de recuperação (de óleos, de peças, pneus etc), olarias e a padronização do milho. Com os incentivos à primeira procurou-se aumentar a oferta de carne de galinha e de ovos, dentro da política nacional no setor, no sentido de enriquecer a dieta alimentar, a preços mais acessíveis.

Ao se enquadrar as indústrias de recuperação nos esquemas da CODEPAR a intenção foi a de ampliar as possibilidades para a fabricação de autopeças, a partir da transformação gradual de atividades artesanais em emprêsas de maior porte.

A grande preocupação da CODEPAR, no caso da indústria cerâmica, foi principalmente a implantação de olarias em di-

versos pontos do interior, para que atendesse à crescente indústria da construção civil, a custos mais compensadores do que os atuais, mediante a supressão dos fretes ou a diminuição de sua incidência nos preços.

Quanto ao milho, abriu-se uma exceção ao simples beneficiamento de matérias-primas, porque a sua exportação, em especial para os mercados europeus, pode representar uma nova e excelente fonte de renda. E além disso, a grande produção paranaenses está a reclamar uma melhor colocação, com preços mais compensadores.

Foram abertas também linhas de crédito para financiar a elaboração de projetos técnico-econômico-financeiros, até o limite de 70% do seu custo total, e para a realização de projetos específicos de racionalização, destinados a aumentar a produtividade das empresas, com o emprégo de técnicas de produção e processos de organização mais avançados.

Ampliação do Teto

Além de mais ampla, a oferta de crédito tornou-se mais elevada, passando-se a financiar as inversões totais das empresas, nas solicitações acima de Cr\$ 50 milhões e, nas menores, considerando-se os investimentos realizados em equipamentos nos últimos cinco anos, para efeito de aumentar a participação financeira da CODEPAR no investimento novo, até o limite de 90%.

Nos investimentos acima de Cr\$ 50 milhões a participação passou a ser de 60% sobre as inversões totais — incluindo inversões fixas mais investimento inicial para a produção, como matérias-primas (estoque em lotes econômicos), produtos em fabricação, despesas com treinamento de pessoal e com mão-de-obra do primeiro ciclo de produção — desde que o financiamento não ultrapasse o limite de 70% dos investimentos fixos nos empreendimentos de alta essencialidade e 65% nos demais. Esses tetos podem, contudo elevar-se até 90% em casos especiais, desde que haja grande necessidade de capital para produção e se ofereçam garantias reais adicionais.

Tôdas essas inovações inspiraram-se na necessidade de adequar as operações de crédito à realidade paranaense, tendo em vista a concessão de estímulos a uma gama maior de ati-

vidades que, ou se encontravam estagnadas, precisavam de desenvolvimento mais rápido para atingir o nível dos demais setores da economia.

A maior oferta de crédito, bem como a reorganização geral da Companhia, produziram como resultado um aumento nos financiamentos à iniciativa privada, tendo sido aprovados durante o exercício, 42% de todos os financiamentos concedidos no quinquênio.

Das 510 solicitações recebidas entre 1962-65, foram aprovadas 224, negadas 98, rejeitadas por falta de enquadramento 126, e ficaram em andamento 62. Das 456 solicitações em andamento durante 1966, foram aprovadas 162, negadas 20 e arquivadas 73, ficando para serem apreciadas no ano seguinte, 201, num montante de Cr\$ 30.000 milhões.

Financiamentos Concedidos

Além da maior procura de crédito, a CODEPAR assinalou também o seu recorde em aprovação de financiamentos para a iniciativa particular, concedendo, em valores correntes, 52,4% do montante no período 1962-66, correspondendo a 31,9% em valores corrigidos para preços de 1966, conforme o quadro abaixo, que inclui também o total das inversões dos projetos financiados:

Valores Correntes

Ano	Nº	Inv. Total	Financ.
1962	19	861	449
1963	42	3.812	2.049
1964	72	7.944	4.054
1965	91	20.431	10.098
1966	162	38.858	18.320
		<hr/>	<hr/>
Total	386	66.906	34.970

Com os 162 projetos aprovados em 1966, no total de Cr\$ 18.320 milhões, elevam-se a Cr\$ 35 bilhões os créditos aprovados em todo o período para 386 projetos financiados em todas as regiões do Estado.

Distribuição Regional

As regiões de Curitiba e Londrina continuam absorvendo os maiores recursos — 42,7% e 30,5%, no conjunto do período, respectivamente — demandando, portanto, 73,2% dos recursos totais aprovados, ressaltando os altos índices de incremento percentual da região de Londrina, que de zero em 1962, passou a 30,5% em 1966. Deve ser considerada, ainda, a alta densidade dos investimentos nessa região, cujo valor médio por pedido situou-se em tórno de Cr\$ 410 milhões de investimentos totais programados, enquanto na de Curitiba êsse valor foi de Cr\$ 136 milhões.

Êsse fato mostra um acentuado dinamismo no processo industrial do Norte Nôvo, onde se verifica uma intensa capitalização no setor, capaz de alterar a estrutura dos polos industriais do Estado, desde que as demais regiões, principalmente o eixo Curitiba-Ponta Grossa, não realizem uma substancial mudança de mentalidade no sentido de imobilizar as poupanças em empreendimentos de maior vulto, superando a fase do tradicionalismo voltada para a pequena e isolada iniciativa.

Resulta, também, essa expansão acentuada no Norte de uma maior oferta de infra-estrutura nos anos recentes: da proximidade das fontes de matérias-primas, notadamente, para os ramos de produtos alimentícios: da permanente pressão de mercado, tendo em vista grandes taxas de incremento demográfico e os altos índices de renda «per capita».

Contudo, tomando-se cidade por cidade, isoladamente, Curitiba é a que detém o maior número de empreendimentos financiados de grande porte.

Nada menos de 13 iniciativas financiadas superaram, cada, uma, inversões de Cr\$ 1 bilhão.

Considerações Sôbre Setores

Em relação aos ramos industriais, o de beneficiamento e transformação de produtos da lavoura continuou apresentando, em 1966, coom nos últimos anos, os maiores níveis de demanda de financiamentos. Seguiram-se, pela ordem, os setores de indústrias químicas e de manufaturas diversas, o de indústrias de extração e elaboração de produtos de origem florestal, o de

indústrias metalúrgicas, mecânicas, elétricas e congêneres, o de elaboração de produtos animais e o de elaboração de minerais não metálicos.

O grupo de transformação de produtos da lavoura alcançou, em 1966, o seu maior índice de absorção de recursos do FDE: 32%. Do total financiado ao setor, 54,3% o foram para indústrias de óleos vegetais, num total de Cr\$ 2.980 milhões, incluindo Cr\$ 1.308 milhões para capital de trabalho para produção, tendo em vista a necessidade de atender as empresas atingidas pela crise decorrente da restrição de crédito. Em segundo lugar na absorção de recursos nesse setor estão as beneficiadoras de milho para exportação, que receberam financiamentos da ordem de Cr\$ 2.353 milhões. Merece destaque ainda um novo financiamento concedido a Cacique de Cafés Solúvel, de Londrina, a maior unidade produtora do mundo, com capacidade para 2 mil toneladas de solúvel anualmente. A Cacique já está exportando para os Estados Unidos, União Soviética e países da Europa, com planos para instalar um entreposto comercial para conquistar mercados asiáticos.

O grupo das indústrias químicas e de manufaturas diversas que nos anos de 1962 e 1963 praticamente não havia demandado recursos, apresentou a partir de 1964 uma contínua evolução, atingindo, em 1966 o segundo lugar na absorção de recursos, com 26,9% do total concedido. Figura entre as principais atividades incentivadas nesse grupo a de fiação, que no ano recebeu Cr\$ 2.866 milhões em financiamento, sendo Cr\$ 1.600 milhões para um empreendimento em Curitiba, numa única operação.

Merecem destaque, ainda alguns outros empreendimentos apoiados pela Companhia, como uma unidade de fertilizantes granulados em Rolândia, laboratório farmacêutico, fábrica de transformadores, além de outras indústrias em diversos tipos de atividades.

No total, o grupo de indústrias químicas e de manufaturas diversas teve aprovados financiamentos da ordem de Cr\$ 4.931 milhões durante o ano de 1966 e em todo o período 1961-66, Cr\$ 7.206 milhões.

Em terceiro lugar na demanda de recursos situou-se o grupo das indústrias de extração e elaboração de produtos de origem florestal, com 18,9% do total aprovado, enquanto tinha

sido 22,4% em 1965. É significativo, nesse grupo, o incentivo dado à produção de placas de aglomerados de madeira. Já existe uma indústria, financiada pela CODEPAR, operando no setor, e uma outra empresa já teve seu projeto aprovado, num total de crédito de Cr\$ 1.300 milhões, além de existir em tramitação pedido de uma terceira, mas que somente será apreciado no corrente ano.

As indústrias de pasta mecânica, papel e celulose também vem recebendo inteiro apoio da CODEPAR, por se enquadrarem dentro do esforço do Governo do Estado de obter um melhor aproveitamento de nossas reservas florestais. Os créditos concedidos este ano ascenderam a Cr\$ 1.807 milhões, para um total de Cr\$ 2.250 milhões no período de 1962-66.

A substancial expansão verificada na indústria de móveis também tem muito a ver com a ajuda da CODEPAR. Em todo o período foram financiadas 7 empresas. Os financiamentos concedidos neste ano para o ramo sobem a Cr\$ 770 milhões, dos quais Cr\$ 308 milhões concedidos em 1966.

O grupo das indústrias metalúrgicas, mecânicas, elétricas e congêneres reduziu seu índice percentual de demanda de recursos de 12,6% em 1965 para 10,6% em total de créditos aprovados para a da Iniciativa Privada.

Do total de Cr\$ 1.934 milhões de financiamentos concedidos, Cr\$ 654 milhões o foram para fundições; Cr\$ 315,5 milhões para indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais; Cr\$ 181 milhões para produção de botijões; Cr\$ 257 milhões para litografia e, além de outras atividades esparsas, Cr\$ 265,8 milhões para indústrias de autopeças e acessórios.

Nesse grupo foram incluídas, como financiáveis, as chamadas indústrias de recuperação (de óleos, máquinas e pneus), por sua importância para a manutenção do sistema de transportes do Estado. Trata-se de um prolongamento da indústria de autopeças, para a qual se pretende que as de recuperação caminhem, com a assimilação de novas e mais complexas técnicas.

No grupo das indústrias de produtos de origem animal, que reduziu sua demanda de 16,3% para 10,1%, de 1965 para 1966, os financiamentos concedidos durante o exercício totalizaram Cr\$ 1.680 milhões, e durante o período 1962-66, Cr\$ 4.477 milhões.

Com relação a esse grupo, a CODEPAR adotou uma importante decisão em 1966, que foi a inclusão da avicultura entre as linhas de crédito, tendo sido aprovados Cr\$ 923 milhões para 23 iniciativas.

Quanto aos frigoríficos, a atuação da CODEPAR no exercício, além de complementar investimentos de anos anteriores, dirigiu-se principalmente para o financiamento de parte do capital de trabalho necessário ao início das atividades das unidades instaladas. Mas mesmo apesar dos incentivos proporcionados, esse setor industrial, no aspecto da comercialização, sofreu sérios obstáculos, o mais grave dos quais a retração de crédito para giro.

Finalmente o grupo que apresentou o menor índice de demanda foi o de extração e beneficiamento de minerais não metálicos 1,4% do total, no montante de Cr\$ 264 milhões de créditos aprovados em 1966.

Nesse grupo ressalta a abertura de crédito para olarias, cuja intenção é a de promover a instalação e ampliação dessas unidades em diversos pontos do Estado, para atender aos mercados locais com produtos a preços mais reduzidos, pela menor incidência de fretes e de acordo com a política nacional de habitação.

As solicitações de crédito para olarias foram de 11, em 1966, num total de Cr\$ 594 milhões. Algumas delas já foram atendidas.

Setor FINAME

Além dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico desembolsados em 1966, a CODEPAR aplicou Cr\$ 681 milhões de seus próprios meios, em operações conjuntas com o Fundo de Financiamento para a Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais — FINAME. Em 1966 foram firmados 41 contratos de financiamento a essa conta, concorrendo o FINAME com Cr\$ 1.372 milhões, propiciando com os recursos da CODEPAR, já referidos, e mais os de mutuários, Cr\$ 3.106 milhões em investimentos no Paraná. Durante o exercício, 57 solicitações de crédito foram encaminhadas ao FINAME, com a contratação de 41 e conclamamento de 11, encontrando-se 5 em fase final no Fundo Federal.

Em setembro de 1966 o FINAME foi transformado na atual Agência Especial de Financiamento Industrial — FINAME, com um campo de atuação mais amplo que o anterior. Contudo, por falta de regulamentação desse órgão, não foi realizado nenhum contrato de acordo com a nova faixa de financiamento.

Dois fatores levaram a CODEPAR a agenciar os recursos do FINAME para o Paraná: o atendimento à área de serviços industriais não prevista nos esquemas do DFE; e a atração de recursos extra-estaduais. Assim, somente de recursos da Aliança para o Progresso, aplicados através do BNDE e seus agentes financeiros, neste caso a CODEPAR, entraram no Estado Cr\$ 1.372 milhões, utilizados na aquisição de equipamento rodoviário e para a recuperação de tratores, além de veículos pesados, torrefações de café, moinhos de trigo etc. Grande parte desse equipamento foi financiado às firmas empreiteiras do Estado principalmente no setor rodoviário, reforçando a atuação do Paraná na formação de sua infra-estrutura.

Em 1967 pretende a CODEPAR incrementar as operações através da Agência FINAME, além de agenciar outros fundos, como o FIPEME (pequena e média empresa).

Infra-Estrutura

O processo de diversificação industrial paranaense começou, realmente, a partir de 1961, e teve seu suporte na crescente oferta de infra-estrutura, cuja insuficiência estrangulava o desenvolvimento das atividades tradicionais e impedia o surto de novas.

Essa fase coincide praticamente com a criação da CODEPAR e a instituição do Fundo de Desenvolvimento Econômico, em fevereiro de 1962. Por isso a expansão da indústria no Estado, com o apoio da CODEPAR, não pode ser ainda medida em termos de incremento anual, mas tão somente pela multiplicidade de iniciativas ocorrentes a partir de então e com a descentralização gradativa do tradicional eixo Curitiba-Ponta Grossa.

Essa descentralização é caracterizada pela instalação de indústrias, em ritmo intenso, ao longo das Rodovias dos Cereais e do Café, no eixo Londrina-Maringá e outras mais esparsas no Oeste e Sudoeste paranaense.

Tal oferta de infra-estrutura cresceu consideravelmente nos últimos cinco anos, como resultado dos maciços investimentos realizados no setor público, para os quais o Fundo contribuiu com parcelas substanciais de aplicações no período e que ascenderam a Cr\$ 84.544 milhões (incluindo participações acionárias), dos quais Cr\$ 30.803 milhões em 1966. (Os concedidos foram da ordem de Cr\$ 23.000 milhões).

De acôrdo com a estrutura de destinação dos recursos do Fundo, as aplicações no setor público correspondem a 73% do saldo líquido, cabendo ao setor iniciativa privada os 27% restantes. Esses percentuais eram de 80 e 20% até meados de 1966.

Além dessas aplicações, outras foram indiretamente realizadas, através da participação do FDE no capital de vários órgãos executores de obras e serviços públicos. Essa participação eleva-se a Cr\$ 10.148 milhões, integralizados, dos quais Cr\$ 5.307 milhões, em 1966.

Projetos de Obras e Implantação Industrial

Foram em número de 30 os trabalhos realizados no grupo dos projetos de obras e implantação industrial, entre os quais o de abastecimento de água para vários municípios e o de comunicações.

Os projetos técnicos de abastecimento de água são realizados em colaboração com a Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, e durante 1966 foram executados os de Cruzeiro do Oeste, Primeiro de Maio, Mirassolva, Nova Fátima e Itambaracá e no próximo ano, o serão os de mais 15 cidades.

Outro importante estudo é o da ligação viária Paraná-Mato Grosso. Por solicitação da Secretaria de Viação e Obras Públicas, a CODEPAR elaborou um relatório preliminar sôbre problemas geográficos, geológicos, clima e economia da região de Dourados, no Paraná, e do sul matogrossense. Em sequência à iniciativa, a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai se prontificou a financiar os estudos técnicos da ponte que deverá ser construída.

Comunicações

Resultado de convênio entre a CODEPAR e a Companhia

de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, a Comissão de Estudos sobre levantamento das Necessidades de Telefones Urbanos — COTELC está realizando um trabalho sem precedentes no Estado, destinado a avaliar a demanda, a longo prazo, no setor de comunicações em Curitiba, cujos trabalhos encontram-se em fase final.

Estudos

No item de «projetos de implantação industrial» foi realizada pela própria Companhia ou contratada com terceiros, uma série de importantes estudos, sobre diversos assuntos. Esses trabalhos, foram os seguintes:

Relatório sobre a viabilidade de ampliação da produção de azulejos no Paraná; relatório sobre as técnicas de tratamento d'água destinada ao consumo industrial; relatório sobre as espécies econômicas de abelhas e produtos apícolas no Paraná; estudo para obtenção do leite de soja em pó em escala piloto; estudo dos custos de produção, investimento, mão-de-obra, preço de mercado etc. para a produção de aglomerados de madeira; estudo comparativo sobre o valor dos investimentos na indústria do aço em diversos países da América Latina; relatório sobre um material turfoso existente na região de Irati, utilizável como possível coadjuvante no fornecimento de matéria orgânica aos solos agrícolas; relatório sobre o combate à dermatose serpiginosa; sugestão de estudo para a substituição parcial de farinha de trigo na panificação; estudo das possibilidades de desenvolvimento da produção de refratários; estudo sobre diversos fertilizantes, incluindo aplicações, produção, novas indústrias e as suas possibilidades no Paraná; estudo sobre o aproveitamento do talco; estudo técnico do aproveitamento do calcário e do incremento de sua exploração; estudos técnicos sobre os produtos petroquímicos a partir do óleo de xisto e processo de refinação; estudo comparativo dos recursos geológicos básicos e a posição do Paraná. Esse estudo, de acordo com a classificação do SHREVE, indica que o Estado possui mais de 70% das matérias-primas básicas (4°

lugar entre os demais Estados) ao desenvolvimento industrial; estudo sobre o plano de ação do Governo Federal para a indústria química, e as possibilidades do Paraná para implantação de algumas, como de carbureto de cálcio, soda cáustica, uréia e outras; estudo sobre o aproveitamento do carvão paranaense; estudo sobre a instalação de fábrica de fita isolante e de lápis; estudo sobre a dessalinização da água do mar, visando ao aproveitamento do sal e ao abastecimento de água potável para as populações ribeirinhas; estudo, em andamento, sobre engorda de bois em confinamento, abrangendo emprêgo de rações, técnicas de construção, rentabilidade etc.; estudo sobre perspectivas da produção de óleos comestíveis no Paraná; relatório analítica sobre o comportamento da safra agrícola e comércio do milho, no período 1964-65.

Além desses trabalhos, a Assessoria de Estudos e Pesquisas promoveu o levantamento do impacto da geada de 1965 sobre os cafezais do Estado.

Planos Diretores

Pela importância que representa para o desenvolvimento municipalista, a CODEPAR tem aplicado recursos na execução de planos diretores, a fim de orientar o crescimento das cidades paranaenses.

Como resultado de convênio firmado entre a CODEPAR e o Departamento de Assistência Técnica aos Municípios, foi criada em 1966 a Comissão de Desenvolvimento Municipal — CODEM, na qual trabalham e se aperfeiçoam mais de uma centena de técnicos: economistas, engenheiros, sociólogos, educadores, urbanistas, etc..

No decorrer do ano, as atividades dessa comissão desenvolveram-se em diversas frentes:

1 — Projeto Londrina, com conclusão de diagnóstico da situação da cidade, como primeira fase do Plano Diretor, para que seja efetivado o concurso para realização do Plano Preliminar;

2 — Adotando nova metodologia, a CODEM iniciou o plano de desenvolvimento de Ponta Grossa, visando analisar a si-

tuação e indicar as diretrizes para o desenvolvimento integrado da cidade. O Plano Preliminar será debatido no primeiro trimestre de 1967, com a participação das classes representativas da população, para em abril ser completado o Plano Diretor;

3 — outro importante projeto a cargo da CODEM é o Plano de Motomecanização para o Interior do Estado. Esse programa foi dividido em 7 etapas, correspondentes às regiões de planejamento do Estado. Já foram iniciados os levantamentos nas regiões Sudoeste e Centro-Oeste e parte da Noroeste, bem como iniciada a confecção dos mapas. Além de traçar novas diretrizes para os sistemas viários intermunicipais, com base na maior economicidade, o Plano organizará e apresentará aos órgãos oficiais de financiamento, nacionais e internacionais, programa de atendimento às prefeituras paranaenses, para facilitar a aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários.

A CODEM, além dessas tarefas, acompanha a elaboração dos planos diretores físicos de Jacarézinho, Santo Antonio da Platina, Bandeirantes e Cambará, a cargo do Instituto Brasileiro de Assistência aos Municípios com o qual a Comissão já contratou a realização de um Curso de Planejamento Urbano, para formar 22 técnicos, com a participação de arquitetos, economistas, sociólogos, educadores, assistentes sociais e administradores.

Paralelamente aos trabalhos da CODEM, a CODEPAR em colaboração com o Departamento de Turismo do Estado, promoveu a realização do Plano Diretor do Litoral Sul do Paraná, já concluído e em fase de julgamento.

Outros Trabalhos

Foram realizados, ainda, os seguintes trabalhos:

— Em colaboração com a Fundação Educacional do Paraná — FUNDEPAR, foi financiada ampla pesquisa da situação educacional do Estado, em estudo orientado pela Comissão de Planejamento do Conselho Estadual de Educação e pela Universidade Federal do Paraná.

— Estudo, contratado com empresa especializada, sobre o ensino de nível médio e a procura de mão-de-obra correspondente a este nível.

— Em conjunto com a Universidade Federal do Paraná,



Departamento de Geografia, Terras e Colonização, Companhia Paranaense de Energia Elétrica e Comissão de Planejamento Econômico do Estado a CODEPAR criou a Comissão da Carta Geológica do Paraná, que está dando andamento a dois projetos:

1 — Mapeamento geológico, iniciado em 1964, já tendo elaborado 24 fôlhas de 1:50.000 (10 das quais êste ano) que correspondem a 11 municípios da região 1, da classificação geoeconômica.

2 — Geografia Física do Paraná — vem sendo elaborado há 18 meses, sendo empregado todo o esforço e a experiência do Prof. Reinhard Maak.

Finalmente, a CODEPAR, por solicitação da Universidade Católica do Paraná, está promovendo a realização de projeto justificativo para instruir pedido de financiamento a ser encaminhado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento para a expansão daquela instituição de ensino superior.

III — DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EDUCAÇÃO E CULTURA

O setor de Educação e Cultura apresenta-se como um complexo que envolve grandes responsabilidades e volume invulgar de trabalho, tendo em conta que estão afetos à pasta correspondente perto de 50% dos servidores públicos estaduais.

Mais de meio milhão de estudantes, de todos os níveis, estão sob a responsabilidade da Secretaria de Educação e Cultura, cuja estrutura foi encontrada pelo atual Governo com deficiências quanto ao seu funcionamento e, inclusive, quanto a determinados critérios pedagógicos adotados.

Os registros de vida funcional vinham, há anos, em processo de degeneração. Por outro lado, as deficiências de cadastro vinham provocando a paralisação de processos, especialmente dos que se referiam a pedidos de efetivação e de ratificação quinquenal.

Não se conhecia exatamente o «déficit» de salas de aula e de professores, especialmente no interior, dado o fato de que uma parcela do pessoal do magistério vinha exercendo funções burocráticas, decorrente da expansão dos serviços, agravados pela rigorosa recomendação do Governo de conter o emprego e as influências políticas no setor da Educação e Cultura.

Com as providências que estão sendo tomadas para assegurar o aperfeiçoamento dos serviços e a eficiência da máquina burocrática, maior rendimento foi obtido. Como primeiro produto desse trabalho, já temos um novo esquema de estrutural organizacional, que será usado como subsídio para a reestruturação a ser feita em harmonia com o Plano Estadual de Educação.

A Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério de Educação celebram, anualmente, convênios relacionados com o

Plano Nacional de Educação na área do ensino primário e médio. Os serviços técnicos e administrativos vinculados à execução desses Convênios careciam de um mínimo de organização que garantisse a eficiência desejada. Por falhas encontradas no processamento de prestações de conta referentes aos exercícios de 1964 e 1965, não foi possível, senão no final do exercício de 1966, encaminhar o recebimento de verbas correspondentes a esse ano.

Estudos e Pesquisas

O Governo deu andamento, através da Secretaria de Educação, às pesquisas que visam estudar a validade e adequabilidade das modificações introduzidas no ensino primário Quanto à extensão gradativa da escolaridade primária de quatro para seis séries. Seus resultados indicam a possibilidade de maior rendimento da aprendizagem. No ano de 1966 esse rendimento já apresentou sensível melhora, constatando-se que nos Grupos Escolares e Casas Escolares da Capital foi de 29% o índice de reprovações na primeira série.

Treinamento do Professorado

Quanto ao treinamento do professorado, já é hora de tratar do seu aperfeiçoamento, e do professor leigo em especial, mediante cursos que obedeçam a uma programação racional, sem prejudicar o funcionamento regular das escolas.

As chamadas Semanas Educacionais têm eficiência quando se deseja transmitir idéias gerais a grandes grupos de professores, inculcar-lhes entusiasmo, transmitir-lhes mensagens pedagógicas. É hora de se tratar do aperfeiçoamento do pessoal e segundo as necessidades do ensino e usando os meios mais eficientes de promover esse aperfeiçoamento, nas diferentes especializações que o magistério primário comporta. Em suma, é chegado o momento de lançar os Institutos de Educação na tarefa de especializar e aperfeiçoar o magistério primário, em estreita colaboração com os órgãos da Secretaria de Educação e Cultura.

Entre os cursos intensivos ministrados em 1966, vale ressaltar aqueles que tiveram como objetivo a especialização em

áreas específicas do ensino primário e que representam um passo na direção dos objetivos a atingir. Foram êles: 1 Curso de Orientação de Técnicas de Alfabetização; 1 Curso de Orientação e Análise de Disciplinas do Curso da 4.ª série para professores de Curitiba e Municípios limítrofes; 1 Curso de Teoria e Prática da Escola Primária para orientadores didáticos de Grupos Escolares do Interior do Estado; 1 Curso de aperfeiçoamento de Professores de Ciências Físicas e Naturais para professores do interior do Estado e 1 Curso de Formação de Professores de Artes Industriais e Economia Doméstica, realizado no Centro Pedagógico de Ponta Grossa.

O Governo contou com a cooperação da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná (Federal), para a realização do Seminário de Educação, que teve por objetivo a atualização dos professores dos diferentes ramos do ensino médio.

Foram feitas publicações para o ensino primário e médio; Manual do Professor Primário — III Volume; Sumulas sobre Orientação de Linguagem, Matemática e Estudos Sociais e Programas de Ensino Primário (revisão).

Ensino Primário

Nêste setor, foi dado especial atendimento às escolas situadas na faixa de fronteira, sendo firmados Convênios com o Departamento Nacional de Educação.

Quanto à extensão da escolaridade primária de quatro para seis anos, diligenciou-se no sentido de implantar artes industriais e economia doméstica, dentro do que permitem as atuais limitações de pessoal, ao mesmo tempo em que foi reformulado o convênio celebrado com a USAID em 1963.

A matrícula dos estabelecimentos de ensino primário estaduais e algumas escolas isoladas municipais e particulares, com professores estaduais, pode ser apreciada no demonstrativo abaixo, elaborado pelo Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais.

Matrícula dos estabelecimentos de ensino primário estaduais, e algumas escolas isoladas municipais e particulares com professores estaduais.

	1 9 6 6		
	Capital	Interior	Total do Estado
1ª Série	18.164	197.549	215.713
2ª Série	13.318	97.150	110.468
3ª Série	13.461	81.534	94.995
4ª Série	13.923	57.853	71.776
5ª Série	925	1.370	2.295
Jardim da Infância	2.202	2.331	4.533
Classes reunidas	14	4.188	4.202
Especiais	674	60	734
T O T A L	62.681	442.035	504.716

Dentro dos primeiros quinze meses da atual administração deverão estar concluídas e em funcionamento, devidamente equipadas, mais 2.458 novas salas de aula, o que constituirá verdadeiro recorde, tendo em vista que nos 60 meses do Governo anterior, foram construídas 2.766 salas de aula.

O Plano de Emergência, para entrega de 458 salas de aula, no prazo de 50 dias, antes do início do atual ano letivo, correpondeu plenamente aos seus objetivos, pois as novas instalações já foram entregues e estão em funcionamento. Paralelamente, o Governo está procedendo à contratação de novos professores, de acordo com o teste de seleção realizado no ano passado.

Ensino Secundário

O Governo ofereceu, em 1966, maiores oportunidades de acesso à escola de nível médio, criando 18 Ginásios e 5 Colégios, que entraram em funcionamento no corrente ano letivo.

Segundo convênio celebrado com a União, através do Ministério da Educação, o Estado do Paraná assumiu o compromisso de instalar quarenta oficinas de artes industriais em estabelecimentos de ensino secundário, dentro de um programa de difusão de Ginásio de Orientação Industrial.

Revitalizando esse acordo de 1965, em agosto de 1966, foram tomadas as providências necessárias, determinando-se a

imediate aplicação de verba destinada à compra de máquinas e equipamentos de artes industriais, bem como a seleção dos estabelecimentos de ensino médio que possam dispôr de recursos físicos e humanos para funcionar com currículo que inclua essa prática educativa. Abriu-se concurso para provimento de 73 vagas de professor licenciado (MM-5), cuja realização está prevista para março de 1967.

No setor do ensino comercial, industrial e agrícola, a Secretaria de Educação realizou, em Apucarana, um curso de aperfeiçoamento de professores de ensino comercial, oriundos de estabelecimentos de nove municípios do Norte do Paraná, tendo criado 4 Colégios Comerciais, respectivamente, em Alvorada do Sul, Jataizinho, Rio Azul e Nova Londrina, que entraram em funcionamento este ano.

Ensino Municipal e Particular

Durante o ano findo, foi coordenado o funcionamento de 34 Ginásios, 52 Escolas Normais e 216 Escolas primárias da rede de ensino particular, bem como 3.495 Escolas primárias mantidas pelas Municipalidades.

Além de diversos convênios e concessão de Bolsas de Estudo, o Governo determinou um levantamento do magistério primário oficial e particular do Estado, que permitiu conhecer a real situação dos professores em exercício. Um dos produtos dessa medida foi o conhecimento da quantidade de professores públicos que, a título de cooperação do Estado com as entidades particulares, prestavam serviços em escolas daquela rede de estabelecimentos.

Verificamos desde logo a conveniência de disciplinar a cooperação técnica e ajuda financeira, o que está sendo disciplinado por ato baixado pelo Governo, estabelecendo as bases dos Convênios a serem celebrados.

Ensino Normal

No campo do ensino normal, foram criadas 3 Escolas Normais Ginasiais, em Flórida, Porto Rico e Formosa do Oeste e uma Escola Normal Colegial na Cidade de Toledo.

Entraram em funcionamento 8 novas Escolas Normais Co-

legiais. Some-se a isso a criação do Instituto de Educação de Maringá.

Por motivo de ordem técnico-administrativa, entraram em fase de extinção, 24 Escolas Normais de Grau Ginásial, dentro da orientação que visa substituir êsses tipos de Escolas pelas de Grau Normal Colegial, de maior nível.

Durante o ano que passou, o Estado manteve 3 Institutos de Educação e 193 Escolas Normais, com a matrícula geral de 21.981 alunos. O número de professores efetivos nessas Escolas, foi de 253, funcionando como suplementaristas 1.548 professores.

Ensino Supletivo

Instituída em agosto do ano passado, a ALFA (Alfabetização de Adultos) manteve 742 classes frequentadas por 18.205 alunos.

Na organização e manutenção de seus cursos, a ALFA aplicou recursos oriundos do Fundo Estadual de Ensino e do Plano Nacional de Educação. O custo aluno de suas classes situou-se em torno de Cr\$ 3.900.

Merenda Escolar

Mediante a colaboração do Governo Federal, do Governo do Estado, das Prefeituras Municipais e da ajuda dos Estados Unidos, através do Programa «Alimentos para a Paz e o Progresso», foi possível distribuir merenda Escolar, durante o ano de 1966, a 523.666 alunos em 4.547 escolas de 254 Municípios, bem como almoço a 137.709 alunos de 740 escolas em 59 Municípios.

O atendimento foi feito através das 50 Inspetorias Regionais de Ensino, sendo aplicados no custeio de armazenamento, transporte, viagens de inspeção, cursos, material de cantina e gêneros, a importância de Cr\$ 467.254.492.

Serviço Social Escolar

O Serviço Social Escolar coordenou a atividade de 53 estabelecimentos escolares, mediante reuniões gerais especiais com a equipe do Serviço Social, pessoal da escola, líderes de

comunidade, grupos de alunos e escolas primárias; foi prestada assistência com o fornecimento de guarda-pós, agasalhos e calçados, quase a duas centenas de casos de deficiência ocular, visitas domiciliares, tratamento de casos sociais relativos à conduta intelectual, religiosa, sanitária, habitacional, psicológica e familiar.

Educação física e Desportos

Os Jogos Universitários Paranaenses congregaram, em 1966, acadêmicos de tôdas as faculdades da Capital, de Ponta Grossa, Londrina e Paranaguá, num total de 820 atletas.

Os jogos colegiais contaram com a participação de 56 Estabelecimentos de ensino da Capital e do Interior, representados por 2.600 atletas.

Em julho, teve lugar em Curitiba a realização dos Jogos Universitários Brasileiros, que reuniram 2.200 participantes de 16 Federações Universitárias.

Nos Jogos Abertos do Paraná, realizados em Londrina, estiveram presentes 22 Municípios do setentrião, concorrendo com o significativo número de 2.500 atletas.

Outras promoções do Estado, através da Secretaria de Educação e Cultura foram: Concursos de Fanfarras Estudantis, em Londrina; os Jogos Infantís de Jacarézinho; os Jogos Socio-Culturais de Iratí e os da Primavera de União da Vitória; os Jogos dos Servidores Públicos do Estado, além de competições de nível internacional.

Fundo Estadual de Ensino

O Fundo Estadual de Ensino, administração pela Fundação Educacional do Paraná (FUNDEPAR), é aplicado de acôrdo com orçamento anual elaborado pela Secretaria de Educação e Cultura, de acôrdo com os planos estabelecidos pelo Conselho Estadual de Educação, tendo em vista a política de desenvolvimento do Estado.

Além de sua ação complementar à do setor Público, a FUNDEPAR presta assistência financeira aos Municípios, seja por meio de subsídios diretos, seja através das instituições de fundações regionais.

Durante o ano de 1966, a FUNDEPAR fez aplicações em torno de Cr\$ 7,9 bilhões dentro de metas definidas, para construção de prédios escolares, para proporcionar condições de melhoria em todos os graus de ensino, incentivando a criação de novos estabelecimentos de ensino, mediante programas de financiamento e procurando aperfeiçoar técnica e culturalmente a população pelo fornecimento de bolsas de Estudo, espetáculos públicos, festivais, conferências etc..

No ano de 1966, para instituição da «Alfabetização de Adolescentes e Adultos — «ALFA» e instalações foram aplicados Cr\$ 300 milhões.

Após um levantamento preliminar, procedeu-se, com recursos da FUNDEPAR ao maior levantamento estatístico já realizado no Estado, para conhecer a situação escolar e suas necessidades.

A estimativa de custo para a realização do trabalho foi fixada em 300 mil cruzeiros por município, num total para o Estado, na importância de Cr\$ 82,5 milhões.

Praticamente, todos os Municípios já foram visitados, estando a Secretaria de Educação de posse dos resultados, que lhe permitem agora definir uma política educacional com base na realidade.

Recursos estão sendo também aplicados num plano a ser executado na zona rural, objetivando atingir não só as escolas como também toda a comunidade, pela educação sanitária no curso primário. A campanha tem como finalidade fundamental, elevar o padrão de saúde da população rural e deverá desenvolver-se em três etapas: distribuição de álbum seriado acompanhado de súmula explicativa, difusão de cartilha de saneamento e construção de sanitários em todos os estabelecimentos de ensino.

Na primeira etapa serão aplicados recursos em torno de Cr\$ 50,4 milhões.

Construção de Escolas

Com recursos do Fundo Estadual de Ensino foram aplicados na construção de escolas, em obras já em andamento, Cr\$ 655 milhões e, em obras novas, Cr\$ 723,2 milhões, num total de

Cr\$ 1,3 bilhões, importância essa transferida ao D.E.O.E. e à Prefeitura de Curitiba.

Para construção de pavilhões, destinados a dar cumprimento ao programa de Ginásios Orientados para o Trabalho, foram previstos recursos da FUNDEPAR em torno de Cr\$ 150 milhões, já estando concluídas as obras relativas aos Colégios e vários municípios do Estado.

A FUNDEPAR deu assistência ao Município de Curitiba, para construção de nove casas escolares e para o Grupo Escolar D. Mirazinha Braga, totalizando Cr\$ 275,1 milhões.

Centro de Treinamento do Magistério

Para construção do Centro de Treinamento do Magistério, o Governo do Estado firmou Convênio com o Ministério da Educação, através do INEP, no valor de Cr\$ 1,1 bilhões, já tendo recebido Cr\$ 200 milhões para a obra, cujo projeto arquitetônico foi contratado pela FUNDEPAR. Os trabalhos iniciais foram atacados, quanto ao canteiro de obras, terraplenagem, sondagens etc..

Além de reconstruções, adaptações e ampliações, a FUNDEPAR desempenhou atividades relacionadas com a execução do Plano de Obras.

Foi decisiva sua participação no Plano de Emergência da Secretaria de Educação, que possibilitou um substancial acréscimo de novas salas de aula, tanto na Capital, como no interior, para fazer face ao «Deficit» existente no Estado.

Programas Específicos

A conta do Fundo Estadual de Ensino, a FUNDEPAR fez aplicações em programas específicos da Secretaria de Educação ou entidades autônomas, destinando importâncias aos seguintes setores: Ensino de Ciências no curso primário, Serviço Estadual de Merenda Escolar, Serviço Social Escolar, Serviço de Saúde e Higiene Escolar, Centro Audio-Visual, Biblioteca Pública do Paraná, Museu Paranaense, Departamento de Educação Física e Desportos, Departamento de Cultura, Programa de Cultura Popular, Teatro Guaíra, Ensino Técnico-Profissional, ALFA, Educação Sanitária, Participação da Comunidade na

Educação e Estatística Educacional, num total global de Cr\$ 730 milhões.

Outras aplicações

Além da assistência à rede escolar de ensino público, foram fornecidos materiais escolares num total de Cr\$ 682,5 milhões, bem como material bibliográfico especializado para estabelecimentos de ensino superior, no valor de Cr\$ 161,7 milhões e uma dotação especial de Cr\$ 300 milhões destinada a despesa de custeio das Faculdades Estaduais.

No setor do ensino particular as aplicações ascenderam a Cr\$ 277 milhões enquanto em bolsas de estudos foram aplicados Cr\$ 5,6 milhões, sem contar as importâncias dispendidas para cursos de especialização, serviços educativos e culturais, promoções etc..

Atividades Culturais

Grande incentivo foi dado, no ano de 1966, ao desenvolvimento cultural. No âmbito das artes visuais, cumpre destacar o 10º salão de Artes plásticas para Novos. O 2º Salão de Arte Religiosa Brasileira; a Exposição Coletiva Pintura Paranaense de Hoje»; as exposições de Arquitetura de Carlos Millan, «Mil Anos de Polónia», Cartazes Turísticos da França» e «A Obra Arquitetônica de Le Corbusier»; Cursos de Artes Plásticas na Educação; Cursos de Pintura e Modelagem.

No campo da música, o Governo promoveu o II Curso Internacional de Música e II Festival da Música de Curitiba. Foram promovidos concursos literários em comemoração ao centenário de nascimento de Emiliano Pernetta, Emílio de Menezes e Euclides da Cunha, Semana de Folclore, com a realização do 8.º Festival de Folclore Internacional, além da obra de restauração geral na Igreja de São Benedito, de Paranaguá, pertencente ao Patrimônio Histórico.

A Biblioteca Pública promoveu programas culturais, dos quais 46 por sua iniciativa, 72 por outros órgãos estaduais e 205 entidades particulares. O movimento de consultas foi a seguinte: na Divisão Infanto-Juvenil, 315; na Divisão de Edu-

cação, 48.773; na Divisão Central, 65.539 e na Secção de Leitura Geral, 239.866.

O Museu Paranaense tem tido suas atividades relativamente prejudicadas, pelo fato de estar funcionando em instalações provisórias, a título precário, até que se construa sua sede definitiva. Contudo, diversas promoções e exposições foram realizadas, com a apresentação de valiosas coleções de importância etnológica, além de obras históricas de grande valor.

O Teatro Guaira fez funcionar o seu Curso Permanente de Teatro e o Curso de Danças Clássicas. Realizou apresentações do Teatro de Comédia do Paraná, do Teatro Infantil, além de temporadas no Pequeno Auditório. Neste último tiveram lugar 165 espetáculos, que contaram com a presença de 50.424 espectadores, o que representa um acréscimo de 30,2% sobre a frequência registrada em 1965.

O Teatro Itinerante, nova atividade do «Teatro de Comédia do Paraná» iniciou, em colaboração com as Prefeituras Municipais, o ciclo de viagens ao interior do Estado, fazendo apresentações num total de 10.340 espectadores.

SAÚDE PÚBLICA

Embora atuando com uma estrutura organizacional antiquada e obsoleta, a Secretaria de Saúde Pública em 1966 levou a bom termo suas atribuições, procurando, principalmente, integrar suas atividades com organismos municipais, estaduais, federais e particulares.

Essa política tem dado resultados animadores e deve mesmo ser considerada como a responsável pelos êxitos maiores obtidos em 1966.

Contratos e Convênios

A preocupação constante no setor da Saúde foi a dinamização dos serviços, mediante não só o melhor aproveitamento dos recursos existentes como também utilizando possibilidades estranhas à atividade pública para, numa benéfica soma de esforços chegar-se ao objetivo comum. Vários empreendimentos paralelos foram, assim, agregados em uma só realização, facilitando o trabalho que, mais intensamente desenvolvido, proporcionou maior rendimento e menos dispêndio.

Por essa forma foi possível conseguir interêsse de entidades diversificadas no trabalho de saúde pública, ampliando-se sensivelmente a área de atendimento com o estabelecimento de convênios e ajustes, muitos deles considerados de integração porque envolviam diversas iniciativas, que se completavam e ao mesmo tempo imprimiam um novo sentido à estrutura sanitária.

Do rol de convênios e ajustes encetados destacamos os assinados com as seguintes instituições: **Profilaxia da Tuberculose:** Serviço Nacional de Tuberculose; Várias Entidades Religiosas. **Hospitalização Geral:** Associação Cultural e Caritati-

va São José de Curitiba; Diversas Entidades Hospitalares, Aquisição de Leitos Gerais. **Hospitalização do Doente Mental:** Irmandade Santa Casa de Misericórdia, de Curitiba; Hospital São Lucas — Ponta Grossa; Sanatório Shangri-Lá — Londrina; Clínica de Nervos — Londrina. **Profilaxia da Doença de Chagas:** Departamento Nacional de Endemia Rurais; GERCA; Instituto Brasileiro do Café; Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural; Diversas Prefeituras Municipais (Serviço de desinsetização); Col-san do Paraná; Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue.

Profilaxia da Esquistossomose: Departamento Nacional de Endemias Rurais; Pelo Instituto Nacional de Endemias Rurais; Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural. **Proteção da Criança:** Associação de Proteção à Maternidade e à Infância «Saza Lattes»; Associação Hospitalar de Proteção à Infância «Dr. Raul Carneiro»; Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Londrina; Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá; Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Paraná — Cátedra de Pediatria e Puericultura; Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Maringá; Maternidade e Casa da Criança, da A. P. M. I. de Campo Mourão; Casa Maternal — Berçário «Menino Jesus», da Associação Feminina de Proteção à Maternidade e à Infância. **Profilaxia da Lepra:** Serviço Nacional da Lepra; Várias Instituições Religiosas. **Integração Sanitária no Litoral:** Departamento Nacional de Endemias Rurais; Fundação Serviço Especial de Saúde Pública; Prefeitura Municipal de Paranaguá. **Instalação de Unidades e Serviços Sanitários:** Fundação Serviço Especial de Saúde Pública; Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural; **Vacinas:** Instituto Butantan, São Paulo. **Profilaxia do Câncer:** Centro Norte-Paranaense de Pesquisas Médicas de Londrina; Liga Paranaense de Combate ao Câncer. **Assistência:** Casa dos Pobres «São João Batista»; Assistência Social Adventista; Berçário do «Menino Jesus».

Em preparo estão ainda diversos convênios já devidamente estudados, contando-se os que se referem:

I — ao ensino e execução de citologia e anatomia patológica do Câncer a ser assinado com a Faculdade de Ciências Médicas, Cátedra de Anatomia Patológica, da Universidade Católica do Paraná;

II — ao ensino e execução de serviços técnicos em Unidades Sanitárias, a ser assinado com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Fronteira Sudoeste;

III — à execução de trabalhos de profilaxia de diversas endemias rurais a ser assinado com o Departamento Nacional de Endemias Rurais, do Ministério da Saúde.

Logo ao ser instalado, o Governo teve que enfrentar um surto epidêmico de febre amarela silvestre, na região oeste do Estado (Cascavél, Leônidas Marques, Toledo e outros municípios vizinhos), que tinha sido comprovado nos últimos dias de janeiro. A situação era de calamidade pública e urgiam medidas rigorosas. Foi aberto um crédito especial (Decreto n. 189 de 19-2-66), ad-referendum da Assembléia Legislativa, de Cr\$ 30.000 milhões, cujos recursos permitiram levar a efeito a maior campanha de vacinação anti-amarílica até então realizada no Brasil. O Departamento Nacional de Endemias Rurais, por sua Circunscrição do Paraná, atuando integrado com esta Secretaria e com os recursos aludidos, além da ajuda ponderável das Prefeituras Municipais, está hoje com mais de um milhão de pessoas vacinadas, cobrindo integralmente 74 municípios, nas regiões oeste, sudoeste e noroeste do Paraná, estando em andamento a vacinação em mais nove.

Graças a essa atuação pronta e enérgica, foi impedida uma epidemia gravíssima de febre amarela silvestre, que ficou limitada a pouco mais de trinta óbitos.

Quanto à Doença de Chagas, há que referir a participação, além das Prefeituras Municipais, da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, órgão que ensejou o aumento considerável do número de equipes de desinsetização, pois forneceu mais de vinte veículos para esse fim, os quais têm sido de utilidade digna de um registro especial. Como decorrência desses fatos, foram desinsetizados até novembro, aproximadamente, 160.000 prédios, com BHC a 30% tendo sido empregadas quasi 70 toneladas do inseticida. Não fôra essa integração de esforços e recursos por certo não teria sido alcançado nem mesmo o número de 100.000 prédios expurgados. Mais de 60 municípios foram trabalhados.

Merece destaque o inquérito sorológico escolar, dentro da campanha contra a Doença de Chagas, que está sendo levado a efeito em municípios previamente escolhidos e em regiões

diversas do território paranaense. Quase 15.000 amostras de sangue já foram colhidas e remetidas para Belo Horizonte, onde estão sendo executadas na região, visando a debelar a doença.

Para dar combate à esquistossomose foi constituída uma Unidade de Estudos e Contrôles, com sede em Londrina, onde estão atuando elementos da Secretaria da Saúde, do Departamento Nacional de Endemias Rurais e da Prefeitura Municipal de Londrina, tendo sido realizados cadastro residencial das localidades positivas, educação sanitária, exames cronológicos (mais de 7.000) e tratamento. Obras de saneamento também estão sendo executadas na região, visando a debelar a doença.

Além do trabalho em Londrina o novo órgão expandirá os trabalhos aos municípios do Norte, onde a endemia se apresenta em caráter severo, entre eles os de Iporã, Uraí, Jataizinho, Jacarésinho, Santo Antonio da Platina, justamente os focos de maior importância no Estado.

Paralelamente, se procede ao estudo para dar novos rumos às campanhas iniciadas contra outras endemias rurais que castigam a população do Estado, especialmente contra a ancilostomose e o tracoma.

Espera-se que, da utilização dos recursos executivos de que dispõem as Unidades Sanitárias dispersas no interior, resulte mais decidida e mais ampla atividade, capaz de minorar os efeitos dessas doenças na coletividade.

A visita de médicos e estudantes de medicina às regiões assoladas, como parte do programa, evidenciou grande interesse de profissionais que, antes insensíveis ao problema, agora motivados, poderão emprestar valiosa colaboração ao intento de ativar os trabalhos de combate à doença mediante o uso de todos os esforços, mesmo os decorrentes da iniciativa privada.

Dentro desse espírito, a Secretaria de Saúde Pública implantou em Paranaguá um tipo de trabalho até então ainda não executado entre nós: a conjugação de esforços de todos os organismos interessados nos programas sanitários locais. Construiu-se assim o chamado Plano Integrado de Saúde do Litoral do Estado, no qual participam, além da Secretaria de Saúde, (por vários de seus Departamentos), o Departamento de Endemias Rurais, a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, a

Administração do Pôrto de Paranaguá e as Prefeituras. O acêrto da medida tem sido evidenciada pelos números e pela própria natureza do trabalho, que é cada vez mais amplo e aperfeiçoado. Sob um mesmo teto está havendo uma verdadeira integração de atividades sanitárias e o sucesso tem sido tão grande que, até mesmo em outros Estados, se programou trabalho semelhante.

Quanto à nova organização a ser dada à Secretaria com o fim de ajustá-la à técnica sanitária de nossos dias, há em trabalho uma Comissão de Técnicos da Secretaria de Saúde que deverá dentro em pouco entregar a tarefa concluída, a ser antes submetida à apreciação de elementos designados pela Organização Panamericana da Saúde, de acôrdo com convênio que será firmado com aquele organismo internacional.

Paralelamente à nova organização, foi designado um grupo de trabalho, constituído por médicos sanitários, a fim de elaborarem o novo Código de Saúde do Estado, já que o atual, vigorando desde 1938, está completamente desatualizado.

Embora existam essas dificuldades técnico-administrativas (organização arcaica da Secretaria de Saúde e existência de um Regulamento Sanitário completamente superado), procurou-se realizar um «programa a curto prazo» no setor de higiene e saneamento, a fim de que os seus efeitos se fizessem sentir junto à comunidade que, assim, procuraria colaborar com a Secretaria de Saúde Pública na solução dos seus problemas.

Foi lançada praticamente em todos os quadrantes do território paranacense, uma verdadeira campanha de melhoria das condições higiênicas de estabelecimentos de gêneros alimentícios, escolares, hoteleiro etc. Inicialmente foi feito um alerta pessoal aos proprietários, com a indicação das melhorias a serem introduzidas. Nas verificações posteriores foram fechados os estabelecimentos que não deram cumprimento às exigências. Atualmente o trabalho está sendo executado rotineiramente, mas com energia.

Por outro lado, sempre se constituíram em órgãos que não se coadunam com as atividades da Secretaria de Saúde, a Usina de Pasteurização do Leite de Curitiba e o Serviço de Inspeção de Saúde. Uma desenvolvendo atividade tipicamente indus-

trial e outro com um encargo que não é atividade médico-sanitária.

Corrigindo tais anomalias, foram baixados atos: a Lei n. 5.387 de 23-8-66, passou a Usina de Leite para a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná — «Café do Paraná»; o Decreto n. 1.377 de 13-6-66, determina que o Serviço de Inspeção de Saúde passe a integrar a partir de 1.º de janeiro de 1967, o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado — IPE.

Combate à Mortalidade Infantil

A mortalidade infantil vem preocupando seriamente os técnicos que labutam em puericultura. Nesse particular, o Governo tem insistido no sistema de aproveitar a iniciativa privada no esforço bem intencionado de assistir à criança.

Dois aspectos constituem objetivo do órgão sanitário: a profilaxia e a intervenção específica.

Infelizmente ainda não foi possível ultrapassar o primeiro aspecto, ante a dificuldade criada pela própria extensão do problema, a exigir múltiplos recursos e uma estrutura ampla e complexa.

No último verão, multiplicaram-se os casos de desidratação, impondo a adoção de providências para atendimento do crescente e imprevisível número de casos de urgência, ocorridos não só nesta Capital, mas em várias regiões do Estado. Assim, foram empreendidos entendimentos com Associações de Proteção à Infância, com a Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná e hospitais gerais, para hospitalização em clínica de rehidratação em Curitiba, Ponta Grossa, Paranaguá, Londrina, Maringá e Campo Mourão.

Em determinados casos, não contando com técnicos em número suficiente para dotar os serviços, a Secretaria de Saúde teve de recorrer à colaboração da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, para contratar puericultor e enfermeiras que pudessem desenvolver a atividade exigida.

A relevância do assunto vem impondo novos conceitos e novas aquisições que serão adotadas, de modo genérico e dinâmico, nas Unidades Sanitárias, através dos serviços de Hi-

giene Infantil, em conexão com as Associações de Proteção à Maternidade e à Infância.

Foi criado o Serviço de Profilaxia do Câncer, consubstanciada no decreto estadual n. 2125 de 23 de agosto do ano passado.

Estabelecendo o núcleo de um serviço de profilaxia, o propósito é estender uma rede de dispensários visando à detecção da doença em sua fase inicial, a fim de se colher melhor resultado quanto à sua cura. Ao mesmo tempo se fará o aproveitamento da iniciativa privada voltada para o problema, mediante convênio de ajuda e reciprocidade de serviços.

A iniciativa deverá abranger todos os esforços, oficiais e particulares, no desempenho de um programa comum, de elevado alcance, integrando no mesmo objetivo todos quantos desejarem ou estejam em condições de emprezar útil colaboração no combate ao grande mal.

Grande parte do projeto inicial já está articulado, prevenindo-se para breve a utilização de todo o contingente necessário. Por outro lado vem sendo estimulada parte de outra fase do plano, através da instalação e pronta entrada em funcionamento do Hospital «Erasto Gaertner», da Liga Paranaense de Combate ao Câncer, empreendimento destinado ao tratamento de doentes.

A Secretaria de Saúde Pública adquiriu a aparelhagem radiológica e uma bomba de cobalto, completando dessa forma o equipamento indispensável ao eficiente desempenho do nosocômio.

Foram equipados a nova ala do Hospital de Criança «Cesar Pernetta», de Curitiba, e o Sanatório de Londrina, para tuberculosos; o Dispensário «Manoel de Abreu» para tuberculosos, no Bairro do Portão, em Curitiba, foi também totalmente equipado e está funcionando regularmente, bem como o Posto de Higiene de Bela Vista do Paraíso, cujo prédio foi construído pela Prefeitura Municipal local e equipado pelo Estado.

A frota de veículos foi consideravelmente aumentada, não somente através de verbas orçamentárias, como pelos recursos oriundos do Fundo de Saúde, além da aquisição de ambulâncias e camionetas rurais, destinadas ao combate à Doença de Chagas, esquistossomose, doenças venéreas, plano de vacinação de escolares, equipamento do Hospital de Crianças «Cesar

Pernetta», atendimento do problema de doenças mentais, aquisição de aparelhos de abreografia para dispensários de tuberculose, etc..

Aquisição de Leitos Hospitalares

A deficiência assistencial no terreno da hospitalização gratuita, favorecendo o afluxo de pacientes, oriundos de todos os recantos do Estado à instituições hospitalares e assistenciais da Capital, impôs ao Governo o dever de intervir no setor.

Foi estabelecido um zoneamento de nosocômios tipo Santa Casa, de modo a ensejar a hospitalização na própria origem dos pacientes que, com crescente frequência, demandam à Capital em busca de tratamento. A providência de sumo interesse para os órgãos assistenciais do interior, por darem melhor utilização a sensível parcela de leitos gratuitos, não o é menos para a população desfavorecida que desfrutará de hospitalização imediata, mercê de encaminhamento promovido pelas Unidades Sanitárias e pelos órgãos locais da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural.

Ao custo de Cr\$ 410 milhões, durante um ano estarão disponíveis 191 leitos-dia, em 28 hospitais, assim distribuídos:

Localidade	Hospital	N. de Leitos
Londrina	Santa Casa de Misericórdia	20
Londrina	Hospital Evangélico	10
Cambé	Santa Casa de Misericórdia	10
Maringá	Santa Casa de Misericórdia	15
Paranavaí	Santa Casa de Misericórdia	10
Umuarama	Hospital Municipal	5
Ponta Grossa	Santa Casa de Misericórdia	15
Jacarézinho	Santa Casa de Misericórdia	3
Cornélio Procópio	Santa Casa de Misericórdia	8
Campo Mourão	Santa Casa de Misericórdia	5
Terra Boa	Santa Casa de Misericórdia	3
Rio Negro	Hospital «Bom Jesus»	5
Guarapuava	Hospital «S. Vicente de Paula»	5
Foz do Iguaçu	Santa Casa «Mons. Guilherme»	4
Tomazina	Hospital «S. Vicente de Paula»	4

Guaratuba	Santa Casa de Misericórdia	4
União da Vitória	Regional H.C. «N.S. Aparecida»	5
Morretes	Hospital e Maternidade	6
Paranaguá	Santa Casa de Misericórdia	5
Iratí	Santa Casa de Misericórdia	5
Apucarana	Santa Casa de Misericórdia	5
Bandeirantes	Sociedade Hospitalar Beneficente	4
Wenceslau Braz	Associação Hospitalar Beneficente	2
Pato Branco	A. B. Médico Hospitalar	6
Ibiporã	Hospital «Cristo Rei»	5
Cambará	Santa Casa de Misericórdia	6
São Mateus do Sul	Hospital e Maternidade	5
São José dos Pinhais	Hospital e Maternidade	5

Consideração especial mereceu a realização, em Curitiba, do **XVI Congresso Brasileiro de Higiene**, que foi patrocinado pelo Governo do Paraná, sob os auspícios da Sociedade Brasileira de Higiene. Compareceram congressistas de, praticamente, todos os Estados do Brasil, totalizando aproximadamente trezentos. Foram apresentados mais de 160 trabalhos científicos, num temário do maior interesse médico-sanitário, que reuniu as mais altas autoridades sanitárias do País.

POLÍTICA HABITACIONAL

Já se percebe uma nítida tendência no sentido da urbanização da população paranaense. É uma tendência que vai se acentuar na medida em que se introduzam processos de mecanização da lavoura e que aumentam, nos centros urbanos, os incentivos à industrialização.

Os três últimos recenseamentos revelam que em números relativos a população urbana tem aumentado, ao mesmo tempo em que decresce a porcentagem da população rural no total geral do Estado.

Anos	Urbana	%	Rural	%	Total Geral
1940	302.272	24,45	934.003	75,55	1.236.276
1950	528.288	24,97	1.587.259	75,03	2.115.547
1960	1.327.982	31,04	2.949.781	68,76	4.277.763

Pelo quadro acima se verifica que enquanto no período intercensitário de 1940-50 o índice de urbanização foi modesto, já no período 1950-60 se verificou um apreciável aumento.

Atualmente, a população do Estado está estimada em 6,5 milhões de habitantes, devendo em 1970 alcançar mais de 8 milhões. Ao fim do atual quinquênio Curitiba deverá ter aproximadamente 700 mil habitantes, sendo provável que o índice de urbanização da população do Estado tenha aumentado substancialmente.

Isso equivale a dizer que o Paraná já tem diante de si um novo problema a enfrentar: o da habitação popular, dada a existência de um «déficit» de moradias não só na Capital como nas principais cidades do Estado.

A própria política de habitação que está sendo desencadeada pelo Governo federal, paralelamente às obras de infraestrutura básica em execução pelo Estado — energia elétrica, saneamento, etc — tende a atrair novos contingentes para as cidades.

O Brasil que já vive um momento de «explosão demográfica» deverá conhecer logo mais uma «explosão urbana» com todos os problemas que deve acarretar, se não forem tomadas, desde já, as medidas essenciais de desenvolvimento urbano.

O atual Governo do Paraná está atento para o problema, definindo uma política de habitação que deverá ser um dos traços marcantes do quinquênio 1966-70.

A habitação — disse um «expert» na matéria — constitui o maior investimento que pode fazer uma família. A casa própria desperta o sentido de propriedade, modifica o **status** social da população e das comunidades locais, alarga os horizontes, aumentando o sentimento de responsabilidade e a participação do homem na sociedade.

É, além disso, um poderoso instrumento de desenvolvimento econômico, uma vez que a construção em massa de habitações populares desencadeia economias externas, movimentando todo o setor da construção civil, possibilita novos empregos, influe na redução do nível dos aluguéis e estimula as indústrias de móveis, aparelhos eletrodomésticos, etc.

Com a instituição do Banco Nacional de Habitação e, ainda agora, com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a ser administrado pelo BNH, além dos recursos de agências internacionais de desenvolvimento, grandes investimentos estão previstos no setor habitacional, mediante acordos e convênios com os Estados e Municípios.

O Governo federal pretende atuar, e já está atuando, no sentido de atrair a iniciativa privada, comunidades, cooperativas e outras entidades para que se entrossem nessa política, dentro das diretrizes do chamado Plano de Desenvolvimento Local Integrado, que vem justamente ao encontro da filosofia que informa a orientação administrativa do atual Governo do Paraná.

Tais perspectivas inspiraram o Governo do Paraná, a promover à elaboração de um Plano Integrado de Habitação em coordenação com o PAIS, COHAPAR, COHABs, IPE, CODEPAR

COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO, BNH, INPS e Caixas Econômicas, para enfrentar o problema, eliminar o «deficit» de habitações e acompanhar a demanda futura.

COHAPAR

A necessidade de ampliação da estrutura da Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR — para que ela pudesse exercer efetivamente o seu importante papel de órgão executor da política habitacional do Governo, foi sentida desde os primeiros dias da atual administração. Sem recursos, com a estrutura relativamente viciada, em virtude de haver sido criada sobre uma estrutura anterior e arcaica — a da Caixa de Habitação Popular — a COHAPAR apresentava poucas perspectivas de rendimento, no sentido de atuar com a agressividade que estavam a merecer os sérios desníveis habitacionais registrados em todo o Estado.

Ao mesmo tempo em que se processou a reforma administrativa da Companhia, a fim de que os trabalhos pudessem se desenvolver em melhores condições, ampliou-se o seu capital para 1 bilhão de cruzeiros, graças ao que foi possível a estruturação de um plano global de obras em todo o Estado, visando a atingir, a curto e médio prazos, os principais focos de desnível habitacional.

A COHAPAR iniciou efetivamente os seus trabalhos a partir de julho de 1966. Utilizando apenas os seus recursos, pôde construir, até agora, 172 residências populares, no valor de 550 milhões de cruzeiros, a maioria das quais por administração própria. São casas de três quartos, sala, cozinha, instalações sanitárias, todas dotadas de água e esgoto, luz elétrica, fogão a gás e em alvenaria de tijolo.

Dêse total, 63 foram construídas em Curitiba, sendo 48 no «Jardim Paranaense» e 15 no Xaxim; 67 em Londrina (47 no «Parque Novo Aeroporto» e 20 em «Três Marcos»); 22 em Jacarézinho e 20 em Campo Mourão.

Ainda com os seus recursos, a COHAPAR está construindo mais 672 residências, sendo 522 em Curitiba, 30 em Maringá, 20 em Guaratuba, 20 em Cruzeiro do Oeste e 50 em Ribeirão Claro.

Por outro lado, a Companhia manteve entendimentos com

o Banco Nacional de Habitação, para construção de mais 4.600 casas em 33 municípios paraenses, no valor de 18 bilhões de cruzeiros. O plano para execução dessas obras já foi aprovado por aquele Banco, e os trabalhos serão iniciados já nos próximos meses.

Habitação para o Servidores

A política habitacional do funcionalismo esteve a cargo do Instituto de Previdência do Estado. No ano passado, foi ampliado o teto dos financiamentos para aquisição ou construção de casa própria, de 8 para 10 milhões de cruzeiros, que resultou em aplicações totais da ordem de Cr\$ 2.580.500.000 contra Cr\$ 1.558.247.000 do ano anterior, registrando-se um acréscimo de 63%.

O critério que vinha sendo adotado pelo IPE, era o do financiamento puro e simples para aquisição ou construção do imóvel, na base de 60 vezes o salário percebido pelo mutuário, com prazo de 20 anos para amortização. O processo será substituído nos próximos meses, com a execução de um programa que visa a construir «núcleos residenciais» para os servidores, em todo o Estado, como fórmula para maior aproveitamento dos recursos e de adequação ao programa do Banco Nacional de Habitação.

Em função dos recursos aplicados em 1966, o IPE entregou mais de 300 casas aos seus segurados, ou seja, mais de 50% do total de casas entregues nos anos anteriores. O novo programa habitacional a ser executado naquele Instituto, prevê a construção de 4 mil casas no atual quinquênio, através de recursos próprios e do Banco Nacional de Habitação.

Nesse sentido, já foram promovidos os primeiros entendimentos com aquela organização, para uma operação de refinanciamento do valor das hipotecas já realizadas, cujo total ascende a perto de 5 bilhões de cruzeiros.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A constante evolução das correntes migratórias que convergem para o Paraná, revelaram, nos primeiros dias do atual Governo, a existência, no território paranaense, de uma «população flutuante» de quase 1 milhão de pessoas, que por serem quase «nômades», não estavam fixadas à terra, não construíam, não plantavam, em última análise, não estavam integradas à Comunidade. Sobre esse problema, cabe aqui um parêntesis: O Paraná é o Estado onde se registra a maior explosão migratória em todo o País, como centro de convergência de contingentes populacionais de outros Estados, a procura de trabalho nas zonas de produção.

Mais de 90% dos contingentes que para cá afluem, não têm habilitação como mão-de-obra. Instalam-se nas zonas de produção e, nas épocas do plantio ou da safra, conseguem trabalho. Geralmente famílias inteiras são contratadas na época da safra, mas tão logo esta se acaba, ficam sem trabalho, passando a vagar de região a região, à busca de pequenos serviços. Na entre-safra, os contingentes não fixados a uma atividade permanente, se deslocam para os centros maiores e nêles permanecem à busca de emprêgo. Terminam geralmente engrossando as favelas, embora ainda haja relativa oferta de emprêgo, cuja demanda, se bem que muito maior, não consegue suplantá-la, por estar restrita apenas à mão-de-obra desqualificada e sem interêsse para o mercado da oferta.

Coube então, ao Governo, imprimir maior dinâmica à ação da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, no sentido de prestar atendimento às áreas humanas mais desprotegidas, propiciando-lhes alimentação, tratamento médico-hospitalar, orientação e emprêgos, através de suas secções competentes, dentro das faixas urbanas. Na faixa rural, coube à Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural prestar assistência supletiva que buscava, antes de tudo, a fixação do homem à terra, pela edu-



ção e conseqüente produtividade. O Instituto de Previdência do Estado teve sua ação também ampliada no sentido de integrar efetivamente a política assistencial do servidor e o Instituto de Assistência ao Menor ganhou incentivos de tôdas as ordens para a execução da sublime tarefa de amparo ao menor desamparado.

Secretaria do Trabalho

Na Secretaria do Trabalho, várias inovações foram registradas. Uma delas foi a criação de um Plantão de Combate à Mendicância, cuja proliferação, nas cidades maiores, vinha ocorrendo em escala assustadora. O recolhimento dos mendigos, que foram e estão sendo encaminhados para asilos (quando incapazes de trabalhar), para hospitais (quando doentes) e para o Instituto do Menor (quando se trata de crianças desamparadas) já trouxe os seus primeiros e profundos reflexos. Dificilmente se encontra hoje em dia um mendigo em Curitiba e cidades maiores do Estado, e a tendência é erradicar totalmente, dentro dos próximos anos, a atividade.

Durante o ano de 1966, a Secretaria do Trabalho, atuando junto às várias empresas comerciais e industriais, conseguiu empregar 1.868 pessoas, estando cêrca de 1.200 em fase de colocação. O Plantão Judiciário atendeu a 932 ações e 11.614 consultas. No setor de auxílios, foram fornecidas 7,5 toneladas de gêneros alimentícios de 9 qualidades, e distribuídas 4.262 peças de vestuários, 2.027 cobertores, 143 colchões, 447 pares de calçados e 302,60 metros de tecido. Foram entregues ainda passagens ferroviárias a 9.981 pessoas.

O setor de assistência médica atendeu a 11.876 consultas, 1.644 exames complementares, 28.733 curativos, 13.091 injeções e garantiu 6.005 leitos isolados em hospitais, além de distribuir gratuitamente medicamentos no valor total de 30 milhões de cruzeiros. A Secção de Internamento atendeu a 16.179 clientes. Dêsse total, 6.535 são procedentes da Zona Norte do Estado; 7.502 da Zona Leste, incluindo a Capital; 1.622 da Zona Oeste e 520 de Outros Estados.

A Secretaria do Trabalho e Assistência Social subvencionou, em 1966, às seguintes obras: Associação N. S. de Fátima, — Tarumã; Associação das Senhoras de Caridade São Vicente

de Paula de São Mateus do Sul; Cristo Rei, Abranches, Boa Vista, Santa Felicidade, Santa Quitéria, Boqueirão, Vila Oficinas, Pinheirinho, Barreirinha e dos Dispensários Santa Luiza; Associação para Asilo dos Velhos Desamparados, de Mallet, Asilo São Vicente de Paula, de Paranaguá; Asilo São Vicente de Paula, de Ponta Grossa; Asilo São Vicente de Paula da Lapa; Abrigo Santa Clara, Albergue Noturno da Federação Espírita, Albergue Noturno São João Batista, Centro Espírita João Batista de Jacarézinho, Centro Social de Vila Guáira, Casa Maternal Dona Paula, Dispensário São Benedito da Lapa, Dispensário Santa Luiza, Instituto Paranaense dos Cegos, Lar das Vovózinhas de Ponta Grossa, Liga das Senhoras Católicas, Sociedade Nossa Casa, Sociedade das Senhoras Evangélicas de Curitiba, Sanatório Bom Retiro, Santa Casa de Misericórdia, Sociedade de Assistência aos Necessitados de Paranaguá, Sociedade de Socorro aos Necessitados, Templo Místico Luiz dos Santuários de Guaratuba, Vila Vicentina, de Ponta Grossa, Fundação de Recuperação do Indigente — FREI —, Comunhão Espírita Cristã, de Curitiba, Obra Social Nossa Senhora Aparecida, do Barigú, Centro Social Santa Rosa de Lima e Escola Social Madre Cléia.

Visando a descentralizar os trabalhos de atendimento social, foram criadas diretamente ou por convênio, pela Secretaria do Trabalho, agências em bairros e localidades circunvizinhas de Curitiba. Essas agências estão localizadas no Tarumã, que atende ainda as Vilas adjacentes: Jardim Centenário, Capão da Imbuía, Emiliano Pernetá, Maria Antonieta, Guarituba, Pinhais, Higienópolis, Oficinas e a cidade de Piraquara. O Centro Social da Vila Guáira abrange, também, a Vila Lindóia, e favela do Parolim; Santa Felicidade as localidades de São Braz, Cascatinha, Passaúna, Romostaque, Morongá, Botiatuvinha, Juruqui, Tanque Velho, Pinheirinho de Santa Felicidade, Barigú de Santa Felicidade, Vilas Esperança, Cristina e as Colônias de Pamenha Pequena e Orleans.

Nas suas várias secções, de modo geral, foi o seguinte o atendimento prestado pela Secretaria do Trabalho e Assistência Social:

Secção de Plantão:

Clientes atendidos 17.927

Secção de Tratamento Social:

Casos em tratamento	1.545
Entrevistas, providências em favor de casos .	15.936

Secção de Assistência Judiciária:

Ações atendidas	932
Clientes atendidos em consultas, processos e triagem	11.614

Secção de Assistência Médica:

Clientes atendidos em consultas	10.981
Clientes internados em hospitais	1.060
Clientes internados em Asilos	530

Secção de Auxílios:

Clientes atendidos com auxílio monetário para diversos fins	1.809
Vestuário e agasalhos concedidos (peças)	7.482
Requisições de viagem (ferroviária)	9.971
Auxílio monetário para clientes internados para cirurgia plástica reparadora	31
Gêneros alimentícios, listas com 9 qualidades diferentes	8.972
Leite em pó (latas)	999

Foi instalada ainda, na STAS no ano de 1966, uma Assessoria de Comércio Exterior, para prestação de trabalho de assessoramento às pequenas e médias empresas, nas suas operações de exportação, orientando-as sobre as fases processuais da atividade. A Assessoria em questão, tem mantido permanentes contatos com os SEPROS das Embaixadas brasileiras em diversos países, onde recolhe e distribui, ao pequeno e médio empresário, listas de produtos brasileiros com interesse no Exterior.

No setor de Higiene e Segurança do Trabalho, foi estimulada, no seio das empresas, a criação de CIPAS (Comissões Internas de Prevenção contra Acidentes de Trabalho), tanto entre aquelas legalmente obrigadas a constituírem tais organismos, como aquelas desejosas de realizar programas de prevenção de acidentes.

Também o setor sindical mereceu ampla assistência do Governo, quer através do setor específico da Secretaria do Trabalho, quer através de assessoramento direto, nesse sentido, o Estado deu apoio à realização do I Encontro Sul de Líderes Sin-

dicais de Trabalhadores na Indústria e proporcionou a realização de um Curso de Orientação Sindical, em União da Vitória.

Assistência aos Servidores

A primeira providência do Governo foi a instalação dos serviços assistenciais do Instituto de Previdência do Estado em todo o interior, dentro de um programa capaz de englobar, na ação daquela instituição, a totalidade dos seus contribuintes. Os resultados obtidos até agora foram plenamente satisfatórios, já tendo sido instalada agências nos Municípios de Guaratuba, Maringá, Umuarama, União da Vitória, Cambará, Paramaguá, além das de Londrina e Ponta Grossa, que funcionavam anteriormente e em fase experimental, e que foram completamente reaparelhadas.

O reajustamento do seguro de vida obrigatório dos funcionários, de 600 mil para 1 milhão de cruzeiros, e do auxílio-funeral de 8 mil para 200 mil cruzeiros, além do reajustamento das pensões pagas às viúvas de servidores, com um mínimo de 25 e um máximo de 750 mil cruzeiros, foram as principais medidas do Governo no setor específico da Previdência do IPE, com o objetivo de dar realidade aos benefícios, e condições dignas de sobrevivência às famílias dos funcionários. Anteriormente, havia viúvas que percebiam 800 cruzeiros por mês através do IPE. A partir de 1966, instalou-se o sistema de pensão móvel, na base de 50% do valor percebido pelo servidor, quando vivo, e reajustou-se, a título de emergência, para 25 mil cruzeiros aquelas pensões antigas pagas à base de valores de 10 anos atrás.

Os empréstimos simples também tiveram seu teto aumentado de 600 mil para 1 milhão e quinhentos mil cruzeiros, tendo sido aplicados Cr\$ 978.279.000 em 1966, contra Cr\$ 701.072.000 no ano anterior, com um índice de acréscimo de 39,5%.

Os setores médico-hospitalar do IPE registraram um volume de atendimentos, em 1966, de 265.000 segurados, contra 225.668 do ano anterior, o que quer dizer, 17,9% de acréscimo. No custeio das despesas médicas, foi aplicado 1 bilhão de cruzeiros, contra 400 milhões do exercício anterior, o que indicou um aumento de 60%. O custeio de pensões das viúvas, que

em 1965 foi de 354 milhões, passou a 590 milhões de cruzeiros, com acréscimo de 66,6%.

A obtenção desses resultados no setor médico, é devida em grande parte à transferência das instalações do Departamento de Assistência Médica do IPE, que funcionava em condições precárias, para um edifício próprio, adquirido pelo Instituto, de 14 pavimentos, onde foram instaladas 33 modernas clínicas, além do Laboratório de Análises Clínicas e a farmácia, cujo estoque foi aumentado de 300 para 500 milhões de cruzeiros.

O Governo patrocinou ainda, através do IPE, a realização em Curitiba, de 24 a 30 de outubro do ano passado, do I Encontro Nacional dos Institutos de Previdência Estaduais, numa tentativa pioneira de criar uma temática nova de Previdência, elaborada dos avanços e conquistas internas e externas verificadas na Previdência Social. Dezoito Estados participaram do importante conclave que reuniu, inclusive, toda a alta cúpula da Previdência Federal, e os assuntos formulados e compostos num documento conjunto, já se estão constituindo em subsídios para a modernização do sistema previdenciário dos Estados e do próprio Paraná.

Assistência Social Rural

A educação de base e a assistência social direta, foram as diretrizes adotadas pela Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, visando a aumentar os níveis de vida da população rural paranaense. Mais de meio bilhão de cruzeiros foram aplicados pela Fundação em 36.567 atendimentos médicos, 39.073 atendimentos odontológicos e distribuição de medicamentos, além dos serviços educativos e sanitários. No setor da Educação Rural, a Fundação realizou 5.386 demonstrações de métodos agrícolas, promoveu 1.421 palestras educativas, enquanto que no Serviço de Técnicas Agrícolas foram feitas 187 demonstrações para 225 famílias, num total de 1.486 pessoas atendidas. A Fundação participou ativamente, em convênio com outros órgãos do Estado, da Campanha contra a Doença de Chagas que vinha ganhando incidência no Paraná, campanha que resultou até o momento, no atendimento de 61 Municípios, com desinsetização de 160 mil propriedades. Pelos seus setores jurídicos incumbidos de promover assessoramento ao pequeno

e médio lavrador, registrou-se um volume de 700 processos atendidos.

Assistência ao Menor

O Instituto de Assistência ao Menor, órgão vinculado à Secretaria do Trabalho e Assistência Social, é hoje símbolo, no País inteiro, do que se pode realizar em benefício do menor desamparado. Mais de 8 mil crianças encontram-se sob a tutela do Estado, nas 14 instituições mantidas pelo Instituto, ou por intermédio de sua ação junto a 60 instituições particulares. Dêsse total, as obras subvencionadas pelo Instituto de Assistência ao Menor, estão atendendo a 2.036 menores do sexo masculino e 1.962 do sexo feminino. As obras oficiais englobam, atualmente, 1.839 menores do sexo masculino e 580 do sexo feminino. Através de sua Secção de Acórdos, Contratos, Consórcios e Convênios, pôde o IAM, no ano passado, regularizar a situação de diversas obras particulares, que asseguram atendimento a 1.034 menores do sexo masculino e 1.235 do sexo feminino.

Em 1966, o Estado consignou a verba de 3,5 bilhões de cruzeiros para aplicação no amparo ao menor, através de subvenções às instituições particulares e na manutenção das seguintes unidades assistenciais jurisdicionadas do Instituto do Menor: Centro de Formação para Menores de Campo Comprido, Lar Escola Hermínia Lupion, Educandário Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Educandário Nossa Senhora das Dores, Casa do Pequeno Jorneiro, Casa do Menor Trabalhador, Instituto de Recuperação de Surdos-Mudos, Escola para Menores Marcílio Dias, de Guaratuba, Escola para Menores Bernardo Barbosa Milleo, de Pirai do Sul, Escola para Menores de Tibagi, Escola para Menores de Arapotí, Escola para Menores de Mallet e Instituto São Francisco Xavier, de Cerro Azul.

Além do trabalho educacional executado com vistas a propiciar condições aos menores desamparados para se integrarem efetivamente à sociedade o Instituto de Assistência ao Menor prestou assistência a 278 menores com defeitos físicos, concedendo-lhes aparelhos ortopédicos, e entregou óculos a 145 menores, forneceu mantimentos a 1.327, garantiu despesas esco-

lares e de moradia a 61, forneceu leite a 894, aveia a 468, e colocou 404 menores em casas de famílias.

No ano passado, foram realizadas reformas no Centro de Formação Profissional para Menores de Campo Comprido, constante de construção da cozinha-refeitório, construção de um salão de conferências, festas e projeção de filmes, calçamento do pátio interno e conclusão do poço arteziano. No Educandário Caetano Munhoz da Rocha, foi efetivada a construção da ala dos dormitórios, tendo sido incentivada a construção da Escola de Recuperação de Menores do Tarumã (Feminina), cuja término está previsto para junho próximo. No Educandário Santa Felicidade, foram construídos dois dormitórios com capacidade para 50 leitos cada um e respectivas instalações sanitárias. A Casa do Menor Trabalhador foi submetida a ampla reforma nas suas dependências, que se encontravam em precário estado de conservação.

Para o corrente ano, estão previstas as seguintes obras: Construção da sede própria do Instituto de Recuperação dos Surdos Mudos do Paraná, dentro da mais moderna técnica, em área recentemente adquirida, situada à Avenida Manoel Ribas, no valor de 75 milhões de cruzeiros; Construção do Armazem do IAM, com a aquisição de um imóvel localizado no Barigüi do Seminário, no valor de 30 milhões de cruzeiros; Construção, no Lar Escola Hermínia Lupion, de uma enfermaria, para as menores lá internadas; Construção de um novo Quartel para os Vigilantes Mirins, na Casa do Menor Trabalhador.

TERRAS E COLONIZAÇÃO

A Fundação Paranaense de Colonização e Imigração promoveu, em conjunto com o IBRA e o INDA, uma política comum no sentido de recolonizar uma área de aproximadamente 140.000 alqueires na Faixa de Fronteira, além de incrementar o reflorestamento nas áreas de sua jurisdição e particulares.

Ao mesmo tempo, foi processada a legalização de 11.700 alqueires, e revisados lotes ainda sem aproveitamento, com vistas a motivar e orientar seus proprietários para a recolonização, ou colonização.

A FPCI incrementou, em 1966, os trabalhos de colonização da Gleba Bocaiúva do Sul, que se constitui num dos bolsões subdesenvolvidos do Paraná, em função das dificuldades de intercomunicação, pela sua topografia, falta de estradas e pelo estado de abandono em que se encontrava.

Perto de 500 famílias, dispersas e abandonadas, vivem naquela área, isoladas da civilização, muito embora aquela Gleba diste apenas 100 quilômetros de Curitiba.

A Fundação programou uma colonização de maneira a criar «centros de interesse» com o que estimulou os colonos na criação de bovinos, suínos e aves. Mediante contrato com as duas serrarias existentes, estabeleceu uma porcentagem de 20% sobre as vendas, para aplicação em estradas e demais benfeitorias, além de construção e funcionamento de escolas primárias, implantação de Hotel-Restaurante, serviços médicos, etc.

Ao mesmo tempo, construiu uma granja avícola capaz de servir de modelo, dentro da mais moderna técnica de criação, visando a interessar os colonos naquêle tipo de atividade.

O Núcleo João XXIII teve planejado o seu desenvolvimento a partir da edificação de granja avícola, eletrificação, além da instalação de um pósto meteorológico e abertura e terraple-

nagem de vias de acesso. Nas Colônias «O» e «B» de Poço Bonito e Santa Helena respectivamente, estão sendo realizadas medições e vendas de glebas, para efeito de reflorestamento. Nesta última, a Fundação promoveu, em 1966, a conservação de 40 quilômetros de estradas e iniciou os trabalhos de construção de uma ponte sobre o rio São João, em vias de conclusão.

Ação do DGTC

Com o advento da Lei Federal 4.947, que fixou normas de direito agrário, o DGTC sofreu um processo de paralização nas suas atividades na faixa de fronteira, passando a ativar os trabalhos na região central do Estado que, pela sua característica de zona considerada antiga, com documentação de propriedade deficiente, tem demandado intenso esforço para regularização.

A par desse trabalho, o Departamento concentrou-se também na região litorânea, realizando estudos e trabalhos para efetivação de uma Colônia-Modelo denominada «Canavieira», destinada ao abastecimento de gêneros alimentícios à Capital e cidades situadas na orla, empreendimento que está contando com a colaboração financeira da CODEPAR e colaboração técnica do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas.

Mapeamento

Em cumprimento ao convênio firmado com o Conselho Nacional de Geografia objetivando o mapeamento, na escala de 1:50.000, na região Nordeste do Estado, compreendida ao norte do Paralelo 24° e leste do Meridiano 50°30', os trabalhos de campo tiveram um notável desenvolvimento em 1966, tendo sido concluído o reconhecimento dos pontos da poligonal e da irradiação da área a ser mapeada (10.000 km²) e medição de campo da poligonal geodésica com 90% do trabalho já concluído.

O DGTC superou a sua própria programação para o ano de 1966, quanto aos trabalhos de elaboração de fôlhas topográficas na escala 1:250.000 e executada a restituição planimétrica de 396 fotografias, cobrindo uma área de 60.500 km², correspondente a 1/3 da área total do Estado. Através das seções de Cartografia e Aerofotogrametria, o DGTC executou 69

mapas municipais e boletins sôbre a Divisão Regional do Estado e sua Geografia Agrária.

Serviços e Documentos

O DGTC concluiu, em 1966, serviços de campo, para efeito de loteamento, numa área de aproximadamente 150.000 hectares, além de 160 processos de medição entregues, numa área de 190.000 hectares e 156 autorizações de serviços, dos quais 50 resultantes de convênio firmado com a União (GETSOP).

Para que os ocupantes de terras devolutas pudessem obter empréstimos agrícolas junto à CREAM do Banco do Brasil, até a legalização de sua posse, adotou, no ano passado, a prática de fornecer documentos declaratórios a todos os posseiros, o que possibilitou centenas de novos empréstimos.

Assistência Municipal

Além disso prestou assistência, no ano passado, a todos os Municípios abrangidos pela Comissão Especial da Faixa de Fronteira e Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País. As Prefeituras que não dispunham de recursos financeiros e pessoal técnico, tiveram assistência do Estado, através do DGTC, para diversas obras, tais como o início dos serviços de abastecimento de água e projeto para construção de casas escolares em Marechal Rondon, elaboração de projetos para pavimentação de ruas em Fóz do Iguaçu e de ponte sôbre o rio que liga os municípios de Marechal Rondon e Terra Rôxa, aquisição de equipamento e orientação para prestações de contas, etc.

O Govêrno do Paraná participa, através do DGTC, do Grupo Executivo para Terras do Sudoeste — GETSOP — diretamente subordinado ao Gabinete Militar da Presidência da República, cuja obra notável de pacificação, colonização e valorização daquela região do Estado, vem crescendo no aprêço e respeito da população local.

JUSTIÇA E SEGURANÇA

Um dos aspectos mais positivos que definiu o trabalho da Secretaria do Interior e Justiça nêsse primeiro ano de Governo, foi o de cuidar da integração à comunidade brasileira, de milhares de imigrantes radicados em território paranaense.

Como resultado de um programa agressivo, no sentido de promover a naturalização dos imigrantes, quase três processos de solicitação de cidadania foram recebidos por dia naquela Secretaria de Estado, registrando-se o total anual de 986 processos, em 1966. No período, foram encaminhados 1.735 processos ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e 422 certificados de naturalização aos Juizes de Direito das Comarcas estaduais.

O Cadastro Judiciário, numa fase mais proveitosa, registrou a criação de 10 novos Municípios e 57 Distritos, e teve sua complementação iniciada com um levantamento da situação das Comarcas existentes e das que ainda não foram instaladas.

O Departamento do Arquivo Público iniciou a 19 de novembro último, a transferência do seu acêrvo para nova séde, localizada em amplo pavilhão do Parque do IBPT, onde foram processadas reformas e trabalhos de adaptação. A transferência estará concluída até julho do corrente ano, já tendo sido transportadas cêrca de 500 toneladas do total do acêrvo daquele Departamento.

O Arquivo Público, que por muitos anos funcionou nas mais precárias condições, está agora num ritmo de modernização, através de novos métodos de trabalho, cuja peça principal é a implantação de um sistema modular de microfilme, atualmente em fase final de adaptação na nova séde. Ao mesmo tempo, está realizando rigorosa seleção e revisão de todo o material

existente, com vistas a adequar os serviços de expediente e protocolo às exigências da demanda.

Imprensa Oficial

As atividades do Departamento de Imprensa Oficial, no exercício de 1966, apresentaram apreciável rendimento, pelo volume de serviços executados para atender à demanda dos órgãos da administração. Perfeitamente sintonizado com as necessidades de uma atuação mais dinâmica, pôde, aquele setor, imprimir um ritmo às suas atividades que permitiu o atendimento, em tempo hábil, de tôdas as solicitações, através de métodos racionais de trabalho, com excelentes reflexos sôbre o custo da produção.

O volume de serviço executado na confecção de trabalhos gráficos diversos tais como boletins, folhetos, anais da Assembléia Legislativa, programas escolares e grande produção de talões para o sorteio «Sua Nota Vale Uma Nota», resultou numa receita recorde de quase 750 milhões de cruzeiros, para uma despesa de pouco mais de 700 milhões, revelando saldo positivo de mais de 30 milhões de cruzeiros.

Foi a seguinte a evolução da Receita da Imprensa Oficial em 1966:

Diários	Cr\$	13.887.990
Assinaturas	Cr\$	37.360.535
Publicações	Cr\$	390.819.649
Impressos	Cr\$	284.694.186
Valoriz. da Produção	Cr\$	10.500.000
		<hr/>
T O T A L	Cr\$	737.262.360

Procuradoria Geral do Estado

As relações entre o Executivo e o Judiciário nêsse primeiro ano de administração, revestiram-se de grande cordialidade e compreensão. Sob a supervisão direta do Tribunal de Justiça e demais órgãos da administração judiciária, foram construídos e devidamente mobiliados, foruns nas comarcas de Assaí, Uraí, Peabirú, Nova Esperança, Rolândia, Astorga e Jaguapitã, den-

tro de um programa que objetiva dotar a magistratura estadual dos meios materiais indispensáveis à perfeita consecução de suas finalidades.

Também visando possibilitar o aperfeiçoamento e celeridade dos trabalhos afetos ao Judiciário, o Governo aprovou proposta oriunda do Tribunal de Justiça, no sentido de ser aumentado o número de seus membros. A Lei n. 5.366, de 3 de agosto de 1966, aprovada pela Assembléia Legislativa, criou cinco novos cargos de desembargador, dotando o Tribunal de condições necessárias a enfrentar o grande volume de serviços decorrente da própria expansão do Paraná.

Anteriormente, através da Lei n. 5.302, de 25 de abril de 1966, o Governõ elevou de sete para dez o número de Subprocuradorias do Estado, a fim de que a cúpula da instituição pudesse desempenhar, com tôda a eficiência, suas múltiplas atribuições. A mesma lei, atendendo a antigo e justo reclamo dos promotores, criou, na Comarca de Curitiba, três cargos de Advogado de Ofício, ensejando o eficaz exercício da defesa dos econômicamente desfavorecidos, e possibilitando maior movimentação na carreira.

A Procuradoria Geral do Estado empenhou-se no aprimoramento técnico-funcional dos seus integrantes, propiciando a realização de Seminários Regionais do Ministério Público. Dois Seminários foram realizados no ano passado, com proveitosos resultados. O primeiro, na cidade de Cascavel, de 25 a 29 de maio, reuniu os promotores públicos de Cascavel, Foz do Iguaçu, Guaíra, Toledo, Santo Antonio, Laranjeiras do Sul, Guaraçuva, Francisco Beltrão, Pato Branco, Clevelândia, Palmas, Coronel Vivida, Chopinzinho, Pitanga, Prudentópolis e União da Vitória, além dos promotores substitutos das 10.ª, 11.ª, 16.ª e 19.ª Secções Judiciárias.

O segundo Seminário ocorreu em Arapongas, de 27 a 30 de outubro, abrangendo as seguintes promotorias: Arapongas, Rolândia, Cambé, Londrina, Porecatú, Jaguapitã, Bela Vista do Paraíso, Sertanópolis, Iporã, Uraí, Cornélio Procópio, São Jerônimo da Serra, Congonhinhas, Ribeirão do Pinhal, Santo Antonio da Platina, Bandeirantes, Andirá, Cambará, Jacarézinho, Ribeirão Claro, Apucarana, Astorga, Colorado, Carlópolis, Assaí, e Primeiro de Maio e mais as Promotorias de Substituição das 6.ª, 7.ª, 8.ª, 9.ª, 13.ª, 14.ª e 17.ª Secções Judiciárias.

Além desses Seminários foi realizado, em caráter pioneiro nos quadros do Ministério Público, o I Curso de Formação de Estagiários, tendo sido diplomados 29 bacharelados, integrantes, na época, das três Faculdades de Direito existentes na Capital. Por outro lado, o último dia das férias anuais coletivas, foi destinado ao «Encontro do Ministério Público», que tem por finalidade o conagraçamento da classe e o debate de temas jurídicos de relêvo para a instituição.

Em consequência dessa iniciativa, realizou-se, no dia 30 de janeiro último, sem qualquer ônus para o erário do Estado, o «Primeiro Encontro do Ministério Público», onde foram debatidos temas jurídicos de interêsse da Procuradoria Geral do Estado.

No ano de 1966, a Procuradoria Geral do Estado emitiu um total de 2.304 pareceres sôbre as mais variadas matérias jurídicas e processuais, registrou o ingresso de 2.265 processos, e expediu 133 certidões, realizando ainda 14 inquéritos administrativos, sindicâncias e verificações. O Conselho Superior do Ministério Público exarou 186 resoluções e publicou 81 editais no Diário da Justiça.

Segurança Pública

A organização estrutural para melhoria do padrão técnico-profissional da Polícia Civil, dentro de um programa de modernização e renovação dos seus quadros foi a primeira providência do Govêrno no importante setor da Segurança Pública, procurando reintegrar aquêle órgão no conceito da população.

Medidas rigorosas foram instituídas para erradicação dos abusos e enriquecimentos ilícitos comprovados, tanto na Capital como no interior do Estado, e do clima geral de corrupção provocada por uma pequena minoria de integrantes do corpo policial, cuja ação vinha comprometendo todo o dispositivo e o bom nome do pessoal que exerce com devotamento as suas funções.

Graças a essa ação, que em muitos aspectos chegou a parecer drástica, o Govêrno conseguiu levar o setor civil a reasumir seu papel de importância dentro das comunidades para naenses, situando-o novamente no alto gráu de respeito da população do Estado.

Para isso, foi levada em conta a necessidade de formação profissional, eliminando-se, dentro das necessidades, a figura tradicional do «policia! improvisado», e substituindo-a por elemento especializado teórica e praticamente no mister. A colaboração da Escola de Polícia foi de grande valia, além dos cursos intensivos ministrados com eficiência durante o exercício.

Polícia Militar

Recursos da ordem de 300 milhões de cruzeiros foram aplicados para modernização do armamento da Polícia Militar do Estado, até então relativamente obsoleto. A frota de veículos foi renovada, com a aquisição de mais 22 viaturas que serviram inclusive para suprir as deficiências do Corpo de Bombeiros, que era a unidade mais desfalcada.

A tropa foi completamente reuniformizada e reequipada e a Oficina de Alfaiataria da Corporação teve sua produção ampliada em função das 10 máquinas industriais novas, no valor de nove milhões de cruzeiros, que foram adquiridas para atender a uma demanda superior a oito mil uniformes novos.

Com recursos proporcionados pelo Instituto de Previdência do Estado, foi possível concluir e fazer funcionar novos ambulatórios, com seis salas de consulta e moderna aparelhagem para assistência hospitalar, além da montagem de um laboratório de análises, no valor de 10 milhões de cruzeiros, aparelhamento para exame de prevenção ao câncer e aquisição de um encefalógrafo, no valor de 18 milhões de cruzeiros.

O problema da Previdência, antes orientado por fundos próprios dos milicianos, ganhou maior dimensionamento neste primeiro ano de Governo, tendo, o IPE, assegurado aos militares os mesmos benefícios que concede aos servidores civis, tais como o seguro de vida obrigatório (1 milhão), auxílio-funeral (200 mil) e pensões às viúvas no valor correspondente a 50% do vencimento do servidor falecido.

As condições para o aperfeiçoamento do pessoal militar ganharam grande impulso com a adoção da antiga Granja Guatupê, onde será construída a Academia Policial Militar que vai possibilitar, juntamente com a reorganização da Diretoria de Ensino da Corporação, novas perspectivas para a formação de oficiais.

No ano passado, a Polícia Militar realizou um Curso de Guerra Não Convencional para oficiais intermediários e superiores, cujo encerramento se deu com um exercício prático na Serra do Mar, em conjunto com o Exército e a Força Aérea Brasileira.

Trânsito

O Batalhão de Contrôlo de Tráfego, que é unidade da Polícia Militar, foi reorganizado e ampliado para prestar serviços mais eficientes no Departamento do Serviço de Trânsito na Capital e interior do Estado. O DST, por seu turno, sofreu completa reformulação. Já em nova sede, localizada no Tarumã, está ampliando o seu quadro de pessoal e preparando-se para fazer cumprir o novo Código Nacional de Trânsito e as próprias exigências decorrentes do desenvolvimento do trânsito que experimentou o Paraná nos últimos anos.

O DST iniciou este ano, paralelamente ao trabalho de empacamento de veículos, um trabalho de pesquisa objetivando localizar os múltiplos problemas do trânsito e realizar estatística do contingente de veículos de todo o Estado, para posterior planejamento, em sentido global, do seu sistema de atuação.

IV — ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EDIFICAÇÕES E OBRAS ESPECIAIS

Durante o ano de 1966 foram concluídas 552 obras, com uma área total construída de 98.705 metros quadrados, das quais 501 são unidades escolares para todos os níveis de ensino, representando 1.054 novas salas de aula.

Embora concluídas, muitas dessas obras não haviam sido recebidas oficialmente até o fim do último ano, em virtude de dependerem de ordem de serviço, expedidas pela Diretoria Técnica do Departamento de Edificações e Obras Especiais — DEOE, designando as comissões respectivas para seu recebimento.

As principais obras foram realizadas no setor Educação, muitas de porte apreciável, entre as quais podem ser citadas as de Alto Paraná, Amaporã, Bandeirantes, Capanema, Cianorte, Cruzeiro do Oeste, Clevelândia, Contenda, Francisco Beltrão, Guarapuava, Itaguajé, Ivatuba, Mamborê, Santo Ignácio, Tamboara, Tuneiras do Oeste e Cambé.

No setor Judiciário, foram concluídos os foruns de Astorga, Assaí, Jaguapitã, Mandaguaçu, Rolândia e Tomazina. Para a Segurança Pública, concluíram-se obras em Chopinzinho, Barracão, Adrianópolis e Santa Cruz de Monte Castelo. No setor Saúde Pública cumpre citar o Pavilhão no Sanatório São Roque, em Piraquara; obras novas no Sanatório São Sebastião, na Lapa; Posto de Higiene de Balsa Nova e Posto de Saúde de Loanda. No setor Fazenda, concluíram-se as obras do Posto Fiscal de Pôrto Rico e de Pôrto Camargo, inclusive residências para funcionários.

Também se concluiu o Albergue de Mulheres, na cidade da Lapa, para o setor de Assistência Social e um pavilhão, no Capão da Imbuia, em Curitiba, para o setor Agricultura.

Outras obras de importância para a administração pública são os prédios destinados ao Departamento do Serviço de Trânsito, no Tarumã, em Curitiba, a Grande Garagem e Oficinas do

Palácio Iguçu, no Centro Cívico e o Núcleo Comunitário de Vila Feliz, dentro do Programa de Assistência e Integração Social-PAIS.

Obras em Construção

Estavam em construção, no final de 1966, 567 obras, grande parte das quais para o setor Educação, representando mais 518 novas salas de aula. As demais obras em construção se destinam aos setores da Saúde, Assistência Social, Agricultura, Judiciário, Segurança Pública e Administração Pública.

Merece destaque o empenho do atual Governo no sentido da conclusão das obras do Teatro Guaira, em fase irreversível, e cujo porte não precisa ser destacado. Sua conclusão está prevista para dezembro de 1968 segundo cronograma já estabelecido, que poderá vir a sofrer alterações dentro dos planos de economia impostos pela conjuntura financeira. No ano que passou foram realizadas obras de revestimento externo, instalações hidráulico-sanitárias, de ar condicionado, esquadrias e diversos outros trabalhos, somando aplicações no valor de Cr\$ 343 milhões (e mais Cr\$ 80 milhões de contas pendentes do exercício anterior). Para este ano o programa prevê aplicações em torno de Cr\$ 1,2 bilhões, quando deverá ser definido e iniciado o sistema de iluminação e mecanização do palco do grande auditório.

No correr deste mês deverá ser inaugurado o Sanatório de Londrina, para 400 leitos, um dos maiores e mais modernos no gênero em todo o País.

Grandes Edificações

Em meados do ano passado foi constituído um Grupo de Trabalho, com assessoramento do Instituto dos Arquitetos do Brasil, pelo seu Departamento do Paraná, para organização do planejamento setorial de obras de grande porte, análise do planejamento existente e coordenação dos trabalhos de arquitetura, organização de programas, análises e crítica dos projetos, bem como distribuição e fixação de prazos abrangendo 22 obras de importância.

Desse total, 15 obras tiveram o prazo de 150 dias para organização, distribuição e definição de projetos arquitetônicos,

cálculo estrutural e instalações, a saber: Instituto de Educação de Ponta Grossa, Colégio Estadual do Cajuru, Colégio Estadual Tiradentes, Imprensa Oficial do Estado, Hospital das Crianças, Centro Cívico (ampliações), Hospital Neuro-Psiquiátrico de Londrina, Escola Profissional República Argentina, Postos de Bairros do Corpo de Bombeiros, Edifício do Departamento Aeroviário, Paisagismo do Centro Cívico, Centro de Turismo de Curitiba e Instituto de Educação do Paraná.

Com prazo de 240 dias, igualmente para projeto, cálculo e instalações estão previstas as obras do Instituto Politécnico Estadual, Faculdade de Ponta Grossa, Colégio Comercial de Campo Largo, Centro Cívico (Secretarias), Colégio Colônia D. Pedro, Ginásio de Irati e Plenário da Assembléia Legislativa.

Combate à Erosão

Pela primeira vez, e no atual Governo, se está desenvolvendo uma campanha global, com coordenação centralizada, para atacar de frente o problema da erosão e, em curto prazo, reduzir seus efeitos devastadores, especialmente na região Noroeste do Estado, compreendido dentro da área do arenito do Caiuá.

Durante o ano de 1966, o DEOE contou, para obras especiais, com um total de Cr\$ 2,1 bilhões dos quais Cr\$ 1,5 milhões oriundos de recursos do Estado; Cr\$ 569,3 milhões do Departamento Nacional de Obras de Saneamento e Cr\$ 60 milhões da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País.

Essas verbas equivalem a 163,4% mais que a somatória dos recursos movimentados nos três anos anteriores, cabendo ressaltar que para o corrente ano os recursos serão substancialmente aumentados.

Foram instalados três Núcleos de Combate à Erosão Urbana, com sede respectivamente nas cidades de Araçongas, Paranaíba, e Cruzeiro do Oeste, que passaram a atender mais diretamente uma superfície de 92.500 m²., num total de 46 Municípios, onde o fenômeno da erosão é mais acentuado.

A êsses Núcleos foram anexados três Fábricas de Artefatos de Concreto, (a de Araçongas já em funcionamento) além de máquinas e equipamentos, que são movimentados através de equipes volantes nas obras de combate à erosão, em cooperação com as Prefeituras da área.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Diversos órgãos da administração pública estão com sua estrutura burocrática esclerosada, outros desaparelhados de pessoal adestrado e alguns sujeitos à normas obsoletas e superadas. O setor público sente necessidade de uma reforma administrativa de profundidade para ajustá-lo às novas exigências do desenvolvimento do Estado, especialmente quanto à uma maior coordenação, a fim de evitar que as atividades da administração continuem compartimentadas, com paralelismo de programas e duplicidade de órgãos. O PLADEP e o D.E.E. foram encontrados, por exemplo, quase inativos.

Os serviços têm crescido, em consequência do próprio crescimento do Estado, sem que a máquina administrativa possa responder com a rapidez e eficiências requeridos. Vários órgãos são obrigados a trabalhar em regime de tempo extraordinário para poder cumprir tarefas inadiáveis.

Essa situação vem sendo sentida há anos, tendo o atual Governo encontrado problemas burocráticos cuja seriedade está a recomendar um exame técnico mais acurado. No momento, aguarda-se a reforma administrativa federal, pelas implicações que trará na mecânica do serviço público estadual e pela contribuição que poderá dar para a racionalização dos serviços burocráticos.

O cuidado de não contribuir para despesas que possam ter cunho inflacionário, aliado à preocupação de melhorar o nível do trabalho administrativo, mediante seleção dos mais capazes, bem como para não onerar as despesas de custeio do Governo e, desse modo, liberar maiores recursos para investimentos, fez com que a atual administração mativesse vagos mais de 12.000 cargos do quadro geral do Estado. No primeiro ano, o Governo efetuou apenas 590 nomeações, a maioria delas

de cargos em comissão e de confiança do chefe do Executivo Estadual, de vacância natural nas mudanças de Governo. No mesmo período foram registradas 447 exonerações.

Política de Pessoal

Grandes trabalhos foram desenvolvidos pelo Departamento Estadual do Serviço Público — DESP, cujo movimento pode ser aquilatado pela tramitação de 27.156 processos, dos quais 20.840 receberam pareceres administrativos e 2.719 pareceres jurídicos, numa média mensal, portanto, de 2.263.

A implantação do sistema de fichários Kardex, em meados do ano passado, propiciou resultados objetivos para o maior rendimento dos papéis movimentados.

Por recomendação expressa, o DESP está empenhado no exame de acumulação irregular de cargos ou funções, colaborando também no Cadastro Geral dos funcionários, no que respeita aos funcionários em regime de acumulação de cargos.

Entre os trabalhos realizados cumpre mencionar: enquadramento de servidores do Quadro do Pessoal Suplementar, no sistema de Classificação de Cargos; início dos trabalhos de pesquisa das atribuições de classes, para fins de regulamentação das suas especificações; estudos para o encerramento dos enquadramentos; dinamização na implantação do cadastro geral do funcionalismo com aproximadamente 40.000 fichas cadastradas e atualizadas, organizadas em sistema Kardex; estudos para enquadramento definitivo dos quadros próprios de pessoal das autarquias estaduais.

Para seleção e aperfeiçoamento do pessoal, foi mantido o controle dos servidores que se encontram afastados de suas funções, beneficiados por bolsas de estudos; organizado e realizado o II Curso de Português e Redação Oficial e ainda o I Curso Intensivo de Administração Pública, em Convênio com a Sociedade Paranaense de Estudos de Administração, II Curso de Aperfeiçoamento e Treinamento de Datilógrafos, Curso Intensivo de Treinamento de Pessoal em Administração Pública em Londrina.

O DESP deu cumprimento à incumbência, decorrente de ato do Governo, baixado, no início do ano passado, no sentido de proceder a uma revisão na legislação do pessoal civil e

apresentar sugestões para medidas que se fizerem necessárias à consolidação e atualização da matéria, estando os trabalhos em desenvolvimento, com a coleta de dados comparativos com a legislação de pessoal de outros Estados da Federação.

Administração do Material

O reequipamento dos órgãos da administração estadual — máquinas, móveis, veículos automotores — foi uma das principais tarefas confiadas ao Departamento Estadual de Compras, para atendimento dos setores do Governo vinculados orçamentariamente ao D.E.C. O reequipamento de todos os órgãos do Estado, baseou-se no fato de que, no atual exercício de 1967, não haverá requisições de máquinas e equipamentos para escritório.

A despesa empenhada no setor do material ascendeu, em 1966, a Cr\$ 10,6 bilhões de cruzeiros, o que representa 115% a mais sobre o exercício de 1965. Dêsse total, Cr\$ 7,6 bilhões foram aplicados em material de consumo, Cr\$ 1,8 bilhões em equipamentos e instalações e Cr\$ 1,2 bilhões em material permanente.

Do total orçamentário consignado, foram redistribuídos Cr\$ 1,8 bilhões para diversos órgãos, destinados à aquisição direta de material que, pela sua natureza e exigência no atendimento, demandavam maior rapidez de aquisição, visando o atendimento do Interior do Estado.

No final do exercício, o Governo do Estado, atendendo aos reclamos das entidades assistenciais e de diversos Municípios, baixou o Decreto 3.428, que regulamenta a Lei 6.406, de 5 de outubro de 1966, autorizando o Poder Executivo a doar veículos automotores, máquinas de terraplenagem, agrícolas e industriais, inclusive acessórios, considerados inservíveis ou desnecessários ao Serviço Público estadual. Para tanto, o D.E.C. instituiu uma Comissão de Avaliação, estando em preparação duas dezenas de processos de doação.

O comércio e a indústria corresponderam, com sua confiança, à pontualidade com que o Governo vem cumprindo seus compromissos, tendo o registro de fornecedores do D.E.C. inscrito 249 firmas novas, totalizando, com as que renovaram sua inscrição, 551 fornecedores.

A decomposição das compras em 1966 apresentou o seguinte quadro:

	Valor em Cruzeiros
a) Processadas e pagas	5.780.220.139
b) Na Tesouraria para pagamento . . .	1.011.771.490
c) À vista, processadas e pagas . . .	2.313.812.426
d) Restos a pagar para 1967	1.304.543.157
	<hr/>
T O T A L	10.410.347.212

Obs.: — No total acima não está considerado o montante de Cr\$ 242.772.208, que é material adquirido em 1965, entre gue e contabilizado em 1966.

Com a reformulação do sistema de pagamento à vista, determinando uma modalidade mais simples e funcional nas compras, o Estado teve uma economia apreciável, calculada em média de 15%. Dentro de tal sistema foram adquiridos e fornecidos, principalmente, gêneros de alimentação em geral, para diversas instituições mantidas e auxiliadas pelo Estado. Foi implantada a diversificação alimentar, com excelentes resultados e boa aceitação por parte de todos os hospitais, presídios e entidades assistenciais.

Processamento eletrônico

O Centro Eletrônico de Processamento de Dados do Paraná S/A. — CELEPAR iniciou as suas operações em junho do ano passado, elaborando as folhas de pagamento do funcionalismo público, mediante emissão de cheques aos servidores das repartições do Estado.

Estudos de planejamento foram apresentados, para a Secretaria da Fazenda, referentes ao pagamento do funcionalismo; estudo-determinação da alíquota para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (I.C.M.); implantação dos serviços de arrecadação com auxílio de computação eletrônica; plano de processamento para cobrança e contróle do I.V.C. e I.C.M.; cobrança por estimativa e estudo de ficha-questionária para o Cadastro dos Contribuintes.

Para a Secretaria dos Negócios do Govêrno, visando o pro-

cessamento de dados no Departamento Estadual de Estatística e Cadastro Geral do Funcionalismo Público, (êste a Cargo do DESP) e ainda, para a CODEPAR, Secretaria da Fazenda e Secretaria dos Negócios do Govérno, estudo para verificação de importação de outros Estados; estudo preliminar para o Departamento do Serviço de Trânsito; estudo geral para o Instituto de Previdência do Estado; estudo de ficha-questionário de cadastro escolar para FUNDEPAR; planejamento geral para a Prefeitura Municipal de Curitiba e para o Fundo Municipal de Telefones; estudo e planejamento para a COPEL; estudo geral para o Banco do Estado do Paraná e planejamento para o vestibular de Medicina em 1967.

A CELEPAR prestou serviços para a Diretoria Central de Orçamento, no processamento de dados referente à despesa da proposta orçamentária, do exercício de 1967, além de serviços a outros órgãos do Estado e à empresas privadas.

V — AS RELAÇÕES DO ESTADO

RELAÇÕES COM A UNIÃO

Atendendo a gestões das classes produtoras paranaenses, o Governo do Estado atuou diretamente junto ao Governo Federal, quer na área da Presidência da República, quer na do Ministério da Fazenda, no sentido da regulamentação, dentro de prazo hábil do dispositivo contido na Lei n. 4.771, de 15-9-65, que concede estímulos ao reflorestamento.

O dispositivo, de amplo alcance para a economia paranaense, foi regulamentado pelo Decreto-Lei n. 81, de 21 de dezembro do ano passado, permitindo que já nas declarações de renda, êste ano, sejam assinaladas as opções dos contribuintes, no sentido de reduzir a parte correspondente por lei, das suas rendas, para o reflorestamento.

O Paraná esteve presente em tôdas as fases de preparação da reforma tributária após a sua vigência, levando sugestões que pudessem equacionar e adequar a nova legislação não só na área estadual, como nas faixas regionais.

Quando da entrada em vigor do Impôsto sôbre a Circulação de Mercadorias, foi ativa a participação do Estado junto aos Ministérios da Fazenda e Planejamento, sugerindo correções e inovações na técnica do tributo. Grande parte das disposições do Ato Complementar n. 34, foi elaborada com subsídios dos técnicos paranaenses, mórmente no que toca às isenções de caráter regional.

O Governo do Estado teve participação ativa por intermédio de técnicos do DER, CODEPAR, SANEPAR, FUNDEPAR, além dos seus representantes no Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul e Banco Regional do Desenvolvimento Econômico, nas reuniões realizadas em dezembro do ano passado, em Fóz do Iguaçu, do Ministério dos Organismos Regionais, para elaboração dos trabalhos de reformulação de estrutura da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Fron-

teira Sudoeste, e do Plano Diretor daquela entidade. Não se descuidou, por outro lado, o Governo, de emprestar sua participação à política deflacionária da União. Quanto a isso, a política estadual associou dois ângulos: promoveu investimentos maciços nos setores básicos da economia, incentivando a produtividade, e evitou qualquer investimento de cunho inflacionário.

Durante o ano de 1966, foi firmado convênio entre a COPEL e o BNDE que propiciou ao Paraná o maior empréstimo já concedido no Estado por aquêle organismo do Governo Federal: 30 bilhões de cruzeiros. Tais recursos foram destinados às obras da Hidrelétrica de Fóz do Chopim e o respectivo sistema de transporte e transformação.

Outro convênio foi assinado com o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário que resultou em financiamento de 1 bilhão de cruzeiros à COPEL, para implantação de uma Cooperativa de Eletrificação Rural no Município de Campo Mourão. Além disso, foi encaminhado pedido de financiamento ao GERCA, para custear programa de atendimento à área da cafeicultura paranaense, com a ligação de 6.300 propriedades rurais, num investimento previsto de Cr\$ 47,5 bilhões.

RELAÇÕES COM OS ESTADOS

Pelo sistema convencional de rodízio, o Paraná assumiu a 26 de março do ano passado, a direção do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul — CODESUL. Uma das primeiras providências da Presidência, em consonância com os demais governadores, foi a ampliação do capital social do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul — órgão integrante do sistema, a quem cabe a execução de projetos de desenvolvimento regional — de 120 milhões para 6 bilhões de cruzeiros com o intuito de fortalecer a estrutura daquêle Banco e dar-lhe condições de captar maior volume de recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, pelos seus Fundos, ou em outros órgãos nacionais e internacionais.

O trabalho executado pelo BRDE durante o exercício passado, revelou satisfatórios resultados. Sõmente do FINAME (ex-Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos) foram captados recursos de quase 4 bilhões de cruzei-

ros. Na qualidade de agente daquêle Fundo, o BRDE foi classificado em primeiro lugar, em atuação, entre a rêde de bancos oficiais, e em terceiro lugar do total dos 271 agentes, chegando a superar as mais fortes organizações financeiras do País.

Em estreita colaboração com os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, foi elaborado um programa de ação, pelo CODESUL, que objetiva, em linhas gerais integrar os três Estados membros do sistema, num trabalho coordenado política e economicamente, que transforme as reivindicações isoladas em globais, fortalecendo-as pelo sentido de união e coesão, tudo com vistas ao desenvolvimento regional. O aspecto principal do programa é o alcance de uma política de prêços e crédito e comercialização agrícola identificada com os reclamos das áreas de produção regional, onde, em última análise, se alicerçam as economias dos três Estados.

Entre os Governos do Paraná e São Paulo, foi assinado convênio para construção de uma ponte sôbre o rio Itararé, com a extensão de 1.550 metros, destinada a integrar a rodovia que liga Fartura, no território paulista, a Carlópolis, no Paraná. Será a segunda ponte em extensão em todo o País, e estará concluída antes da formação do enorme reservatório que irá alimentar a Usina de Xavantes, integrante do grande complexo Centrais Elétricas de São Paulo.

No ano passado, o Governo do Paraná, por intermédio da COPEL efetivou sua participação acionária na Companhia Hidro-Elétrica Paranapanema, concessionária distribuidora em extensa área do Norte Pioneiro. A COPEL ensejou, em consequência, à sua nova associada, o montante de Cr\$ 530 milhões, para beneficiar diretamente nove localidades da Região.

Outra oportunidade que se abriu para um maior entrosamento nos planos inter-regionais de eletrificação, decorreu da constituição da Centrais Elétricas de São Paulo S/A. — CESP — resultante da fusão de tôdas as emprêsas de eletricidade do Estado vizinho. O Governo do Paraná é acionista da importante Companhia, através da COPEL, assegurando o recebimento de energia das hidrelétricas do Paranapanema e de Jupia (Urubupungá).

O Governo do Estado firmou convênio ainda, através da COPEL, para o aproveitamento da energia da Termelétrica da SOTELCA (Tubarão-SC). Para isso, mediante entendimentos

com a Companhia Fôrça e Luz do Paraná, aquela empresa está construindo uma linha de Joinville a Curitiba, que vai possibilitar a conexão do Tronco Principal com a Termelétrica catarinense, enquanto a COPEL providencia, simultaneamente, a adaptação da Estação de Campo Comprido.

Na Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí — C. I. B. P. U. — o Paraná coordenou e foi apoiado pelo Estado de Mato Grosso, a proposição para estudo da travessia do rio Paraná, a fim de executar a interligação rodoviária da zona Noroeste com a zona de Dourados, no Estado de Mato Grosso.

Essa ligação permitirá que o Pôrto de Paranaguá passe a ser o natural entreposto para escoamento da zona de produção matogrossense. A proposição foi aprovada pelo Conselho da C. I. B. P. U., estando em fase de redação o Convênio para o estudo de interesse dos dois Estados. A contribuição inicial daquela Comissão será de Cr\$ 100 milhões.

Em visita realizada a Recife, no ano passado, o Governo lançou as primeiras bases para a criação de um eixo Paraná-Nordeste, que permitirá ao Estado abastecer a região durante as suas fases de escassês, principalmente de gêneros de primeira necessidade. A tese do Paraná ganhou ressonância em todo o Nordeste e sua concretização dependerá de gestões finais que serão efetivadas nêsse sentido.

RELAÇÕES COM OS MUNICÍPIOS

O processo de desenvolvimento paranaense tem se apresentado paradoxal em muitos pontos. É que, não obstante o Estado encontrar-se em franca evolução, ainda há Municípios sem nenhuma condição de sobrevivência autônoma, em outras palavras, células pobres dentro de um organismo pujante.

A crescente responsabilidade dos Municípios no processo de desenvolvimento econômico do Estado, implica no estabelecimento de uma política municipalista de atendimento às reivindicações de uma assistência técnica efetiva, no sentido supletivo, que vise a fortalecer o Município, suprindo-o em suas deficiências de pessoal técnico e de recursos financeiros.

Através do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios, órgão destinado a prestar assistência técnica às Prefeituras Municipais, o Governo iniciou uma ação que procurou

englobar tôdas essas necessidades. Por outro lado, os recursos devidos aos Municípios em função do Artigo 20, foram desvinculados de qualquer ação política protecionista, com a sustação de tôdas as deferenciações e injunções no pagamento daquela cota. Dentro dêsse espírito, todos os Municípios que requereram suas verbas do Artigo 20, as receberam, em 1966.

O DATM efetivou, no ano passado, um levantamento em 98% do total de Municípios do Estado, para localização das necessidades de equipamento rodoviário, construção e conservação de estradas municipais. O conhecimento dessa realidade motivou a CODEPAR a coordenar uma pesquisa específica no setor rodoviário municipal, iniciando-se os trabalhos pelas regiões Sudoeste e Centro-Oeste do Estado. Êsse trabalho inicial, já concluído, permitirá a elaboração de projetos com o dimensionamento do equipamento que cada Município necessita para a construção e conservação de suas estradas. No ano passado, foram liberados recursos, pela CODEPAR e Banco do Estado, de mais de 1 bilhão e 500 milhões de cruzeiros, para mais de 60 Prefeituras se equiparem com máquinas rodoviárias.

Dentro do espírito de promoção do desenvolvimento na área dos Municípios, o Govêrn instituiu, em 1966, a Comissão de Desenvolvimento Municipal — CODEM — com três finalidades:

- a) — realizar pesquisas e levantamentos de interêsse municipal;
- b) — elaborar planos de urbanismo;
- c) — publicar estudos e trabalhos de sua autoria ou outros necessários ao cumprimento das suas funções.

A primeira cidade contemplada com um Plano Diretor, foi Londrina, através de financiamento de 80% do valor do plano, pela CODEM, e 20% pela Prefeitura. A primeira fase do plano já foi concluída e as etapas seguintes estão sendo executadas. Também o Plano Diretor de Ponta Grossa já foi iniciado, e o de Paranaguá encontra-se em preparativos. A CODEM está se aparelhando, através da especialização de equipes, para atender a tôdas as cidades que requerem o benefício.

O DATM propiciou, em 1966, orientação a mais de uma centena de Prefeituras, no sentido de mecanização de seu sistema de contabilidade. Para suprir essa deficiência considerada das mais graves do sistema — aproximadamente 80% das Prefeituras ainda adotam o arcáico sistema de contabilidade ma-

nuscrita, envolvendo uma série de transcrições em livros próprios — foi elaborado um plano de financiamento a ser concedido pelo Governo do Estado, como parte dos saldos do Artigo 20. Aos mesmo tempo, realizou um concurso de reportagem municipalista, visando a imprimir maior divulgação quanto à posição do Município na conjuntura desenvolvimentista.

Um Curso de Administração Municipal foi realizado, com a participação de inúmeros prefeitos, como primeiro passo para a implantação de uma Prefeitura Modêlo, destinada à formação de pessoal especializado para as diversas Prefeituras paranaenses. Também dois Encontros Municipalistas, um em Santo Antonio da Platina e outro em Paranaguá, foram realizados em 1966, com a participação de 25 e 33 prefeitos, respectivamente. Nêsses conclaves, foram levantadas teses visando ao desenvolvimento municipalista.

Ainda com a finalidade de dar orientação técnica aos contadores municipais, foram efetivados Seminários nas principais cidades do interior, organizados por equipes volantes compostas de técnicos do DATM e outros órgãos da administração. Tais reuniões tiveram lugar em Santo Antonio da Platina, União da Vitória, Guarapuava, Umuarama, Campo Mourão e Paranaguá.

Um curso objetivando a familiarização das municipalidades com a reforma tributária instituída pela Emenda Constitucional n. 18, e Lei 5.172, de 25-10-66 foi realizado pelo DATM, sob os auspícios do Serviço Nacional dos Municípios — SENAM — ministrado por técnicos do Instituto Brasileiro de Administração Municipal — IBAM.

Participaram dêsse curso, 386 representantes de 206 Municípios do Estado, atingindo 82% das comunas instaladas na época.

Nos seus setores de encaminhamento de reivindicações das Prefeituras a outros órgãos do Estado, o DATM deu atendimento a 257 Prefeituras ou seja, 94% das Municipalidades do Estado; expediu 265 pareceres à Secretaria da Fazenda sôbre Balanços das Prefeituras, para efeito do artigo 20, e 189 ofícios circulares sôbre orientação técnica às Prefeituras, atendeu a 30 consultas verbais, orientou a implantação de 8 contabilidades mecanizadas e elaborou 42 orçamentos e balanços às diversas Prefeituras, e visitou a quase totalidade dos Municípios do Estado.



ÍNDICE

INTRODUÇÃO

	Pág.
I — A CONJUNTURA PARANAENSE	
— A Economia Paranaense	3
— Finanças Públicas — Banco do Estado	5
— Planejamento Democrático	7
— Recursos Naturais	11
II — DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	
— Energia Elétrica	17
— Rodovias	32
— Ferrovias	44
— Portos	45
— Aeroportos	48
— Telecomunicações	49
— Saneamento	53
— Agricultura e Pecuária	57
— Incentivos à Industrialização	73
III — DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
— Educação e Cultura	91
— Saúde Pública	102
— Política Habitacional	111
— Assistência Social	115
— Terras e Colonização	123
— Justiça e Segurança	126

IV — ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

— Edificações e Obras Especiais	135
— Política de Pessoal	139
— Administração do Material	140

V — AS RELAÇÕES DO ESTADO

— União	145
— Estados	146
— Municípios	148

**IMPRESSO NO
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO**